UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

Primavera no Jardim Ângela: reflexões sobre moradia e o laço social

Leticia Nolasco Vicente

Dissertação apresentada ao
Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo
como parte das exigências
para a obtenção do título de
Mestre em Psicologia
Clínica.

Orientadora: Ilana Mountian

São Paulo
2020

LETICIA NOLASCO VICENTE

Primavera no Jardim Ângela: reflexões sobre moradia e o laço social

Dissertação apresentada ao
Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo
como parte das exigências para
a obtenção do título de Mestre
em Psicologia Clínica.

Orientadora: Ilana Mountian

SÃO PAULO

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Nolasco Vicente, Leticia

Primavera no Jardim Ângela: reflexões sobre moradia e o laço social / Leticia Nolasco Vicente; orientador Ilana Mountian. -- São Paulo, 2020.

117 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica) -- Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2020.

1. moradia. 2. casa . 3. laço social . 4. vulnerabilidade. 5. Jardim Ângela. I. Mountian, Ilana, orient. II. Título.

Nome: Leticia Nolasco Vicente

Título: Primavera no Jardim Ângela: reflexões sobre moradia e o laço social

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Psicologia Social.

Aprovado em

Banca examinadora:

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____ Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

À Ilana Mountian, pelo interesse, parceria inestimável e confiança.

À Alice e Beatriz, por terem me dado o privilégio de ser sua primeira morada.

Ao Eduardo, com quem sigo descobrindo novas formas de me sentir em casa.

Aos meus pais pelo contínuo incentivo aos estudos.

À Gabriela e Tatiana com quem compartilhei a casa-zero.

À Ana Cecília, Ilana e Renata, pelo incentivo e proximidade.

À Ananda, Iara, Julia e Vanessa, pelas inspirações e debates intensos.

À Priscila e Alyne, pela torcida e suporte.

À Evy, pela generosidade.

À/Aos entrevistada/os, por abrirem suas casas a uma estranha.

À Deborah Sereno e Luís Galeão, pelo interesse e flexibilidade.

RESUMO

O estudo aqui apresentado traz reflexões sobre moradia e laço social partindo de entrevistas realizadas com pessoas moradoras do bairro Jardim Ângela e de experiências profissionais anteriores. Apesar da moradia ser um dos recursos organizadores da vida social, assim como o acesso à educação, à saúde e ao trabalho, nos deparamos na atualidade com uma situação de vulnerabilidade alarmante em que milhões de famílias sofrem com a falta de serviços básicos no Brasil. Através da análise de discurso foucaultiana e à luz da psicanálise, é desenvolvida a análise sobre laço social, destacando a importância destas relações no debate sobre moradia. Esta investigação centrou-se nos temas que surgiram nas entrevistas, mais especificamente no que se referiam a território, família e trajetória, e apontou a importância da leitura do laço social no entendimento da moradia seja como mercadoria, espaço que segrega, como que gera sentimento de pertencimento e proteção, que remete à lembranças e promove o encontro com si mesmo e o outro.

Palavras-chave: moradia, casa, vulnerabilidade, laço social, Jardim Ângela

ABSTRACT

The present study reflects on housing and social bonds bringing up relevant elements to studies on this subject. Those reflections come from interviews taken with people living in Jardim Ângela neighborhood, including some of previous professionals' experience scenes. Although housing is one of social life organizing resources, as well as the access to education, health and work, we face an alarming vulnerability situation, in which millions of families in Brazil suffer from lack of services as sanitation. Based on a Foucault's discourse analysis and from a psychoanalysis point of view, we developed the analysis about social bonds, highlighting the importance of relationships on housing debates. This investigation centered on the themes that emerged during the interviews, specifically those related to territory, family and path. The analysis pointed out the importance of looking into the social bonds in the understanding of housing as a commodity, as a space that segregates, that generates a feeling of belonging and protection, that refers to memories and promotes the encounter with oneself and the other.

Key-words: housing, house, vulnerability, social bond, Jardim Ângela

SUMÁRIO

Introdução.....	09
1. Vulnerabilidade e direito à moradia: contextualizando o Jardim Ângela.....	13
2. Método.....	18
2.1. A análise crítica dos discursos: os discursos sobre a “quebrada”.....	20
2.2. Desafios de uma escuta clínico-política <i>in loco</i>	23
2.3. Dados para análise: cenas e entrevistas semiestruturadas.....	25
3. A questão do laço social.....	27
4. Reflexões sobre moradia e laços sociais.....	36
4.1. Território.....	40
4.1.1. Posse, imóvel, propriedade.....	42
4.1.2. Centro-Periferia.....	48
4.1.3. Racismo.....	53
4.2. Família.....	58
4.2.1. Vizinhas/os.....	61
4.2.2. Relações de gênero: trabalho e cotidiano.....	67
4.3. Trajetória.....	71
4.3.1. Onde me reconheço.....	74
5. Considerações finais.....	78
Bibliografia.....	84
Anexo 1 – Roteiro Entrevistas.....	91
Anexo 2 – TCLE.....	93
Anexo 3 – Sínteses ampliadas das entrevistas transcritas.....	94
Anexo 4 - Diário de campo, um trecho.....	113
Anexo 5 – Cenas complementares.....	114

INTRODUÇÃO

“A primavera foi decapitada. (...) E o futuro, o que será?” (F.)

Havia uma primavera no Jardim (Ângela) que agora não está mais lá. Houve uma punição capital, o “descabeçamento” de algo primaveril, novo e potencialmente transformador. F., no recorte acima, refere-se a uma planta angiosperma, natural da América do Sul, que poderia ter sido podada, ou desenraizada, mas, no entanto, a palavra aqui é decapitada. É essa fala, carregada de significados, que inspira o título do trabalho e que será o ponto de partida desse estudo: uma reflexão sobre o espaço da moradia e seus laços sociais.

Antes de iniciar os debates desenvolvidos nesta dissertação, faz-se necessário, primeiramente, localizá-la no contexto em que vivemos hoje, que é o da pandemia do novo coronavírus. Com a pandemia, houve uma série de modificações nas relações sociais, particularmente nas recomendações sobre isolamento social, pondo em evidência a importância do laço social. A pesquisa aqui apresentada foi iniciada antes do surgimento desse estado de emergência, que se instalou em março de 2020 e que segue em andamento no momento da finalização da escrita. Em meio a um cenário de incertezas, é possível ao menos afirmar que a situação atual trará reflexões futuras sobre moradia e laço social, sobre sua importância e cuidado, temas que serão considerados neste estudo.

O meu primeiro encontro com o tema moradia se deu há dez anos, quando da participação em um projeto de apoio em saúde mental realizado após um desastre entendido como natural. Digo “entendido” como natural, pois há diversos aspectos a serem considerados em um desastre e que vão para além da ameaça proveniente da natureza, como vulnerabilidades e capacidades locais. A cidade de Murici, no estado do Alagoas, junto com outros sete municípios, havia sido devastada após o rompimento abrupto de uma barreira no Rio Mundaú. Participei diretamente das ações de ajuda humanitária, e neste contato, alguns aspectos foram marcantes. Primeiro, a imagem de uma senhora, sentada em uma cadeira dentro de sua casa segurando um guarda-chuva, à beira do rio. Da construção dessa casa restava somente o piso, com marcas que ainda indicavam a distribuição dos cômodos. Alguns dias antes as paredes haviam sido levadas pela força das águas. Parte física da estrutura daquela casa se foi, outra ficou. Depois dessa, outras experiências se seguiram e foi possível observar a relação das pessoas impactadas por um desastre, ou mesmo um conflito armado, e suas moradias. No entanto, uma questão seguia se apresentando para mim: o que faz as pessoas se sentirem em casa?

É frequente encontrarmos escritos sobre psicanálise e moradia, ou psicanálise e habitação, referindo-se à proposta, defendida pelo movimento da reforma psiquiátrica, de que a vivência em um espaço próprio, singular e não homogeneizante como o de um hospital psiquiátrico seria promotora de saúde (Costa e Poli, 2010). Há discussões ainda sobre modos de pessoas em sofrimento mental habitarem, a inserção do psicótico no campo do Outro e estudos sobre serviços residenciais terapêuticos (Generoso, 2009, Sereno, 2013).

Outros escritos focam no corpo do sujeito como moradia. Mourão (2012) amplia essa discussão ao apresentar o corpo como morada, fazendo uma analogia entre a corporeidade e a figura de uma casa, ressaltando um elemento paradoxal: a casa é espaço de recolhimento e, simultaneamente, de abertura ao outro, ao mundo. A autora aponta que, sustentado no cuidado da mãe, o bebê pode elaborar imaginativamente o corpo e suas funções e o resultado disto seria o sentimento de habitar o próprio corpo, marcado pela presença do outro.

Há também reflexões de arquitetos sobre como a psicanálise interage em seu campo de estudo, com aproximações entre casa-ambiente, levantando questões sobre a relação do indivíduo com a casa e a cidade (Cervini, 1998).

No entanto, à luz da psicanálise, moradia em espaços denominados como vulneráveis ainda parece ser um tema a ser explorado. Assim, essa dissertação tem como objetivo trazer contribuições ao debate sobre habitação em locais vulneráveis considerando elementos da psicanálise que propiciam uma ampliação do entendimento de moradia para o sujeito.

Este estudo, desenvolvido no bairro do Jardim Ângela, em São Paulo, toma o discurso como sendo uma estrutura para além da palavra, das enunciações factuais, uma vez que vigora nas relações fundamentais definindo e sustentando os modos em que os laços sociais são tecidos e estruturados pela linguagem.

Apesar da moradia ser um dos recursos organizadores da vida social, assim como o acesso à educação, à saúde e ao trabalho (Rosa, 2002), há no Brasil atualmente uma situação de vulnerabilidade alarmante em que mais de dez milhões de famílias sofrem com a falta de serviços básicos como esgoto, água encanada, coleta de lixo e luz elétrica, sendo que na cidade de São Paulo 67% das pessoas vivem nessa circunstância (Boulos, 2012). Assim, o desenvolvimento de estudos sobre o significado de moradia para o sujeito pode trazer contribuições importantes para o campo de psicanálise.

A questão da moradia coloca algumas noções em xeque, como a existência do sujeito no seu lugar de morada, os diversos sentidos sobre sua casa, como lugar de aconchego, descanso, proteção ou mesmo extensão do seu próprio corpo, assim como a relação com seus bens, sua

propriedade, imóvel, patrimônio, herança, território, colônia, e a posição socioeconômica cultural do sujeito.

Para grande parte das instituições envolvidas na temática, a moradia é uma questão de direitos. Estruturas internacionais como a UN-Habitat (2018), agência das Nações Unidas encarregada de coordenar e harmonizar atividades em assentamentos humanos, e organizações governamentais nacionais, como a Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal (2013), assinalam uma série de condições a serem atendidas, orientando sobre o que é o direito a uma moradia adequada. As relações de desigualdade ou injustiça destacadas por ativistas da área, como Raquel Rolnik (2015) e seu amplo debate sobre planejamento urbano, impulsionaram a busca de uma escuta aprofundada de sujeitos que vivem em um bairro notoriamente conhecido como periférico.

Parto, nesse estudo, de um contexto desigual mas, no entanto, é essencial destacar que isso não significa partir de um saber pré-concebido no qual poderia confundir o sujeito da psicanálise com o sujeito do direito. Assumo, sim, que há uma diferença, porém os significados de moradia para o sujeito serão tratados como singulares, sendo essa abordagem central nos objetivos deste trabalho.

Por um lado, mirando a diferença, no primeiro capítulo contextualizo o bairro do Jardim Ângela apontando vulnerabilidades institucionais específicas da região, destacando questões sobre acesso à educação, saúde, trabalho, mobilidade, segurança, dentre outros indicadores que permeiam a temática da moradia.

Por outro, garantindo a singularidade de um sujeito desejante que está enredado nas tramas do poder, proposta pela psicanálise, e a fim de explorar os significados de moradia, este estudo propõe uma escuta aprofundada dos sujeitos investigados. Será no segundo capítulo, sobre método, que serão apresentados os pressupostos teóricos para a análise proposta, ressaltando construções discursivas do que é entendido como moradia, que estão conectadas a referências carregadas de significados e recorrências históricas (Foucault, 2005). Aqui também aponto contribuições para uma escuta clínico-política da psicanálise.

No capítulo subsequente, entre meandros tradutórios que vão de ligação à obediência (Moreira, 2013), apresento a noção de laço social que sustenta essa pesquisa. Ao estudar sobre o que faz laço, parece-me que a dimensão do pacto, ou do contrato, que está no fundamento de uma sociedade, talvez tenha “caducado” (Soler, 2016) nos níveis político, comercial e íntimo, e que devemos considerar que um agregado de pessoas não é necessariamente uma multidão consistente; ou seja, o laço social vai além da vizinhança dos corpos. Nesse sentido está a

reflexão sobre o desamparo e os riscos de rompimento dos laços sociais e efeitos disruptivos da subjetividade quando há a perda de um discurso de pertinência e de atribuição de um lugar social (Rosa, 2002).

O aprofundamento das reflexões sobre moradia e o laço social constam no quarto capítulo no qual, além de cenas de trabalhos pregressos que inspiraram esse projeto, apresento uma síntese das entrevistas que alimentaram os agrupamentos temáticos de análise sobre o “território”. Aí estão incluídos o debate sobre a moradia como mercadoria e a dicotomia centro/periferia que segrega as pessoas alinhada ao debate sobre racismo e classe, a “família” onde aparecem as relações de gênero no trabalho e no cotidiano, além de uma concepção que inclui vizinhos como parte desse grupo em que os sentimentos de pertencimento e proteção se destacam; e a “trajetória” que traz questões sobre processos migratórios, o encontro com si mesmo e a intimidade.

Diante das análises elaboradas neste estudo, observa-se que as relações sociais são fundamentais para no entendimento sobre moradia. A moradia é lugar dos laços, afinal, considerando a inserção social do ser humano, não se trata apenas do espaço onde se habita. Ao mesmo tempo em que a cidade “desumaniza” (C.) e corre o risco de fazer com que a moradia seja tomada como sinônimo do capital, ela é onde “há calor, há relações humanas” (C.). Há marcas sulcadas pela violência e também há sentimento de pertença. Há articulação, há um conjunto e não um mero agrupamento de corpos, onde ser da periferia e reconhecer a si mesmo e ao outro como parte dela é algo que cria laço. As impossibilidades de conviver com a alteridade e a intolerância ressoam nas formas excludentes de habitação, o que se dá na inferiorização histórica de grupos específicos. Há situações de conflito no que se refere à sexualidade e ao papel da mulher, e também sobre o limite do eu e do não-eu, sendo a casa um espaço primordial na concepção do espaço compartilhado.

Por fim, aceno para importância da (des) construção de políticas públicas que deem espaço ao “entre”, ou seja, ao encontro entre os sujeitos, aos laços, uma vez que a moradia não se resume às estruturas físicas das casas.

1. Vulnerabilidade e direito à moradia: contextualizando o Jardim Ângela

Este estudo surge do questionamento sobre moradia em área de risco de desastres, analisando também a relação entre habitação e vulnerabilidades apontada pelos sujeitos entrevistados.

A compreensão do que é moradia por órgãos internacionais como as Nações Unidas, com suas agências de habitação e desastres, é referência para políticas públicas ao redor do globo. O Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR, 2015) ressalta que durante os dez anos anteriores ao Marco de Sendai – acordo internacional sobre a gestão de desastres –, cerca de 700 mil pessoas perderam suas vidas, mais de 1,4 milhão ficaram feridas e aproximadamente 23 milhões ficaram desabrigadas ou desalojadas por conta de desastres. Embasado no conceito de Gestão de Risco de Desastres, que leva em conta não somente a ameaça, mas também as vulnerabilidades e capacidades da população afetada, o Marco de Sendai procura fortalecer o processo de governança do risco para prevenção, mitigação, preparação, resposta, recuperação e reabilitação.

O encontro propôs a meta de alcançar, em 15 anos, a redução substancial dos riscos de desastres e perdas de vida, meios de subsistência e saúde e dos ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais das pessoas, empresas, comunidades e países. Enquanto isso, no âmbito nacional, de acordo com dados do Ministério da Integração Nacional (2012), houve um aumento da ocorrência de desastres, de 8.671, nos anos 1990, para 23.238, na década seguinte.

As questões supracitadas indicam um olhar pragmático sobre moradia, focando nas necessidades estruturais, passando pela segurança física dos indivíduos e por serviços essenciais como acesso ao saneamento básico. Para expandir os estudos sobre esta área, proponho uma leitura psicanalítica sobre moradia, focando no laço social para a análise, além de ressaltar a importância da inclusão de outros aspectos como a história dos indivíduos, sua relação com outros e produção cultural. Sendo assim, além da importância fundamental da disponibilidade de serviços como saneamento e segurança, outros aspectos também devem ser considerados na relação do sujeito com sua moradia. Nesse sentido, ações que possibilitem o registro das memórias, através da arte, por exemplo, podem ser incluídas na composição de políticas públicas.

Quase 300 mil pessoas vivem no bairro do Jardim Ângela que já chegou a ser considerada a região mais violenta do planeta. Spink (2014) destaca relatos de moradores sobre corpos que eram amarrados de cabeça para baixo nas árvores e crianças da creche que pediam lápis

vermelho para desenhar, dizendo que era para pintar o sangue que pingava do corpo de seus pais, mães e irmãos. Atualmente, há consenso que a situação melhorou (Spink, 2014), no entanto, o Jardim Ângela ainda ocupa o quarto lugar entre os distritos com maior exclusão na capital (-0,92 em uma escala de -1 a 1), conforme mapa da inclusão/exclusão da Cidade de São Paulo (Sposati, 2013, apud Spink, 2014). Como exemplo do abandono em que vivem seus moradores, há no distrito 31,29% de domicílios precários entendidos como subnormais; 21,14% não têm acesso a esgoto.

Nomeado como “pequeno município” pela prefeitura de São Paulo, o distrito do Jardim Ângela, adicionado ao do Jardim São Luís, compõe a região do M’Boi Mirim, com uma população total de mais de 560 mil pessoas onde 20% dos domicílios têm renda per capita de até meio salário mínimo. Spink et al (2015) trabalharam cerca de uma década com moradores na região e apontam que houve esforços e investimentos em prol das melhorias sociais e materiais, porém, ainda não são adequados e seus moradores se deparam com habitações precárias, infraestrutura urbana e saneamento básico com inúmeros problemas, assim como muitas áreas de risco de escorregamento e inundações.

Além disso, a legislação que estabeleceu as subprefeituras indica uma dependência dos órgãos centrais, o que dificulta, ou mesmo impossibilita, a concretização de uma coordenação territorial efetivamente articulada e conectada aos interesses da população. As subprefeituras, que concentram apenas 2% do orçamento municipal, além de se preocuparem com educação, saúde e cultura da região, devem cuidar também da manutenção do sistema viário, rede de drenagem, limpeza urbana, vigilância sanitária e epidemiológica.

Um documento de trabalho sobre os 20 anos de resistência pela vida dos jovens que vivem nas periferias da zona sul de São Paulo (Crowe et al, 2016) traz dados sobre proteção social, moradia, violência e educação na Zona Sul de São Paulo, como a concentração de domicílios sem sistema adequado de canalização dos dejetos sanitários, sendo o Jardim Ângela um dentre os em pior situação. Se a média de jovens sem instrução ou com fundamental incompleto é de 20,5% na cidade de São Paulo, a do Jardim Ângela é de 32,4%; quanto à mortalidade de jovens (15 a 29 anos), no período de 2005 a 2010, quando houve o último censo, 40% das mortes ocorreram nas subprefeituras da Capela do Socorro, M’Boi Mirim, Freguesia do Ó/Brasilândia, Campo Limpo e Cidade Ademar.

Em um estudo sobre mobilidade urbana, Bianchi (2017) traz um retrato populacional do Jardim Ângela, que em menos de 40 anos foi alvo de um processo intenso de ocupação irregular e de urbanização descontrolada provocando um espalhamento das construções até a beira da

represa Guarapiranga. Se historicamente esta área foi dedicada à produção agrícola, com divisão fundiária composta de chácaras, a paisagem apresenta hoje uma mancha urbana contínua e densa, que se estendeu até as regiões antes inacessíveis. Iniciada nos anos 1970, a migração vinculada ao desenvolvimento da região industrial de Santo Amaro ocasionou um crescimento populacional extremamente acelerado a partir dos anos 1990. O Jardim Ângela, que representa cerca de 2,5 % dos habitantes do município de São Paulo, acolhe apenas 0,26% das vagas de emprego, concentradas em grande parte no centro expandido da cidade. A consequência direta desse desequilíbrio territorial reside nos importantes fluxos pendulares domicílio-trabalho, que geram tempo de deslocamento diário médio superior a duas horas de viagem.

Essa mobilidade pendular remete ao padrão chamado de centro-periferia que domina o desenvolvimento de São Paulo desde os anos 1940. Caldeira (2000), indica quatro características principais desse padrão:

- 1) É disperso em vez de concentrado – a densidade populacional caiu de 110 hab/ha em 1914 para 53 hab/ha em 1963;
- 2) As classes sociais vivem longe umas das outras no espaço da cidade: as classes média e alta nos bairros centrais, legalizados e bem equipados; os pobres na periferia, precária e quase sempre ilegal;
- 3) A aquisição da casa própria torna-se regra para a maioria dos moradores da cidade, ricos e pobres;
- 4) O sistema de transporte baseia-se no uso de ônibus para as classes trabalhadoras e automóveis para as classes média e alta.

(Caldeira, 2000, p. 218)

Esse padrão de urbanização foi consolidado ao mesmo tempo em que a cidade se tornou o centro industrial do país. A expansão de indústrias pesadas em substituição às manufaturas têxteis e de alimentos, uma mudança associada à implantação da produção de automóveis, ocorreu na época em que a cidade recebeu um grande fluxo de migrantes do Nordeste do Brasil. Entre 1950 e 1960 cerca de um milhão de pessoas se estabeleceu na região metropolitana. Entre 1960 e 1980 o número de migrantes ultrapassou 2 milhões por período. Inclusive, vale notar que dentre as dez pessoas entrevistadas para este trabalho sete migraram da Paraíba para São Paulo nesse período.

Caldeira (2000) levanta ainda que, no início dos anos 1990, 65% de toda população da cidade morava em residências afetadas por pelo menos uma das várias formas de ilegalidade. Todavia, aponta a autora, os trabalhadores sempre entenderam que é exatamente a condição de ilegalidade dos lotes e da construção, e o caráter legal precário da periferia como um todo, que permite que eles se tornem proprietários e resolvam seus problemas de moradia.

Os lotes da periferia eram acessíveis aos trabalhadores tanto em função de sua ilegalidade quanto porque estavam fora da zona urbanizada: em bairros sem asfalto, eletricidade, água, esgoto, telefone, escola ou hospitais e ligados à cidade por um deficiente sistema de ônibus nos quais gastavam horas por dia. Tais infraestruturas urbanas e de serviços tenderam a ser instaladas ou melhoradas apenas durante períodos eleitorais e sob pressão política de movimentos de moradores da periferia. A mais importante mobilização dos moradores da periferia, no entanto, começou nos anos 1970 e se caracterizou pela organização dos movimentos sociais autônomos, como visto no Bairro Jardim Ângela.

A dicotomia centro-periferia é algo comum às cidades, e nos remete a dois paradigmas: o da lepra e o da peste (Foucault, 2009). O da lepra pretende “colocar fora” e excluir os leprosos da cidade. É o modelo de uma cidade pura, que mantém fora de si os estranhos e também o que Foucault (2009) chama de grande enfrentamento, isto é, o “grande fechamento”, o “grande aprisionamento” fechar e excluir, portanto. Já o modelo da peste dá lugar a um paradigma totalmente diferente. Quando a epidemia se instaura na cidade é evidente que não é possível “colocar fora” os pestilentos. Ao contrário, será criado um modelo de vigilância, controle e articulação do espaço urbano, dividido em setores e, no interior destes, cada rua é tornada como autônoma e colocada sob a vigilância de um intendente; ninguém pode sair de casa e, mesmo assim, todos os dias os habitantes de cada casa são controlados: quantos são, se ainda estão lá, quem morreu e quem não. Enquanto o leproso era tomado por uma prática de rejeição e exclusão, o pestilento é enclausurado, vigiado, controlado e assistido através de uma complexa rede de dispositivos que dividem e individualizam e que, desse modo, articulam também a eficácia do controle do poder.

Tomando o exemplo de Foucault, a discussão sobre o que está “fora” e “dentro” também pode ser trazida para debates relacionados aos atuais enclaves fortificados (Caldeira, 2000). Dunker (2015) discorre sobre a lógica dos condomínios fechados que tem por premissa excluir o que está fora dos seus muros, em um espaço concebido e vivido como falso universal. Os que vivem fora estão sem lugar, sem-terra, sem destino, enquanto os que vivem dentro estão

demasiadamente implantados em seu espaço, seu lugar e sua posição. E como se dá o encontro com o que está fora e o que está dentro?

É diante desse cenário e questionamentos, que desenvolvo a análise sobre sentidos da moradia no Jardim Ângela.

2. Método

“O mundo é aberto para nós apenas com radical finitude” (Zizek, 1992).

Figura na Janela, Museu Nacional Reina Sofia, Madri - Espanha (Salvador Dalí, 1925)

O que vemos, escutamos, sentimos, lemos, lembramos e elaboramos sobre moradia é um processo contínuo – e ilusoriamente infinito a cada vez que nos propomos a buscar uma outra abertura para o mundo, mirando para (ou por) uma janela diferente – que existe desde nossas origens e que se tornou foco dessa pesquisa a partir de experiências práticas que estimularam = a elaboração teórica sobre esse assunto.

Inicia aqui o capítulo sobre método, que indica a janela que usamos para ver o mundo, aborda justamente o percurso teórico e prático desse trabalho que foi impulsionado pela busca de um direcionamento sobre o questionamento dos significados da moradia para o sujeito. Para discutir essa temática, formalizamos como premissa metodológica a perspectiva foucaultiana que desenvolve a noção de sujeito produzido a partir do discurso.

Partindo dessa delimitação epistemológica do sujeito social e histórico que encabeça a análise desse trabalho, a análise dos textos resultantes de escutas e cenas transcritas se baseia também na psicanálise, enfocando especificamente a noção de laço social. Neste sentido, a partir do entendimento do sujeito desejante, se desenvolverá a análise com base no laço social, que por sua vez gera laços discursivos, que são tecidos e estruturados pela linguagem.

Além disso, há também uma inspiração etnográfica (Geertz, 1989) para o método, no qual uma pesquisa de campo no Jardim Ângela se somou às entrevistas semiestruturadas, para assim escutar e elaborar os discursos sobre moradia na região.

Tal escolha metodológica foi o caminho possível na busca de reflexões sobre o tema moradia de maneira próxima, no cotidiano, a partir das casas, com o intuito de apreender mais sobre a relação moradia e sujeito.

2.1 A análise crítica dos discursos: os discursos sobre a “quebrada”

Quais são os discursos que concebem, articulam e entrelaçam a concepção de moradia? Como ponto central metodológico, tomo a ferramenta da análise de discurso foucaultiana (Foucault, 2005), que foca não são somente nas falas sobre o sujeito ou do sujeito sobre si mesmo, mas na construção de saberes sobre ele. Ao acessar uma entidade damos visibilidade à mesma e determinamos um campo de visão, produzindo um conhecimento e dando contorno a ela. O ente moradia está, portanto, sob a soberania do discurso que é atravessado por estruturas fundamentais.

A linguagem media estruturas políticas, econômicas e sociais indispensáveis. O relacionamento com tais estruturas não é apenas representacional, mas constitutivo do sujeito, sendo enredado por um conjunto de significados. A partir desta perspectiva, será considerado que quando o sujeito fala “eu moro na quebrada” (A.) há uma afirmação que diz algo sobre o mesmo e coloca em relevo os diversos significados sobre “a quebrada”. Uma multiplicidade de elementos discursivos é apresentada e se faz necessária a leitura dessa distribuição: O que é dito? O que não é dito? Quem diz?

Mountian (2014) faz um apanhado sobre a análise de discurso como ferramenta para análises críticas, e em suas considerações sobre metodologia reforça que não há discursos sem significados, constitutivos em nossas experiências cotidianas. A autora reitera ainda que os discursos são constitutivos e constituintes das estruturas de conhecimento e práticas. Os discursos são vistos como mutáveis, fluidos, mas não são construídos fora da história, sendo assim, é fundamental considerar a fixidez discursiva, que aparece na sua repetição histórica. Não há uma mera descrição de um mundo, mas uma categorização do mesmo através de discursos que estão conectados a referências às quais atribuímos significados que podem se repetir e, em um processo de resistência, também podem mudar.

Os discursos, que podem ser encontrados em todas as formas que promovem interpretação, produzem objetos e práticas (Mountian, 2014). É um sistema regulado de afirmações, sejam elas representações, metáforas ou imagens que apontam aspectos dessa realidade.

Para a análise de discurso foucaultiana, é fundamental considerar as relações de poder nas relações humanas. Para Foucault o poder é produtivo, ou seja, produz subjetividade:

Os discursos não estão somente a serviço do poder ou contra ele, mas sim podem ser ambos um instrumento e um efeito de poder, também um obstáculo, uma

escora, um ponto de resistência, um ponto de partida para uma estratégia oponente (...) o poder opera a partir de forças e essas têm capacidade de resistência, é um exercício de poder. (Foucault, 1998, p. 100 apud Mountian, 2014, p.184).

Qual é o discurso dominante em relação à moradia? Qual é o discurso de resistência? É preciso compreender e dar visibilidade ao ponto de vista da “quebrada”. Os saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, precisam ser incluídos e não silenciados. Nesse sentido, Mountian (2014) menciona Butler, que comenta a produção do sujeito em relação à regulação da fala. “Silêncio e segredo são abrigos para o poder, ancorando suas proibições, eles também afrouxam suas amarras e fornecem a obscuras áreas de tolerância” (Butler, 1997, p. 133 apud Mountian, 2014, p. 184).

Para a análise de discurso, é importante o levantamento de discursos dominantes, reconhecidos pelos sujeitos, observando continuidades e descontinuidades, assim como contradições e regularidades, diferenças e repetições, regras e categorias. Nesta direção, após a transcrição e leitura do texto transcrito, foram produzidos agrupamentos temáticos que são apresentados nesse trabalho possibilitando ampliar o entendimento sobre o que é morar na “quebrada”, abrindo mais uma fresta para compreensão da importância da moradia para o sujeito.

Os discursos foram tomados como sendo estrutura para além da palavra, das enunciações factuais, uma vez que atuam definindo e sustentando os modos de laço social que são tecidos e estruturados pela linguagem. Parker (2005) aponta a possibilidade do uso da análise do discurso como instrumento, considerando a qualidade formal do texto, a organização de significantes, sendo que os antagonismos encontrados servem como apoio na busca de padrões e conexões que diferenciam um significante de outro e/ou mantém a tensão entre eles. A análise esteve também atenta ao surgimento de metáforas trazidas pelos sujeitos.

Ainda sobre a construção de agrupamentos temáticos para análise, retomo Foucault (2005) que, em *Arqueologia do Saber*, descreve discursos e suas unidades, a formação dos seus objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias. O autor chama atenção para que não consideremos um falso conhecimento objetivo, nem ilusões da subjetividade pura, mas tudo o que aprendermos e compreendermos da descrição dos discursos dominantes que fazem de nós o que somos. Por isso, dentre o que se escuta e transcreve em entrevistas semiestruturadas transformadas em texto realizadas no bairro periférico do Jardim Ângela, considere as posições de poder enunciadas, focando assim nos discursos que classificam, que julgam, que separam e

que apontam para uma mirada normatizante. É relevante apontar que para essas perspectivas, as categorias sociais de gênero, raça, religião, dentre outros possíveis demarcadores, são vistas nas suas (re) produções discursivas nas trajetórias históricas.

Neste estudo, elaboro uma desconstrução dos discursos como instrumento de trabalho, a fim de ampliar o leque de histórias referentes à moradia. A partir do processo de organização do material produzido nos encontros realizados com moradores do Jardim Ângela, foram então realizados agrupamentos sobre os temas trazidos pelas entrevistadas (1) o território; (2) a família; (3) a trajetória.

Essa perspectiva metodológica destacada que as estruturas dos discursos são mediadas e organizam nossa experiência. Todo conhecimento parte de uma concepção de mundo que está fundamentada em uma perspectiva sempre situada (Haraway, 1998). Sob influência dos debates sobre os estudos de gênero, saliento aqui o enfoque na vida cotidiana, que envolve a casa, as relações sociais. Localização essa que permite entender a posição ética da pesquisa e a percepção da minha posição de pesquisadora em relação ao campo. Complemento aqui com a noção de reflexividade, que busca a reflexão sobre o processo de pesquisa, negando a invisibilidade da pesquisadora e reconhecendo sua posição ambivalente, que também permeou esse trabalho. “Reflexão significa interpretar a própria interpretação, olhar para as suas próprias perspectivas a partir de outras perspectivas, e voltar um olhar autocrítico na sua própria autoridade como intérprete e autor” (Alvesson and Skoldberg, 2000, Prefácio, Mountian, 2014, p. 172).

Há uma diferença marcada entre quem vive e quem não vive na “quebrada”, e no processo de reflexividade estas diferenças se fizeram presentes. Partindo deste encontro que a pesquisa propõe, esta constante reflexividade aparece também na análise dos entendimentos de moradia para o sujeito, com base em uma análise crítica dos discursos, tendo uma escuta e um olhar psicanalítico.

Rosa e Domingues (2010) destacam o confronto de lugares sociais diferentes e antagônicos ao/às do/a pesquisador/a, marcando a relação analista/sujeito em lugares de inclusão/exclusão, convocando ao/às pesquisadore/as a estarem atentos ao peso da situação social para que não atravanque a escuta. Há também o risco de patologização e individualização, ou mesmo vitimização do sujeito por sua condição, assim, é essencial considerar o contexto social e escutar o sujeito em sua condição desejante. Ou seja, através de um posicionamento ético e político as autoras convocam o/as pesquisadore/as a remover seus próprios recalques e romper com o pacto de silêncio do grupo social ao qual pertencemos.

2.2 Desafios de uma escuta clínico-política *in loco*

Neste estudo, e particularmente nas entrevistas, utilizei da escuta psicanalítica para ampliar o debate proposto. Rosa (2004) entende que a escuta psicanalítica é possível em outros contextos além da clínica, uma vez que o inconsciente está presente como determinante nas mais variadas manifestações humanas, culturais e sociais. “É possível a escuta psicanalítica a partir do diálogo comum, de entrevistas e depoimentos, desde que guardem os requisitos básicos da psicanálise” (Rosa e Domingues, 2010, p.182).

A pesquisa toma como base aspectos éticos e concepções da psicanálise que tem como premissa a escuta do discurso sustentado pela verdade do sujeito, o que não gera certezas ou generalização e que considera que, no campo da investigação, o pesquisador sofre também os efeitos das descobertas. A pesquisa e a intervenção, na psicanálise, não estão em campos distintos, uma vez que a escuta psicanalítica se dá na transferência, que envolve tanto o sujeito quanto o psicanalista (Rosa, 2004).

Conforme Parker (2005), quando um analista do discurso interpreta em texto escrito usando o trabalho de Lacan, ele está de fato, se posicionando mais como um analisando do que como um analista, mas um analisando deparado com cadeias de significantes em um texto que não é dele. Outro apontamento do autor (Parker, 2005) é que lacanianos, como outros psicanalistas, referem-se a ‘casos’, no entanto não existe tal coisa. A análise é conduzida “um-a-um” e o discurso do analista é fundamentado por princípios teóricos com parâmetros que podem ser usados para interpretar o que está acontecendo, princípios que devem estar sempre prontos a serem alterados em face a cada novo caso. É por isso que toda boa descrição de “caso” é também a elaboração de uma teoria.

No âmbito da pesquisa em psicanálise ressoam desconfortos a respeito da possibilidade do uso de entrevistas semiestruturadas na escuta do sujeito psicanalítico. Afinal, se a relação transferencial é um dos postulados principais da teoria psicanalítica e um canal possível para o tratamento, a mesma não fica comprometida pelo uso de uma ferramenta que propõe um roteiro pré-determinado e parte de um contexto que de partida é compreendido como desigual? Como se daria um estudo de campo em que o analista vai ao encontro do analisando para propor uma questão e não o oposto?

A solução parece estar no manejo da transferência. Rosa e Rodrigues (2010) confirmam que quando a entrevista é realizada fora do contexto da clínica, existe sim a dificuldade da demanda ser do pesquisador, e não do entrevistado. No entanto, as autoras indicam uma possível solução:

Na clínica, a escuta do analista implica que este ocupe o lugar de “suposto-saber” sobre o sujeito, uma estratégia para que o sujeito, supondo que fala para quem sabe sobre ele, fale e possa escutar-se e apropriar-se de seu discurso. Já nos contextos exteriores à clínica, há uma inversão do modelo, pois é o pesquisador quem supõe que o entrevistado saiba algo. A demanda do pesquisador deve ser suficientemente ampla para proporcionar ao entrevistado formular sua própria questão e responder a ela, na transferência, de forma singular, sem pressões prévias.

(Rosa e Domingues, 2010, p.186)

Rosa e Domingues (2010) discorrem sobre essa controvérsia a respeito de técnicas de coleta de dados que incluem entrevistas e observação, sendo a psicanálise passível de aplicação em territórios estranhos à clínica. Reforço que a psique é pensada de forma intrínseca à sociedade e, assim, a análise que considera o laço social centrará nos aspectos objetivos das interações sociais, assim como em sua dimensão inconsciente, em como os sujeitos se enredam nesses fenômenos e como a sociedade os demanda. Nesse sentido, a partir de contribuições da psicanálise, estudo a moradia, incorporando os aspectos subjetivos da moradia, como um espaço que comporta um imaginário social, em que aparecem processos de identificação, repressão e canalizações de pulsões.

Quanto às vicissitudes das práticas psicanalíticas clínico-políticas (Rosa, 2013), não há uma aplicação pura dos conceitos psicanalíticos, havendo aqui um risco de simplificar, reduzir, generalizar e esvaziar os fenômenos sociais do peso de sua realidade histórica. Rosa (2013) aponta que a pesquisa deve efetivamente contribuir para levantar os modos como os sujeitos são enredados nas malhas da dominação, de maneira a indicar possíveis saídas individuais, sociais e políticas. Assim, a análise individual dos dados não excluirá o geral, sendo o modo singular de enredamento no laço social elucidativo também das estratégias de controle do campo social, fornecendo elementos fundamentais para compreensão do fenômeno estudado ao esclarecer uma parcela de seus aspectos.

Por fim, os sujeitos dessa pesquisa foram escutados considerando os laços sociais e suas histórias, que incluem a história do lugar que habitam. Será no capítulo terceiro que desenvolverei com maior profundidade o que entendo como laço social.

2.3 Dados para análise: cenas e entrevistas semiestruturadas

As cenas vivenciadas em trabalhos anteriores que culminaram na realização desse estudo aparecem de maneira intrusiva na leitura das transcrições dos dados coletados especificamente para a pesquisa de campo. A decisão de incluir tais cenas na análise proposta foi pensada como possibilidade de ampliação descritiva das análises, que são utilizadas como ilustração e diálogo com as narrativas apresentadas pelas entrevistas (Anexo 5).

No que se refere às entrevistas semiestruturadas realizadas especificamente para essa pesquisa, para submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPH-IPUSP), teceu-se os devidos documentos/declarações, como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, para inserção na Plataforma Brasil (Anexo 2).

Além disso, em conjunto com a orientadora desenhei um roteiro para entrevista semiestruturada (Anexo 1), contendo perguntas norteadoras que indicam a demanda da pesquisa, ao mesmo tempo dando espaço para que a/o entrevistada/o formulasse sua própria questão: o que faz você se sentir em casa? As perguntas complementares foram exploradas conforme o que era apresentado pela/os entrevistada/os.

Para a pesquisa de campo, foi organizado o processo de mapeamento de três ou quatro pessoas ou famílias a serem visitadas. O caminho da entrada no Jardim Ângela foi através do contato com estudantes do Programa de Psicologia Social da PUC-SP e com a professora Mary Jane Spink. Spink realiza estudos sobre moradia, e um de seus projetos intitulado "Viver em Áreas de Risco" é centrado no bairro do Jardim Ângela. A partir deste diálogo, se deu a abertura para participações pontuais no fórum de pesquisadores da região, onde houve o contato com líderes locais de movimentos sociais, religiosos ou de organizações de saúde, o que permitiu acionar os primeiros moradores que foram entrevistados por mim:

- V. foi identificada através do contato com um movimento para acesso a moradia na região e se dispôs a conversar comigo junto com seu marido (M.) em sua casa.
- C. foi identificado no contato com uma igreja da região e conversamos em seu local de trabalho
- R. foi identificada através do contato com equipe da unidade de um dos dispositivos de saúde da região e se dispôs a conversar junto com seis membros da sua família em sua casa (A., W., F., H., N., L.)

Foram realizadas, portanto, uma entrevista individual e duas entrevistas em grupo. As entrevistas foram transcritas a partir das gravações consentidas.

Por fim, em compromisso estabelecido no fórum de pesquisadores do Jardim Ângela, a pesquisa aqui apresentada adotou a premissa de co-construção, o que implica a oferta de contrapartidas: no caso, foi combinado que eu daria um retorno sobre o resultado do estudo aos entrevistados. Este retorno visa contribuir aos debates realizados nos fóruns do Jardim Ângela, e dar continuidade a atividades relacionadas à temática da moradia.

3. A questão do laço social

Foto Exibição Mulheres são heroínas – Morro da Providência, Rio de Janeiro
(JR, 2008 <http://www.jr-art.net/projects/rio-de-janeiro>)

“Sou apaixonada por esse local” – disse Rosiete Marinho, moradora do Morro da Providência, em entrevista à JR em 2008. Lendo Rosiete e observando a imagem que destaca rostos, levanto a pergunta: o que faz laço?

Apesar da Providência ter sido a primeira favela do Rio de Janeiro, até hoje não possui um centro cultural que, por exemplo, conte a história de quem vive por lá. Diante dessa invisibilidade, a foto do fotógrafo francês JR (2008) ilustra a resistência de mulheres no Morro da Providência no Rio de Janeiro. Os olhares que sobressaem são de vítimas de violência que vivem ali e que, conforme JR, realizam um papel vital na sociedade e merecem maior visibilidade.

Permitir aos sujeitos que se localizem, dando valor às suas experiências de dor e articulando um apelo que os retire do silenciamento, traz espaço para buscar transformações de um trauma em experiência compartilhada e a construção da posição de testemunha. Rosa (2013) aponta a transmissão da cultura como uma direção possível, atuando assim na reconstituição do laço social que é norteadora do funcionamento do campo social.

Mas, afinal, seria a moradia lugar dos laços? Como se dão os laços no local em que moramos? Rosa (2002) afirma que a moradia é um dos recursos institucionais organizadores da vida social, assim como a saúde, a educação e o trabalho. Tomando a dimensão dos laços sociais nos espaços em que vivemos, considerarei, portanto, a relevância da moradia na constituição do sujeito desejante.

Neste capítulo, entre meandros tradutórios que vão de ligação à obediência (Moreira, 2013), elucidei a noção de laço social considerada nessa pesquisa. Foi ao estudar sobre o que faz laço, que encontrei em Soler (2016) a indagação sobre a civilização na qual vivemos, mais especificamente a dimensão do pacto, ou do contrato, que está no fundamento da sociedade, e que “caducou”. Reflito, nesse sentido, também sobre como se dá o desamparo e os possíveis riscos de rompimento dos laços sociais e seus efeitos disruptivos na subjetividade (Rosa, 2002), quando perguntamos sobre a perda de um discurso de pertinência e de atribuição de um lugar social.

Liame ou laço?

Para aprofundar a elaboração proposta, é relevante apontar o entendimento de laço social na psicanálise. Moreira (2013) aponta que na literatura psicanalítica se encontram múltiplas traduções para o mesmo termo em francês: *lien*, que vem do latim *ligamen*, significando laço, cordão, corda, bandagem, ligadura, tira.

Moreira (2013) faz um apanhado ilustrando que o termo em francês no início do século XII significava “fecho que constitui um entrave” e, em sentido figurado, o termo já aparecia qualificado como laço afetivo ou moral. No fim do século, era sinônimo de “laço para conduzir um cachorro” ou, na expressão *solers a lien*, indicava um calçado não atado, mantido por uma tira, ao mesmo tempo em que, figurativamente, designava uma “obrigação resultante de um voto”. No século seguinte, aparece em expressões como “laço de obediência” ou “de casamento” ou mesmo “laço jurídico”. No final do século XVII, surge a expressão “laço de sangue” e, já na metade do século XIX, “laço do discurso”, como “encadeamento”, “sequência” ou “série contínua”.

Moreira complementa que em português “laço” vem da palavra latina *laceus* ou *laqueus*, que significa nó, laço, armadilha para caça, empecilho, embaraço, e também contém os significados de nó corredio facilmente desatável, armadilha para caça, estratégia ou cilada, pacto entre indivíduos, aliança, vínculo, união. Já liame como sinônimo de cavername se refere

às estruturas que dão forma ao casco de um barco do século XV. Cavername, por sua vez, informalmente, indica o conjunto de ossos de um corpo, ossada. É no século XVI que se acontra a acepção metafórica “ato ou efeito de liar-se”, – que, como o verbo ligar, vem do latim *ligare*, amarrar, atar, prender – e ligação, vínculo advindo do latim *ligamen*.

Por fim, considerando apenas a etimologia do termo em francês *lien*, a tradução mais próxima para a expressão “lien social” é liame social. Entretanto, a maioria das publicações em psicanálise adota a expressão “laço social” e por isso a utilizo nesse trabalho, tomando laço social como sinônimo de ligação, vínculo ou relação entre as pessoas.

O que faz laço?

Segundo Soler (2016) inicialmente Freud nos responde que a libido, ou Eros, é o que faz laço, no entanto, posteriormente, ao apontar para as forças disruptivas dos laços, Freud relança a questão. Para Freud, acima do que pode ligar corpos estão o autoerotismo e o narcisismo como dados originários: o próprio corpo é o primeiro objeto e a questão é saber se, e como, a libido pode investir em outros objetos além do primário, percebendo bem a junção entre psicologia individual e psicologia coletiva.

Soler (2016) vê uma falta de consideração de variantes históricas nessa problemática, e aponta em Lacan a questão sobre “o que retém os corpos invisivelmente” (Lacan, 2003, p. 448), o que permite viver em sociedade, sendo que aquilo que os contém não existe sem o aparelho da linguagem, que estrutura o inconsciente. A autora entende que a questão do laço social deve ser enfatizada por duas razões: primeiro, relativas à psicanálise e segundo, às dos discursos da nossa civilização atual.

Quanto aos discursos da nossa civilização, o desenlace, ou ameaça ao laço, é apontado pela autora como experiência principal em nossa sociedade hoje, em meio a queixas de solidão e precariedade, resultantes de um individualismo cínico, do declínio dos valores entendidos como universais e da fragilidade dos apegos em um casal ou em uma geração ou mesmo na vizinhança, traduzidos em desencantamentos, decepções e desconfianças. Soler (2016) nos aconselha – no âmbito do trabalho, familiar ou nas ditas relações amorosas – a não contar com promessas de permanência. No que se refere ao amor, nunca houve garantia que superasse o tempo. Já quanto ao trabalho, a precariedade que não é vivida é temida, uma vez que a solidariedade entre equipes e identificação com suas empresas são desfeitas em meio a competição selvagem e demissões em massa. Quanto à família, além da redução de

fundamentos familiares ao casal amoroso, em que desejos flutuam, à mercê de fidelidades e dimensões contratuais, há também a transformação da relação antes meramente contratual dada a emancipação alcançada pelas mulheres, as permitindo sobreviver fora do casal. A dimensão do pacto, ou do contrato, que está no fundamento de toda uma sociedade, parece ter, nesse sentido, “caducado” nos níveis político, comercial e íntimo.

Rolnik (2015) em estudos sobre planejamento urbano questiona o uso da moradia como mercadoria de uma cidade segregada levantando o debate do contexto histórico de um discurso capitalista. Ao passo que Soler (2016) aponta que tal discurso desfaz laços e também multiplica ao máximo as possibilidades de relação, dando elasticidade à libido, em que meios de comunicação tornam presente aquilo que está longe.

Soler (2016) afirma também que a produção capitalista permite acesso a diversos bens possíveis, promovendo uma visão globalizada da fantasia, e tais bens se tornam uma causa comum, todos fabricam o mesmo produto, demonstrando uma “adição aos produtos”. É justamente essa fabricação precária dos mesmos bens, um universal fácil, que não produz laço, uma vez que se associar a industrializados não é o mesmo que se associar ao seu semelhante: “A causa capitalista não solda os indivíduos entre si, deixa cada um reduzido a seu corpo, fora do laço” (Soler, 2016, p. 16).

Nesse sentido, retomo a afirmação de Lacan sobre o discurso capitalista em que o proletário nada tem para fazer laço social uma vez que forma um grupo que não compõe uma multidão consistente. Não basta estar conectado com outros seres humanos ou ser vizinho no mesmo espaço para que se tenha o que Lacan chama de laço social. Lembrando que, na teoria lacaniana, o discurso é concebido como constituinte do laço social, sendo que o inconsciente é estruturado pela linguagem que precede o sujeito e as possibilidades de laço social.

Soler (2016) exemplifica através do “estatuto dos agrupamentos” que o capitalismo prescinde de grupos, do tipo do “agregado” em que não necessariamente há laço na neurose, e cita uma fala de Sartre:

É uma multiplicidade inconsistente que a imagem do monte de areia ilustraria muito bem. Sartre, por sua vez, pensava, antes, na imagem das ervilhas numa lata. Um milhão de consumidores, ou dez, não sei, não seriam um agregado padrão, a copresença ao menos? Que só se possa contá-las é, aliás, justamente um índice, como para as mulheres. (Soler, 2016, p. 16)

O agregado não é uma multidão consistente, não tem a estrutura de um conjunto, não tem Um instituinte. Em suma, o laço social vai além da vizinhança dos corpos.

Freud (1921), em *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, descreve a estrutura dos laços afetivos. Coletivos organizados, estruturados e seculares como a igreja e o exército são tomados como exemplo: o que assegura a coesão desses conjuntos tão sólidos? Freud se interroga sobre a condição do laço que é a obediência, como nas Cruzadas, em que há uma aceitação que permite ir até a morte sob ordens. Quanto a essa servidão voluntária, como o racional desaparece nessa configuração do laço em proveito da emoção? Freud menciona também que tal irracionalidade está somada à suspensão do egoísmo individual que postula como fundamental, tendo como efeito lutas competitivas e hostilidades irreduzíveis e que também produz amizades, ajuda mútua e solidariedade.

Freud (1921) se pergunta sobre o que pode limitar assim as forças hostis que engendram o narcisismo e o egoísmo das pulsões. Fala sobre uma “estrutura libidinal da multidão” em que cada indivíduo está ligado por laços libidinais por um lado ao líder ou ideia – no caso da igreja, Cristo como comandante chefe – e, por outro, os demais membros do grupo. Na identificação vertical de cada um com o chefe há um condicionamento da identificação horizontal de cada um dos eus ideais dos membros da multidão que passam a se reconhecer como irmãos nesse amor compartilhado, podendo assim se amar como irmãos.

Já Soler (2016) centra em outro aspecto, no qual o Um que dá coesão momentânea a uma multidão não é necessariamente o Um do ideal encarnado - Há um, do francês *y a de l'Un*, indicado por Lacan não como unificante, mas também como o que desunifica – podendo ser o Um de um gosto compartilhado, ou o Um de sintoma. Por exemplo, pessoas indignadas que o Um de um protesto comum desorganizado reúne por certo tempo em um dado lugar, marcando uma multidão efêmera, sem coesão, em que seria necessário um chefe condutor.

Soler (2016) aponta que Freud enfoca-se muito mais no “grande homem” – chefe, herói, na sua diferença com o homem comum da multidão – do que Lacan. O laço social que forma a massa para Freud – e que Lacan preferiria que tivesse sido traduzido por grupo ao invés de massa – é o que Lacan nomeia como discurso do mestre. Os chefes das instituições exemplificadas por Freud não se autorizam por si mesmos, mas sim são instituídos por procedimentos precisos, em que há um aparelho discursivo que os legitima – vale para o chefe militar e para o Papa. O que Freud chamou de civilização, Lacan chama de discursos, delimitando quatro tipos de discursos – universitário, mestre, analista, histérica – mais o quinto, o capitalista.

No que diz respeito ao laço do discurso do mestre que estrutura a multidão freudiana, é o Um identificador que preside a todas as identificações, verticais ou horizontais. No que tange ao laço do discurso analítico, bem longe de se fundar nas identificações, ele as coloca, todas, em questão, mais exatamente, ele questiona sobre aquilo que as funda. É assim que o discurso revela o que o discurso comum mascara, a saber, que, de fato, as identificações jamais comandam a verdade, pois elas mesmas são comandadas (Soler, 2016, p 26).

Soler aponta então que, no grupo, o jogo das identificações domina – carregando submissão conformista e a credulidade, “vocês querem um mestre”, para Lacan – sendo que o Um homogeneizante ou unificante do laço que opera na multidão é o oposto do laço analítico que visa a diferença, o Um da singularidade, como um avesso da multidão. É nesse laço que está o desafio da transferência, que em uma multidão a dois, em que o analista está no lugar do Um que identifica, cada qual com o seu inconsciente, não há um comando de todos os vínculos na busca de uma reeducação para adaptar o sujeito à tropa, mas sim a análise de sintomas para revelar que eles vêm do inconsciente. Esta afirmação é relevante para a pesquisa, que, tomando a singularidade como premissa, escuta pessoas que moram em espaços nomeados como periferia, morro ou quebrada.

Pela associação livre psicanalítica, eu poderia dizer que o inconsciente é um saber a ser decifrado. No entanto, sobre a relação de amor que se endereça ao saber, na transferência, existe um laço que passa pela fala. Na relação analista/analizando existe um suposto saber à espera de uma resposta. É no deciframento que se encontrará o sentido dos sintomas e uma distinção do rebanho da multidão. E qual seria então a alternativa de laço social que não fosse da ordem da multidão homogeneizante ou da dispersão singularizante? Lacan (1975, p.47) aponta: “É certo que os seres humanos se identificam a um grupo. Quando não o fazem estão fodidos, devem ser encarcerados. Mas não digo até que ponto do grupo eles têm que se identificar”.

Soler (2016) vê em Lacan a suposição de que existem grupos distintos, que prescindem de identificações diferentes, retomando uma formulação de Lacan sobre militares ingleses na segunda grande guerra: o que é necessário para transformar um agregado de irredutíveis em uma tropa em marcha? Retomo o questionamento de Soler ampliando a questão à atualidade e os efeitos desagregadores do capitalismo: o que é necessário para fazer uma sociedade solidária a partir da tropa dos esparsos consumidores?

Quanto ao laço histérico, Lacan indica que a histeria não se define apenas por um tipo de sintoma, como conversões do psíquico ao somático como se pensa no senso comum. Lacan entende que o sintoma, seja ele qual for, se basta em si mesmo, e que é necessário um artifício de discurso, portanto, sua inserção em um laço, para elevá-lo em demanda, em endereçamento. Ao fazer da histeria um discurso, Lacan a diferencia de outras estruturas clínicas como obsessão, fobia ou perversão em que compreende haver um falso laço. Descreve a histeria como uma modalidade específica do desejo, enquanto na obsessão há um desejo anulado, na fobia um desejo prevenido e na perversão um desejo masoquista. Levanta-se a hipótese aqui de que é o desejo que faz laço. Soler desenvolve essa possibilidade e conclui que nem todo desejo faz laço, pois, afinal, na fantasia há apenas uma interpretação do Outro, com o desejo estando no lugar do semblante.

Laço social e desamparo

Os laços sociais são fundamentais para refletir sobre o desamparo. Para a psicanálise, o desamparo é visto como uma primeira perda para que o laço social seja possível. Freud (1996) aponta o desamparo como o despreparo do organismo humano quando de seu nascimento, uma incapacidade motora que gera dependência para dar conta de necessidades vitais, o que implicará em uma série de vicissitudes na vida do sujeito.

Em alemão, desamparo – *Hilflosigkeit* – tem por núcleo *Hilflos*, adjetivo que significa “desamparado, sem ajuda, sem auxílio”. *Los* é a ausência de algo, um sufixo que anula a ação do verbo *Helfen* que significa “ajudar, socorrer”. *Keit* é uma designação que indica um substantivo. *Hilflosigkeit* literalmente significa “ausência de ajuda”. É o desamparo, em que não há ajuda, nem ninguém para proteger: falta a ação de ajuda. As duas palavras que compõem *Hilflosigkeit* pressupõem uma interação com o Outro que não acontece. A ausência de amparo do Outro aparece dentre as reflexões sobre o espaço da morada.

Cavalcanti e Poli (2015) apontam que em *Mal-Estar na Civilização* (Freud, 2006), Freud assinala que a civilização foi erigida no intuito de diminuir o desamparo, seja aquele vivido diante das forças da natureza, da debilidade do corpo ou do perecimento da vida. No entanto, é também na própria civilização, na relação com seus semelhantes, que o desamparo volta a incidir, são essas relações, os laços sociais, que terminam por produzir o maior obstáculo à satisfação e à felicidade. Nesse sentido, vale ressaltar que, como aponta Quinet (2009, p.17),

“o mal-estar na civilização é o mal-estar dos laços sociais”, que se expressam através do ato de governar e ser governado, de educar e ser educado, analisar e ser analisado e no ato de fazer desejar e ser desejado. Quinet (2009) indica que estes atos se referem a diferentes tempos do circuito pulsional, inscritos discursivamente nas diversas modalidades de laço social, estes se inscrevem igualmente em suas fórmulas o mal-estar que sua operação prescreve. Retomando o *Mal-Estar na Civilização*, há uma tendência em tomar o outro como objeto a ser consumido, tanto sexual quanto agressivamente.

Partindo do entendimento das pulsões, a inclinação em querer abusar, explorar, torturar e matar seu semelhante está ligada a pulsão de morte, que, segundo Quinet (2013), deve ser aparelhada discursivamente para possibilitar o laço social. Ou seja, há um paradoxo fundamental que indica nos laços sociais a fonte principal do mal-estar e ao mesmo tempo a busca de uma solução para o desamparo, uma vez que sua energia provém de um dos desejos mais permanentes da humanidade: a necessidade de proteção através do amor.

A vida em sociedade é pautada em regras que buscam a adequação do sujeito à cultura, o que é sempre fonte de mal-estar, e produzem sofrimento ainda que sejam necessárias para o convívio social. Freud em *O Futuro de uma Ilusão* (2006) menciona:

Acho que se tem que levar em conta o fato de estarem presentes em todos os homens tendências destrutivas e, portanto, antissociais e anticulturais, e que, num grande número de pessoas, essas tendências são suficientemente fortes para determinar o comportamento delas na sociedade humana. (Freud, 2006)

Rosa (2002) aponta os riscos de rompimento dos laços sociais e efeitos disruptivos na subjetividade quando debate sobre a perda de um discurso de pertinência e de atribuição de um lugar social. Nestes casos, a falta de gratificação narcísica aliada à exclusão dos ideais e valores do grupo pode ter impactos importantes ao sujeito. Rosa (2002) alerta que atualmente parece estar havendo quebras de fundamentos do contrato social, resultado de um modelo econômico neoliberal, em que o acesso aos bens privilegia alguns. Rosa nomeia como desamparo social quando recursos organizadores da vida social, tais como, saúde, educação, moradia, trabalho e segurança não estão disponíveis a população, o que pode colocá-la em situação de desproteção.

Junto com a percepção da existência de um desamparo social, Rosa (2002) traz o conceito de violência simbólica, de Bourdier, que perpetua e submete os sujeitos a um discurso social dominante, promovendo sua adesão aos fundamentos da organização social que lhes

atribui lugares marginais. Este lugar promoveria essa sensação de desproteção, um desamparo caracterizado pela fragilização de estruturas discursivas que suportam o vínculo social no que rege a circulação dos valores, ideais, tradições de uma cultura e resguardam o sujeito do real. Ou seja, um ideário igualitário e libertário pode mascarar regras e valores do modelo neoliberal, pautado pela lógica do mercado e pelo privilégio do capital.

Dado que o analista vive em meio a esse contexto, destaco que, como alerta Lacan, devemos estar atentos à nossa resistência, aos entraves que estão na escuta, não apenas na resistência egóica do paciente que podem cessar as associações livres. Antes de pensar em diagnósticos ou estruturas, é preciso escutar o sujeito, esse sujeito que ocupa o lugar de resto na estrutura social. A escuta que supõe romper barreiras e resgatar a experiência compartilhada com o outro deve ser uma escuta como testemunho e resgate da memória, de modo a não suprimir sua condição de sujeito estando atento aos processos de coisificação coletiva que induzem à submissão cega.

Rosa (2014) afirma ainda que para recompor um lugar discursivo, para que se faça laço social, é preciso romper com o lugar alienado instituído pelo discurso ideológico. Condição esta necessária para reconstruir a história perdida na memória, reconstrução que já implica uma revisão, reinterpretando o passado, construindo uma narrativa ficcional que situe no laço social.

Ao refletir sobre tratamento, Rosa aponta que é preciso restituir um campo mínimo de significantes que possam circular, referidos ao campo do Outro, permitindo ao sujeito se localizar e poder dar valor e sentido à sua experiência, articulando um apelo que o retire do campo de silenciamento. Está em jogo não somente a reconstituição narcísica de sua imagem, mas também a recomposição do lugar a partir do qual o sujeito se vê amável ao Outro, reafirmando uma posição que lhe permita se localizar no mundo e estabelecer laços sociais, inclusive os analíticos. Retomando a questão sobre moradia, podemos analisar como a moradia junto ao laço social é oportuna no sentido de possibilitar tal localização uma vez que tal espaço de intimidade, reconhecimento e pertencimento pode proporcionar o encontro com si mesmo, e por sua vez com o Outro, de outras formas.

4. Reflexões sobre moradia e laços sociais

Nas entrevistas, destaco três temas centrais que apareceram em diversos momentos: território, família e trajetória. Estes temas serão desenvolvidos junto com outros aspectos-chaves que foram citados pelas/os entrevistadas/os, tais como, relações de gênero, racismo, divisão centro-periferia, segurança, entre outros. A partir dos temas destacados das entrevistas, farei uma análise crítica, produzindo reflexões em diálogo com os fragmentos das entrevistas.

Para facilitar a leitura, apresento a seguir as sínteses das entrevistas realizadas com moradores/as do Jardim Ângela. Acompanhando esta síntese, algumas cenas de trabalhos realizados anteriormente, vistas como experiências de campo, que serão utilizados na produção da reflexão proposta. Em anexo constam as informações das transcrições das entrevistas, assim como a descrição das cenas dos trabalhos anteriores (anexo 3 e anexo 5, respectivamente).

Posteriormente apresento os agrupamentos temáticos, que destacamos das entrevistas, e a análise no tocante à moradia e laços sociais.

Breve síntese das entrevistas

Como anunciado anteriormente, iniciei as entrevistas com a questão: “O que faz você se sentir em casa?”. A elaboração da direção das entrevistas (anexo 1) foi feita com o objetivo de permitir que as/os entrevistadas/os tivessem espaço para expressarem os elementos que achassem importantes, assim, as conversas foram conduzidas visando aprofundar os temas trazidos por cada sujeita/o. No Anexo 3 poderão ser encontradas as sínteses ampliadas das entrevistas transcritas e no Anexo 4 um trecho ilustrativo do diário de campo. A seguir descrevemos uma síntese dos temas centrais trazidos por cada participante. Serão usadas siglas no lugar dos nomes para manter o sigilo das entrevistas.

Entrevista 1

V., mulher, negra, 58 anos, casada há 25 anos, nasceu em Minas Gerais e migrou para São Paulo onde trabalhou como babá e atualmente é funcionária de uma residência terapêutica.

M, homem, negro, cerca de 60 anos, marido de V., participa da entrevista fazendo breves complementos.

Os temas principais trazidos por eles estão relacionados à infância de V., ao processo de financiamento da casa, à sexualidade e o papel da mulher e às suas relações de trabalho.

Entrevista 2

C., homem, branco, 72 anos, irlandês, vive na instituição em que trabalha. Mudou-se para o Brasil há 48 anos e há 30 anos está no Jardim Ângela. Ao longo da entrevista menciona suas relações com as pessoas do entorno e a causa que têm em comum, fala sobre a questão da violência e sobre ser estrangeiro.

Entrevista 3

R., mulher, enfermeira, tem 29 anos. Além de R. as demais mulheres da família participam da entrevista. São elas:

A mãe (W.) que tem 67 anos, trabalha como faxineira e veio da Paraíba com os filhos ainda pequenos para poder acompanhar o marido que tinha vindo para São Paulo em busca de melhor situação financeira.

A. 33 anos que é a irmã mais velha de R. e que trabalha como professora de uma escola pública da região.

F. 30 anos irmã de R. que trabalha como lojista.

M. 51 anos é madrinha de R. trabalha como passadeira.

H. 14 anos que é estudante filha de M.

L. 49 anos prima do pai de R.

As questões centrais que apareceram durante o encontro foram o êxodo rural, a construção da moradia, medo da violência, centro/periferia, convivência, pertencimento, valorização.

Nestas entrevistas notamos que o contexto de migração e assentamento é um aspecto comum entre as/os participantes, ainda que de formas distintas. Descendentes já foram nascidos em São Paulo.

Cenas ilustrativas de experiências de campo anteriores

As pessoas entrevistadas destacaram a importância do Jardim Ângela nas suas vivências. Esta importância apareceu em outros contextos que participei como psicóloga em situações de

desastres e emergências. Utilizarei alguns fragmentos destes outros contextos para me aproximar das entrevistas e ampliar a análise.

Nestas situações de emergências e desastres, pude presenciar casas, bairros ou mesmo cidades inteiras destruídas por desastres, guerras e pessoas que voltam para esses espaços, tendo estas situações e esses locais como marca no percurso de suas vidas. As cenas que utilizarei são baseadas nos seguintes contextos: em 2010 cerca de vinte e cinco mil pessoas ficaram desabrigadas após as fortes chuvas que atingiram o estado de Alagoas, provocando a abrupta inundação do Rio Mundaú, que destruiu cidades inteiras na região; no Rio de Janeiro em 2011 um deslizamento de centenas de milhares de toneladas de terra, após fortes chuvas, causou quase mil mortes, deixando cerca de 45 mil pessoas desabrigadas e desalojadas; já na cidade industrial de Gorlovka, na Ucrânia oriental, que esteve sob constante bombardeio durante o mês de dezembro de 2015, encontrava-se em ruínas. No Anexo 5 consta a síntese ampliada das cenas aqui brevemente descritas.

Sigamos agora com o aprofundamento dos agrupamentos temáticos que destaco a partir das entrevistas realizadas no Jardim Ângela.

Agrupamentos temáticos

Os sujeitos entrevistados são testemunhas de seu tempo e reposicionam os discursos feitos sobre si mesmos, dissolvendo identidades fixas. Nesta recuperação de memórias apontam para uma sociedade em transformação.

Nos agrupamentos que se seguem problematizaremos o imaginário social, centrado em discursos dominantes, que incide sobre os moradores do bairro do Jardim Ângela anteriormente apresentados. Identifico as falas trazidas pelas entrevistadas na direção do que faz laço em relação à moradia, e levanto como aparece o entendimento sobre moradia e as relações com classe, gênero e raça.

No agrupamento nomeado como território (item 4.1) os temas centrais que são analisados são sobre questões financeiras relacionadas à moradia, racismo e à dicotomia centro-periferia, que impõe um funcionamento segregado. Já no agrupamento família (item 4.2.) consideramos as relações com as pessoas com quem as/os entrevistadas/os convivem/conviveram refletindo sobre a noção de pertencimento e as questões de gênero que aparecem no cotidiano. Por fim, no agrupamento (4.3) sobre a trajetória, centra na relação da moradia com a identidade dos

sujeitos, refletindo sobre o sentido do reconhecer a si mesmo em sua casa e também sobre a intimidade

4.1. Território

Conceito derivado de espaço, o território é produto da apropriação de um dado segmento do espaço por um grupo social, nele estabelecendo-se relações políticas de controle ou relações afetivas identitárias de pertencimento.

Os discursos sobre desterritorialização, que em seu pano de fundo prega o “fim das fronteiras” e o “fim do Estado” para a livre atuação das forças do mercado é para Haesbaert (2019) um mito referido à elite planetária.

Não passa de um rearranjo territorial sob condições de grande compressão do espaço-tempo, em que as transformações nas relações ligadas à distância e à presença-ausência (“o distante presente”) tornam ainda mais intensas as dinâmicas de desigualdade e de diferenciação do espaço planetário (Haesbaert, 2019, p. 367)

Diversas pesquisas (Spink, 2014, Spink et al 2015, Crowe et al 2016, Crowe 2006, Bianchi, 2017) foram desenvolvidas sobre o Jardim Ângela focando na vulnerabilidade da sua localização. No entanto, noto a importância do desenvolvimento de mais pesquisas que foquem no cotidiano das/os moradoras/es, no pacto social. Neste estudo, no âmbito da construção do inconsciente, parto do laço, da relação com o que une as pessoas, que será considerado e debatido para o entendimento de moradia para o sujeito.

Antes de focarmos nas entrevistas, é relevante primeiramente trazer algumas reflexões críticas sobre a questão da vulnerabilidade no território, para isso retomo algumas pesquisas sobre o que é entendido como vulnerabilidade. Carmo e Guizardi (2018) apontam que os conceitos sobre vulnerabilidade presentes nas políticas públicas nunca são inócuos, mas, se incompreendidos, podem esconder projetos contrários ao aprofundamento democrático e cidadão dos sujeitos de direito. Nesta direção, destacamos o estudo de Adorno (2001):

É preciso destacar que a noção de vulnerabilidade originada no âmbito das discussões sobre a epidemia de AIDS buscou incorporar a ideia do direito que todas as pessoas deveriam ter de alterar suas condições de vida para tornarem-se menos vulneráveis e, assim, promover a igualdade para todos. (Adorno, 2001, p.11)

Desde os anos 1980 o conceito de vulnerabilidade evoluiu e atualmente podemos admitir distintas relações do mesmo com a produção de cidadania nas políticas públicas da saúde e assistência social. No entanto, há convergências na compreensão de um conceito que representa múltiplas determinações que incidem sobre diversos contextos que os sujeitos vivenciam como frágil ou nulo o seu acesso a direitos, sendo o vulnerável aquele que não necessariamente sofrerá danos mas que a eles mais suscetível, não alcançando patamares mais elevados de qualidade de vida em função de sua cidadania.

A dissertação aqui apresentada parte de um contexto em que se encontram situações de vulnerabilidade, e a perspectiva da desigualdade marca a diferenciação no usufruto de direitos por parte dos cidadãos, da mesma forma que tenciona as políticas sociais, como abordarei no agrupamento nomeado como “território”.

“A cidade desumaniza as pessoas” (C.).

Aqui aparece a convocação para humanizar a cidade e a moradia. A fala de C. parece remontar a algo que retira a humanidade das pessoas. Quais aspectos seriam? Como as distâncias, as separações (centro-periferia) e as dinâmicas de visibilidade/invisibilidade operam neste contexto? Como as relações de posse e propriedade aparecem?

4.1.1 Posse, propriedade, imóvel

Dentro do tema “território”, levanto alguns aspectos que surgiram nas entrevistas, iniciando aqui com o entendimento sobre moradia e a relação com a posse, que no caso, enfatiza a possibilidade de permanência, como visto nos fragmentos a seguir.

“Um dos meus sonhos era ter uma casa em que não preciso me preocupar se serei tirada”. (V.)

“Vendem para as pessoas um sonho que não existe”. (V.)

A questão da posse apareceu como central nas entrevistas em relação à moradia. O sonho de não ser “tirada” da sua casa coloca a questão da moradia num ponto específico. Ser “tirada” me fez também lembrar o termo “remoção” comumente utilizado pelas equipes da defesa civil, como na cena do desastre que aconteceu no Rio de Janeiro em 2011 (Anexo 5). Nesse contexto, remover se refere à remoção de objetos após o desastre, como coisas que devem ser empacotadas e levadas em um caminhão de mudança.

No caso de V., o tema que predomina é o processo de financiamento de seu apartamento e os pagamentos de IPTU, da construtora, da Caixa Econômica e questões sobre dívidas, isenções, cobranças, contratos e justiça. V. deixa em aberto a dúvida se a casa é dela ou se é da agência financiadora, demonstrando angústia diante das incertezas quanto à quitação do financiamento. Ressoa aqui um tópico cotidiano comum, o conhecido “sonho da casa própria”. A preocupação de V. em poder continuar vivendo em sua casa é um tema importante, que pode ser visto em outras entrevistas.

A partir da fala de V., se faz necessário olhar para o contexto de moradia e a relação com o mercado, onde a propriedade imobiliária em geral, e a habitação em particular, configuram uma poderosa fronteira da expansão do capital financeiro (Rolnik, 2015). A crença de que os mercados podem regular a alocação da terra urbana e da moradia como forma mais racional de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros experimentais e “criativos” vinculados ao financiamento do espaço construído, levou as políticas públicas a abandonar os conceitos de moradia como um bem social e da cidade como um artefato público (Rolnik, 2015).

Nesse sentido, há embates sociais e políticos gerados no e pelo laço social que, se não forem considerados, podem, em alguns casos, incidir sobre o sujeito, individualizando seu impasse. Encarar a moradia somente como sinônimo do capital pode obstruir o entendimento sobre quem habita.

Ainda sobre esse entendimento de moradia enquanto direito humano, Ban Ki-moon (2007) menciona os efeitos dos despejos forçados. O anterior Secretário Geral da Organização das Nações Unidas indica que um grande número de pessoas em cidades de todo o mundo, incluindo a maior parte do um bilhão atualmente vivendo em favelas, não têm segurança da posse, enquanto pelo menos duas milhões de pessoas são despejadas à força a cada ano. Os despejos forçados afetam predominantemente aqueles que vivem em piores condições habitacionais, especialmente os grupos vulnerabilizados e desfavorecidos, incluindo mulheres e crianças. Muitas das tais expulsões são realizadas em nome da reabilitação urbana, com pouca consideração pelas consequências entre os afetados pelos despejos, que são muitas vezes deixados sem abrigo ou disposições alternativas. Além disso, é relevante apontar que a vulnerabilidade das cidades tem aumentado devido às mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, favelas urbanas estão se expandindo para áreas mais geograficamente vulneráveis a desastres como inundações, deslizamentos de terra, poluição industrial e outros.

Rolnik (2015) descreve sua experiência enquanto relatora especial da ONU para o direito à moradia adequada e descreve processos massivos de remoção relacionados à implementação de grandes projetos e a contextos de reconstrução pós-desastres naturais. Rolnik cita o Haiti após terremoto em 2010 e as Ilhas Maldivas e a Indonésia após o tsunami de 2004, quando observou situações de extrema vulnerabilidade socioambiental em que as relações de posse foram determinantes para definir – ou bloquear – direitos.

Pude formular a hipótese de que a hegemonia da propriedade individual escriturada e registrada em cartório sobre todas as demais formas de relacionamento do território habitado constitui um dos mecanismos poderosos da máquina de exclusão territorial e de despossessão em marcha no contexto de grandes projetos, sejam eles de expansão da infraestrutura e desenvolvimento urbano, sejam de reconstrução pós-desastres. (Rolnik, 2015, p. 13)

Dentre os discursos que observam o sujeito de direitos, sobre o conceito de moradia quanto ao aspecto da lei, destaco que o direito à moradia é lavrado em diversos documentos e

convenções internacionais, dentre eles a Declaração Internacional de Direitos do Homem (1948), o Pacto Internacional Sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1975), a Declaração de Vancouver sobre Assentamentos Humanos (1976), a Agenda 21 (1992), a Declaração de Istambul sobre Assentamentos Humanos (1996), a Agenda Habitat (1996) e a Declaração do Milênio e de Desenvolvimento do Milênio (2000). Destaco aqui a primeira referência:

Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência fora de seu controle. (Artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948).

Adicionamos o “Comentário no. 4” do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais do Governo Federal que define o que considera uma moradia adequada (2013):

Segurança da posse: a moradia não é adequada se os seus ocupantes não têm um grau de segurança de posse que garanta a proteção legal contra despejos forçados, perseguição e outras ameaças.

Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura: a moradia não é adequada, se os seus ocupantes não têm água potável, saneamento básico, energia para cozinhar, aquecimento, iluminação, armazenamento de alimentos ou coleta de lixo.

Economicidade: a moradia não é adequada, se o seu custo ameaça ou compromete o exercício de outros direitos humanos dos ocupantes. Habitabilidade: a moradia não é adequada se não garantir a segurança física e estrutural proporcionando um espaço adequado, bem como proteção contra o frio, umidade, calor, chuva, vento, outras ameaças à saúde.

Acessibilidade: a moradia não é adequada se as necessidades específicas dos grupos desfavorecidos e marginalizados não são levados em conta.

Localização: a moradia não é adequada se for isolada de oportunidades de emprego, serviços de saúde, escolas, creches e outras instalações sociais ou, se localizados em áreas poluídas ou perigosas.

Adequação cultural: a moradia não é adequada se não respeitar e levar em conta a expressão da identidade cultural. (Secretaria de Direitos Humanos, 2013)

O ponto de vista dos direitos traz um olhar pragmático sobre moradia, tratando sobretudo de necessidades básicas, passando pela segurança física dos indivíduos e por serviços essenciais como saneamento. Acerca desse tópico, destaco aqui a entrevista realizada com R., que declarou: “A rede de esgoto não chega (...) queremos reconhecimento de um determinado externo”.

Nesta entrevista, parece emergir, além da necessidade de estrutura básica de moradia, a importância do reconhecimento dos órgãos públicos sobre suas demandas. O reconhecimento é um aspecto importante, no caso, o endereçamento sobre a rede de esgoto que não chega, não havendo, portanto, o reconhecimento da necessidade do bairro. O não reconhecimento, é visto na manutenção da invisibilidade presente em segmentos da população que estão fora do campo do poder hegemônico, apagando a força discursiva dos que por eles estão submetidos, lançando-os ao silenciamento, em um desamparo discursivo capaz de adoecer.

Rolnik (2015) assinala que as políticas habitacionais e urbanas renunciaram ao papel de distribuição de riqueza, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismo de extração de renda, ganho financeiro e acumulação de riqueza. O modelo financista que vai penetrando nas cidades e nas políticas urbanas e de moradia, captando territórios, expulsando e colonizando espaços e formas de viver, parece operar no contexto do Jardim Ângela.

Apesar de promover igualdade, a democracia tal qual vem sendo praticada produz uma forma de governo instituída de maneira oligárquica. O político se funde com o poder econômico, implantando uma forma de governança que molda consensualmente a cidade de acordo com os desejos e necessidades das elites econômicas, políticas e culturais transnacionais. (Rancière, apud Rolnik, 2015, p.373)

No Brasil há cerca de seis milhões de famílias que não têm casa, representando cerca de vinte e duas milhões de pessoas (Boulos, 2012). Boulos (2012) aponta que dentre essas pessoas, 39% moram de favor em casa de parentes e outras 32% deixam de consumir o básico para sobrevivência pelo valor que o aluguel representa para renda familiar. Já quanto ao déficit habitacional qualitativo – inadequação das condições básicas – são mais de quinze milhões de

famílias, cerca de cinquenta e três milhões de pessoas, ou seja, quase um terço dos brasileiros. Mais de dez milhões de famílias sofrem com a falta de infraestrutura e serviços básicos como luz elétrica, água encanada, esgoto e coleta de lixo, sendo que em São Paulo 67% das pessoas com menos de 2 salários mínimos sofrem com essa situação; no caso das famílias com mais de 10 salários, esse número chega a 1,7% (Boulos, 2012). A acumulação de riqueza resultou na criação de pobres urbanos “sem lugar” (Rolnik, 2015), em novos processos de subjetivação estruturados pela lógica do endividamento, além de ter ampliado significativamente a segregação das cidades.

O impacto das desigualdades sociais sobre o direito à moradia é um aspecto fundamental para considerar na relação do sujeito com a sua morada. Soler (2016) discorre sobre os direitos humanos e o fato de que os direitos do indivíduo universal podem entrar em conflito com as exigências dos seres humanos apenas, em cada situação histórica, concreta. Criticamente, Soler desenvolve a ideia de que “não se pode mais colonizar tranquilamente”, pois isso não é mais um pensamento de nossos tempos, mas é possível ainda assim, “assujeitar o outro comercialmente”. Neste sentido, os direitos do homem combinam com o individualismo que o capitalismo promove, que reduz cada um a ser apenas um dentre outros, sem distinção. “Com o capitalismo financeiro somos confrontados com um poder aterrador por ser acéfalo, sem mestre” (Soler, 2016, p. 11).

Ao mesmo tempo em que os entrevistados apontam falas que corroboram para a afirmação de que “a cidade desumaniza”, o que pode ser ilustrado com a grave situação de vulnerabilidade imobiliária ilustrada acima, há também falas que indicam campos de resistência, de transformação, que se dão através do relacionamento entre as pessoas, através do laço social, da articulação popular.

“O lugar em que estamos virou referência para articulação popular, como lutas por moradia, educação e assistência”. (C.)

“Pobre que quer ter moradia tem que procurar um movimento” (V.)

O que se vê no Jardim Ângela são falas que ampliam os campos de resistência frente a uma pertença social condicionada à submissão sistemática de parâmetros dominantes. Este é um aspecto importante, pois além de apontar a necessidade das frentes de articulação popular

para o acesso à moradia, as entrevistas também ressaltam as formas de resistência e ampliação de entendimento sobre moradia na relação com os direitos básicos.

Por fim, o contexto histórico de um discurso capitalista, em que morar pode ser sinônimo do uso de uma mercadoria, em que os bens são uma causa comum, em que há produtos que fabricam um universal fácil, mas não fabricam o laço, dispõe uma cidade segregada. Aprofundo essa reflexão sobre segregação a seguir, quando discorro sobre a dicotomia centro/periferia.

4.1.2 Centro-Periferia

Nas entrevistas a divisão centro-periferia foi destacada diversas vezes, esta divisão polarizada foi vista de formas distintas, particularmente em relação a discursos sobre violência no Jardim Ângela e o impacto destes na relação com as/os moradoras/es.

“Muito mudou de 1997 para cá (...) não pegavam pessoas do Jardim Ângela para trabalhar” (W).

“Tem essa questão dos acessos (...) se ficar tarde para voltar e não tiver mais ônibus um taxista achará estranho vir para cá (A.)” [sobre passeio a um centro cultural na Av. Paulista].

“Gosto de ir na Av. Paulista quando está aberta aos pedestres no domingo, mas ao mesmo tempo tenho a sensação de “ensaio sobre a cegueira” (...) tudo lindo e maravilhoso e não existe problema no planeta” (A.)

“Dignidade ferida (...) meu endereço é considerado área de periculosidade quando quero fazer uma compra pela internet, taxista tem medo de me levar até em casa, omito no meu currículo que moro no Jardim Ângela, o que mantém esse imaginário [de violência] que se tem daqui” (R.)

“As pessoas são objetos feito baratas, não pensam no outro, tentando ganhar espaços que não existem, amontoadas no ônibus, por exemplo (...) ficam nervosas, puxam uma faca, um revólver” (C.)

“Quando o Jardim Ângela foi declarado o lugar mais violento do mundo encontrava corpos na rua diariamente” (C.)

“As pessoas bebiam, entravam em confusão, matavam, deixavam o corpo na frente da igreja, voltavam para o bar, limpavam tudo e policiais tinham medo de vir e serem mortos” (C.)

Estes fragmentos deflagram o cotidiano e história de quem mora no Jardim Ângela e o imaginário de violência ainda existente sobre os moradores/es. A divisão centro-periferia aparece nestes extratos de diversas formas, da dificuldade no acesso ao trabalho e circulação à ideia de violência que ainda tem efeitos sobre quem mora no bairro.

Dentre marcos fixados que categorizam historicamente o distrito do Jardim Ângela, Crowe (2006) menciona a escalada da violência em 1996, quando a região foi considerada a mais violenta do planeta pela ONU. No mesmo estudo, Crowe ressalta que as pessoas que moram na região não podem ser acusadas “injustamente como se fossem bandidos ou ladrões” (p. 87). Crowe, que é uma liderança de destaque na região, nos convoca a transformar uma estrutura, a mostrar que “existe um outro lado” (Crowe, 2006, p.87). Neste sentido, identifico o imaginário posto à periferia como o espaço em que vivem criminosos, conforme apontado por R. acima (“Dignidade ferida (...) meu endereço é considerado área de periculosidade”).

Nesta dinâmica centro-periferia, é importante ressaltar os movimentos de resistência ao imaginário de violência associada aos moradores de bairros periféricos. Nesse sentido, como podemos escutar “o outro lado da história”? Partindo da análise de Foucault (2005) sobre a produção da história, da história geral, que permite a presença das diferenças, em contraposição a uma história total, que pressupõe uma homogeneidade discursiva, aponto a importância de se considerar e dar visibilidade ao ponto de vista da daqueles que vivem na periferia, visto como fundamental para o entendimento dos efeitos dos discursos dominantes sobre os sujeitos. Os saberes locais, muitas vezes não legitimados, precisam, portanto, ser incluídos e não silenciados. Em seu estudo sobre “sujeitos periféricos” D’Andrea (2013) menciona o rap dos Racionais Mc “Trutas e Quebradas” e aponta que a declamação feita pelos artistas listando vários bairros de baixa renda e que sofrem com indicadores graves de violência foi uma forma de romper a invisibilidade e mostrar ao mundo a existência desses territórios, nos convocando a rever os efeitos destes discursos, trazendo à tona histórias subalternas, que podem ser vistas também em uma série de movimentos populares como o projeto nomeado “A Periferia é o Centro” (Pereira, 2014).

“O centro é bom para trabalhar, não para morar (...) sou mais a periferia mesmo. Já fiquei uma temporada de férias [no bairro nobre], mas você não se sente bem, é bem tratada e tudo mais, mas aqui...viemos de outro lugar” (W.)

No fragmento acima percebemos a divisão centro-periferia em diversos aspectos. Entre eles, destaco a fala sobre pertencimento, e a compreensão de moradia vem imbuída do sentimento de quem sou eu, e também de quem é o outro. No Jardim Ângela, na “periferia” (sic) estou eu, no “bairro nobre” (sic), no centro, está o outro. No próximo item elaboraremos mais sobre a diferenciação mencionada por W. ao aprofundar o tema racismo. Posteriormente, no agrupamento sobre família, abordaremos as relações de proximidade dos que “são mais da periferia mesmo” (W.)

O debate acerca da dicotomia centro-periferia é central em diversas pesquisas sobre o tema da organização do espaço urbano, que impõe diferenciações sociais e separações (Caldeira, 2000). Para aprofundar a análise, é relevante apontar alguns aspectos da história de São Paulo, focando na associação discursiva entre sujeira, pobreza e criminalidade. Caldeira (2000) descreve que no início do século XX a elite paulistana diagnosticou as desordens sociais da cidade em termos de doença, sujeira e promiscuidade, ideias que foram, em determinados contextos, associadas ao crime. Naquela época o estado de São Paulo criou o Serviço Sanitário e agentes estatais começaram a visitar as moradias dos pobres, especialmente os cortiços, procurando por doentes e mantendo estatísticas e registros. Essas visitas geravam reações negativas: era clara para as classes trabalhadoras a associação de serviços sanitários com controle social – uma das principais revoltas populares registradas na época, a Revolta da Vacina, não se originou no espaço de trabalho, mas seguiu-se à decisão do governo em vacinar a população contra varíola e mandar agentes sanitários para áreas pobres a fim de desinfetar suas casas e destruir aquelas supostamente infectadas.

Caldeira (2000) aponta que além de controlar os pobres a elite começou a se separar deles. Temendo epidemias – assim como temem o crime hoje – e identificando os pobres e suas condições de vida a doenças e epidemias, os membros das elites começaram a mudar das áreas densamente povoadas da cidade para regiões um pouco afastadas e com empreendimentos imobiliários exclusivos. Uma destas regiões era o novo bairro com o sugestivo nome Higienópolis. Eles também se mudaram para duas outras áreas exclusivas: Campos Elísios e Av. Paulista. Inspirado em Paris havia um plano municipal de organizar, limpar, embelezar e abrir o centro da cidade. Identificaram a concentração de trabalhadores e as condições anti-

higiênicas a eles associadas como um mal a ser eliminado da vida da cidade. Dispersão e isolamento apareceram como solução para um meio urbano caótico de tensões sociais.

A divisão centro-periferia é vista, portanto, como importante para a análise. Caldeira (2000) entende que não é possível compreender os desafios da cidade de São Paulo se a oposição centro-periferia não for revista e a maneira pela qual se concebe a incorporação da desigualdade social no espaço urbano for modificada. Em cidades fragmentadas é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação que são valores importantes das cidades modernas. Partindo desta divisão centro-periferia, notamos como estes discursos impactam nos sujeitos, como visto na fala de A sobre a complexidade de um passeio a um centro cultural, pois “se ficar tarde para voltar e não tiver mais ônibus um taxista achará estranho vir para cá” (A.).

Seguindo a análise, partindo da divisão centro-periferia, destacamos como os espaços foram ocupados e como o planejamento urbano foi visto, como trazidos pelas entrevistas.

“As pessoas fazem suas casas e quando há espaço vão fazendo outras” (V.)

“Na periferia há uma arquitetura própria (risos), as pessoas constroem no olhometro” (A.)

“Há um padrão que é o do esticadão, com um monte de casas para alugar e pouco espaço para passar” (F.)

“A primavera foi decapitada. Quando eu era menor tinha. Tinha milho. Tinha uma árvore na frente que o pessoal derrubou. O espaço que era para ser a rua, há uma necessidade, o pessoal que foi chegando foi se apropriando, se apossando, né? Levantando casas porque não tinham onde morar e foram tomando espaço” (F.)

Nos fragmentos acima ressalto dois aspectos, primeiro o da ampliação da moradia, e, segundo, o das transformações do território, das mudanças sentidas pelas/os entrevistada/os.

Primeiro, da forma de construção citada nas entrevistas, “o esticadão”, que se refere à uma construção em que cômodos, ou mesmo casas, são construídas uma em cima da outra, vale observar a relação com a política pública de urbanização e projeção da cidade. Caldeira (2000) aponta que os moradores/es da periferia também foram

negligenciadas/os pelo fato de nunca puderam contar com nenhum tipo de financiamento para construir suas casas. Os poucos programas criados ou tinham exigências que não podiam cumprir, ou foram rapidamente redirecionados para a classe média. Portanto, as/os trabalhadoras/es terminaram construindo as suas casas através da autoconstrução, o processo a longo prazo pelo qual os trabalhadores compram um lote, constroem um quarto ou um barraco nos fundos do lote, onde passam a morar, e então gastam décadas expandindo e melhorando a construção, mobiliando e decorando a casa.

À medida que a metrópole se expandiu, as preocupações das autoridades públicas aumentaram para regular o espaço construído e controlar a expansão descontrolada, assim como em remediar os efeitos mais perversos. Os regulamentos e planos urbanistas multiplicaram-se a partir dos anos 1960, no entanto, como já havia acontecido antes, seus efeitos foram sentidos principalmente nas áreas centrais ocupadas pelas classes média e alta, enquanto as periferias permaneceram negligenciadas até os anos 1970.

A regulação sobre o espaço construído se conecta a uma experiência profissional que participei no Rio de Janeiro, e para ilustrar parto de um fragmento de diário de campo (2011) onde há a cena do Córrego Dantas, em Nova Friburgo-RJ. Ali encontrava-se uma senhora que contestava a decisão da defesa civil local, que com respaldo legal solicitava que ela morasse em outro lugar, mas para ela Deus a protegia e permitiu que ela permanecesse. Nesta cena, podemos observar a fala do profissional da defesa civil que indicava o local como zona de risco, baseado nos estudos técnicos, sobre o que é moradia adequada ou digna, e ao mesmo tempo, o entendimento da moradora, que tem uma concepção do local baseada na sua vivência, com sua percepção de segurança e proteção.

4.1.3 Racismo

Para esta análise considerarei as relações de poder presentes nas falas sobre raça, classe, gênero e imigração em suas intersecções. McClintock (2010) a partir do debate sobre colonialismo e pós-colonialismo, convida à desconstrução do discurso colonial, apontando a cilada encontrada na ideia de uma cena única originária, uma vez que nenhuma categoria social existe em isolamento. Cada categoria existe em relação com outras, ainda que de modos desiguais e contraditórios, em que o poder raramente é atribuído por igual – diferentes situações sociais são sobredeterminadas pelas categorias raça, gênero, classe. McClintock (2010) complementa ainda que nenhuma categoria social deve permanecer invisível. Para a autora as “teorias” coloniais/pós-coloniais apontam uma marcha do historicismo ocidental e seu séquito de binários: eu/outro, metrópole/colônia, centro/periferia. O colonialismo entra como um marcador determinante da história em que outras culturas subordinadas, não europeias, compartilham apenas uma relação cronológica preposicional: pré ou pós colonialismo.

As entrevistas ao descreverem a percepção sobre moradia trouxeram uma série de elementos referentes às intersecções entre classe, raça, gênero e migração. É importante ressaltar que estes aspectos são vistos de forma intrínseca, no entanto, para aprofundar a análise, abordo separadamente estas categorias em cada subitem.

“Eu era negra com corpo bem feito e ele estrangeiro no Rio de Janeiro. Era comum estrangeiros arrumarem namoradinhas lá, só que no meu caso era patrão - empregada” (V.)

“No Jardim Ângela não tenho o sentimento de que não posso estar nesse lugar. Não me sinto bem quando vou para um shopping, por exemplo, pelos preços que são um absurdo e pelo aspecto físico das pessoas, é outra pele, outro cabelo (...) tudo segregado (...) aqui [no Jardim Ângela] não vão me taxar por ser melhor ou pior, eu me sinto parte disso e me traz conforto” (F.).

Os fragmentos acima ilustram o quanto as questões relacionadas à moradia estão conectadas à percepção do racismo na sociedade pelas entrevistadas/os. Pode-se notar o efeito das divisões raciais com base nos fenótipos – negro (pardos e pretos) vs branco, em que a diferença citada é vista como uma inferiorização histórica de grupos específicos (Fanon, 2008). Dois aspectos são levantados aqui, das relações afetivas e da (im)possibilidade de circulação

urbana. Os laços sociais presentes em embates sociais e políticos, convocam a olhar para o desamparo.

Fanon (2008) explica uma historicidade que produziu sujeitos negros como objetos, criando um imaginário de uma condição desfavorável. Adciono a essas dinâmicas raciais o funcionamento urbano do racismo em uma difusão de estigmas e estereótipos (Oliveira, 2019), numa continuidade da divisão centro-periferia. Oliveira ilustra que, no Rio de Janeiro, determinado patriotismo sobre a cidade camufla privilégios e revela uma patologia social do branco que vê o negro como problema e o associa à imagem do caos e temor da mobilidade negra em multidões, havendo um medo branco da onda negra.

A lei libertou os brancos do fardo da escravidão antieconômica, liberdade não emancipadora, que não integrou o negro senão nas funções subalternas de uma escravidão dissimulada, mas não na ressocialização para liberdade e cidadania. A necropolítica foi forjada no projeto colonial ao produzir vidas racialmente descartáveis. Cria-se uma geografia de privilégios elitizados e racializados no uso e apropriação dos espaços na busca por segurança (...) como se os jovens negros devessem assumir suas condutas dependentes, posições subalternas, comprovando sua indignidade. (Oliveira, 2019)

A dicotomia centro-periferia é vista neste contexto conectada à racialização da apropriação dos espaços, como visto na entrevista de F.: “No Jardim Ângela não tenho o sentimento de que não posso estar nesse lugar. Não me sinto bem quando vou para um shopping”. Para essa análise, a concepção de necropolítica de Mbembe (2018) pode ser relevante, em que os efeitos da escravidão e do colonialismo continuam sendo vistos hoje nos países periféricos, onde o racismo opera como elemento de controle e dominação, havendo uma repetição discursiva em que a população negra segue sendo vista como mercadoria, como no período da escravidão. Neste sentido, destacamos a fala de V., ilustrando exemplos serviços subalternos como na relação patrão-empregada ou na objetificação da relação homem branco-mulher negra em que há um tom que desqualifica relações afetivas inter-raciais.

“É uma maravilha, tem segurança, portaria, pode voltar tarde da noite, enquanto morar na rua tem mais risco e no conjunto não tem preocupação de alguém entrar em sua casa. É uma falsa segurança? É, até no Jardins entram em condomínios e fazem arrastão” (V.).

A fala sobre violência é vista no fragmento acima, aqui é importante notar a divisão centro-periferia, como debatido anteriormente. A fim de ampliar a análise sobre esta divisão, apontarei algumas contribuições psicanalíticas sobre a relação eu-outro. Koltai (2008) reflete sobre os estudos de Freud sobre o mal-estar na civilização, chamando a atenção para a relação, no mínimo complexa, que o sujeito mantém com o seu semelhante, em que o fundamento do amor é narcísico, e aqui o amor entre irmãos incluiria também a rejeição aos estrangeiros. É como forma de mal-estar na civilização que o analista pode abordar o destino do estrangeiro na polis relacionando o inconsciente freudiano com as transformações sociais e históricas do mundo contemporâneo.

Nesta via, retomo o trabalho de Dunker (2015) sobre a “condomínialização” dos sintomas, que aponta que o caminho escolhido na história brasileira sobre seus sintomas sociais foi despolitizar o sofrimento e medicalizar o mal-estar. Dunker (2015) reflete sobre como as produções sociais que acenam com uma região de extraterritorialidade protegida produzem uma ideia de um espaço abrigado onde se concentraria a realização do prazer de liberdade, a fantasia de felicidade. A montagem da fantasia de felicidade a ser vivida em tais espaços pode ser ilustrada através da experiência neurótica. Primeiramente a presença é atrativa, ideal e real estão conciliados, oposições entre falta e excesso, sacrifício de redenção, castração e desejo, crime e castigo estão suspensas, apresenta-se o melhor entre dois mundos. Num segundo tempo, o objeto surge como inquietude e estranhamento em relação à *mesmice*, há um sentimento inconsciente de culpa, a fermentação da suscetibilidade aos ruídos do Próximo. Já o terceiro é o tempo do no qual o mal-estar aparece como angústia, nele a diferença entre o que nos falta (representado pelo falo) e o que colocamos em seu lugar aparece como irreduzível. Dunker, citando Lacan (1998), relembra que:

Correlativamente, a formação do eu simboliza-se oniricamente por um campo fortificado, ou mesmo um estádio, que distribui da arena interna até sua muralha, até seu cinturão de escombros e pântanos, dois campos de luta opostos em que o sujeito se enrosca na busca do altivo e longínquo castelo interior cuja forma simboliza o isso de maneira surpreendente. (Lacan, 1998, p. 00 apud Dunker, 2015, p. 00).

Em estudo sobre adesão ao fascismo e preconceito contra negros, Galeão-Silva (2007) ressalta que não haverá menos preconceito enquanto perdurar a ameaça à vida que é produzida por uma sociedade que não garante a sobrevivência do seu membro não adaptado às normas capitalistas. Levantamos aqui a reflexão sobre reparação em que pode haver o ressarcimento de um trauma e/ou uma reivindicação por direitos. Para Galeão-Silva (2007), o racismo é algo da ordem estrutural e se repete, se revelando inclusive na maneira como dispomos da cidade, como moramos, mantendo pessoas na posição de resto. A inexistência de políticas que transformem o funcionamento urbano na relação com o racismo coloca os indivíduos sob o risco de patologizarem suas saídas subjetivas, recaindo sobre eles a responsabilidade de lidar com o ódio construído historicamente.

As entrevistas acima citadas trouxeram essas questões raciais, na relação com a alteridade. Desenvolvendo algumas reflexões centrando no encontro entre eu-outro, foco na descoberta do eu pelo olhar do outro, e a produção da diferença. Levanto as formas de entendimento e convivência com o outro, e a problemática da intolerância, que tem sido pauta recorrente nos debates atuais. Por exemplo, na discriminação mediante o fechamento de fronteiras – ampliamos aqui para casa e cidade, parece ressoar nas formas excludentes de habitação e revela formas específicas de entendimento do Outro.

Nesse sentido, vale a pena debater os apontamentos levantados por Brum (2015) no artigo “Mãe, onde dormem as pessoas marrons?” que indica uma perspectiva de classes. A pergunta de uma criança que denuncia a vida entre muros no Brasil, muros impermeáveis os quais dividem o eu do outro. Brum descreve a rotina de uma criança que vive em um condomínio fechado, que apenas se locomove de carro, e que, para ela, a cidade é uma paisagem do outro lado do vidro, uma paisagem que ela espia mas não toca. O fora, o lado exterior, é visto como uma ameaça. O outro é aquele com quem ela não pode conviver, tanto que não deve nem enxergá-lo. Até mesmo contatos visuais devem ser evitados, encontros de olhares também são perigosos. Qualquer permeabilidade entre o dentro e o fora, entre a rua e o muro, seja na casa, na escola, no shopping ou no carro, é decodificada como intrusão. O outro é entendido como intruso, aquele que, se entrar, vai tirar dela alguma coisa. Se a tocar, vai contaminá-la. Se a enxergar, vai ameaçá-la. A rua, o espaço público, é onde ela não pode estar. E por quê? Porque lá está o outro, o diferente.

Nesse sentido, podemos refletir sobre a relação do eu-outro, onde o sujeito só pode estar seguro entre seus iguais, no lado de dentro dos muros. Uma sociedade fundada em “muros” cada vez mais altos sempre vai precisar de uma ameaça no lado de fora para culpar pelo seu

mal-estar. A busca atual pelo resgate dos espaços públicos nesse sentido aparece como esperança de encontro, pois não basta falar sobre o outro, é preciso falar com o outro. A lógica do condomínio tem por premissa excluir o que está fora de seus muros.

Vejo, portanto, a casa como um símbolo da relação com eu-outro, relação dada através de portas e janelas, como uma extensão da pele em que o outro é convidado a tocar, e que aponta também quem somos.

4.2 Família

Este agrupamento centra-se nos aspectos das entrevistas referente às relações familiares e cotidianas, do entendimento de família e das relações com os vizinhos. Aqui foco também nas relações de gênero exemplificadas pelas entrevistas.

“É um lugar familiar, me sinto confortável (...) me reconheço com os meus, com minha família” (R.)

“Não ficamos na casa do vizinho como lá [no interior da Paraíba], mas saio daqui dando ‘oi’ e as senhorinhas falam ‘vá com deus’, ‘bom trabalho’ e perguntam ‘como está a sua mãe?’ (...) eu crio um vínculo afetivo com elas e quando chego na rua me sinto em casa” (A.)

“É um canto que a gente se habituou (...) se sair daqui vou sentir uma grande diferença, gosto daqui (...) sou da periferia” (W.)

“As pessoas, quando convivo com elas, estou com elas, me sinto em casa. As que moram comigo ou as que sempre vejo, minha família: tios, primas, irmãs e pais, os que moram por aqui no quintal” (H.)

“Quando eu abro a porta é eu ver meu marido meus filhos, porque na verdade uma casa você entra em várias casas não a sua” (V.)

A partir dos fragmentos acima, nesta subseção, desenvolverei a noção de familiar ilustrada pelo sentimento de pertencimento e proteção no relacionamento entre vizinhos, e as relações de gênero no âmbito do cotidiano da família e nos espaços entendidos como familiares. Estes são pontos importantes para a concepção de moradia, onde a questão do laço social é vista como fundamental. Para isso, inicio trazendo alguns elementos sobre o familiar na psicanálise. Freud em *Das Unheimliche* (2019) desenvolve a análise sobre o familiar e não familiar, o estranho familiar.

As “senhorinhas” mencionadas por A. fazem sua chegada ao bairro ser algo familiar, elas lembram sua avó, mas não são sua avó. A região lembra o interior, apesar de não ser como

no interior, se habitua a viver lá, há um sentimento de pertencimento, há laços que compõem o “ser da periferia” (W.).

Iannini e Tavares (2019) ao discutirem sobre a tradução de *Das Unheimliche* apontam que, em português, oscilamos entre as palavras “estranho” e “inquietante”. No entanto, “estranho” não contém em sua composição o prefixo Un- indicando oposição, apesar de indicar o sentimento de estranheza presente em certos episódios de angústia. Já inquietante traz o aspecto linguístico “quieto-inquieto”, contudo *unheimliche/heimliche* não se trata de aquiescência *versus* excitação. Adicionam que ao optar por “inquietante” escapamos à ambiguidade entre *próprio* ou *alheio*, *doméstico* ou *exterior*. Os autores destacam que, linguisticamente, o aparente oposto de *unheimliche* seria íntimo-secreto (*heimliche*) e mencionam Cassin, fazendo alusão à casa (2004, p. 548): “Dar-se conta de que não estamos em casa em casa, é essa a angústia do sujeito moderno diante do *Unheimliche*” (Iannini e Tavares, 2019, p. 11).

Para marcar a impossibilidade de uma tradução perfeita, tomando *unheimliche* como uma palavra-conceito, os autores marcam uma intradução optando por usar o termo “infamiliar”. Acrescentam que há uma ambiguidade inerente ao vocábulo “familiar” e ao dizermos, por exemplo, que “esse lugar me é familiar”, insinuamos, silenciosamente, seu exato oposto, como se disséssemos: “esse lugar me é familiar, mas não sei bem por quê, nunca estive aqui”. Ou seja, ao mesmo tempo que reconhecemos como íntimo e conhecido percebemos como desconhecido, estranho, inquietante, esquecido, oculto. Ao optarmos por in-familiar marcamos a presença do ‘não’ que propõe haver ali algo que preferiríamos recalcar. O familiar se torna então infamiliar.

Interessante destacar a descrição do dicionário alemão citado por Freud (2019) sobre a palavra *heimliche*:

Pertencente à casa, não estranho, familiar, domesticado, conhecido e aconchegante, caseiro (...) aprazível sossego e segura proteção, como o que se obtém no interior fechado da própria casa (...) ainda te é heimliche estar em seu país onde os forasteiros derrubam seus bosques? (...) Não lhe era muito heimliche a casa dele (...) me sentia tão heimlich naquela casa (...)

(Freud, 2019, p.37)

Tomando estes aspectos, ressalto a importância do familiar para o sujeito. É relevante apontar como o familiar surge nas entrevistas conforme fragmentos acima: no bairro não são estranhos uns aos outros, há um sentimento de pertencimento junto àqueles com quem convive que diante de um cenário de insegurança promove também um sentimento de proteção.

4.2.1 Vizinhos/as

Nas entrevistas, quando questiono sobre o que “faz se sentir em casa”, a resposta “as pessoas com quem me relacionam” apareceu para todas/os as/os entrevistadas/os. A relação com membros da família é por vezes equiparada à relação com as/os vizinhas/os, trazidas pelas/o entrevistadas/o como ilustração das relações que se dão no espaço onde moram e como tais ligações geram um sentimento de pertencimento e proteção mútua. Especificamente quanto ao pertencimento, destaco os fragmentos abaixo:

“Acho que estou em casa, em 30 anos aqui no Jardim Ângela, o tempo a amizade, e acho que as pessoas do entorno, que me dá uma certa segurança e acolhimento” (C.)

“Há uma comunhão de ideias, comum objetivo, uma causa. Discutimos, brigamos, perdoamos, isso é comunhão e não submissão” (C.)

“Esse sentimento de estar em casa é isso, acima de tudo a relação com as pessoas” (C.)

“Me sinto em casa em um espaço qualquer que encontre pessoas com o mesmo propósito, que me respeitem e me valorizem” (A.)

“Nos reconhecemos nos vizinhos, há uma conscientização política, uma consciência social, uma dimensão do coletivo” (R.)

“Família são as que tem um grau de parentesco e pessoas que são parecidas com a gente, que estão no bairro”. (R.)

“[como na Paraíba] o parente é seu vizinho e o vizinho se torna seu parente” (A.)

Estes fragmentos falam da importância dos vizinhos para pensar a moradia, além da geografia e propriedade, falam das relações sociais. O laço social é visto aqui como importante,

tanto em relação às diversas formas de laço, quanto no reconhecimento pelo outro, trazendo a noção de pertencimento.

R. ao falar de sua casa se refere como um espaço em que “se reconhece nas pessoas”, pessoas com quem convive, pessoas parecidas, “com o mesmo propósito que o seu” em que o parente é seu vizinho e o vizinho se torna parente”. Como se o outro que vive comigo, ao meu lado, passasse de uma certa maneira a ser parte de mim, me permitindo entender quem eu sou. O laço é visto como essencial ao falar da casa, permeada pela questão da convivência, da proximidade, da similaridade. A noção de moradia, através do sentimento de pertencimento, pode se ancorar em aspectos como reconhecimento, amparo e cuidado. Em outra perspectiva, esta noção de moradia poderia ser ampliada – das paredes da casa para bairro, cidade, estado, mundo – a depender do contato com o outro, com o diferente.

Soler (2016) aponta que o grupo tempera o insuportável do Um sozinho. É como se houvesse uma muralha, um traço unário comum, uma camisa de força afetiva que contém, ao menos em parte, dissensões e fricções produzidas por diferenças entre dispersos disparatados, contenção rara que não suprime disputas, mas relega, impondo uma surdina que localiza as maledicências essenciais à vida dos grupos.

No âmbito da construção do inconsciente encontramos questões relacionadas ao laço que une as pessoas, como a origem da lei, os pactos sociais e o poder. Retornando às entrevistas, questiono a complexidade da posição simbólica do chefe do tráfico quando propõe regras de segurança, que podem também indicar um vínculo. Analisarei que, diante de um chefe vertical, há um condicionamento da identificação horizontal de cada um dos eus ideais dos membros da multidão que passam a se reconhecer como irmãos nesse amor compartilhado, podendo assim se amar como irmãos (Freud, 1921).

Dado o contexto de violência surge a necessidade de proteção, que acompanha o sentimento de pertencimento, que se dá através do laço social. Nos fragmentos abaixo vemos o quanto a segurança que se dá pelo pertencimento, pelo reconhecimento do outro aparece como importante às/aos entrevistada/os ao falar sobre a casa na região do Jardim Ângela.

“É o que me salva aqui, joguei futebol com toda essa molecada que está por aqui e isso cria uma relação (...) na cabeça do povo, branco estrangeiro tem dinheiro, não é? (...) hoje caminho à vontade, não têm vinte chaves na porta” (C.)

“Tenho um medo normal, de não ser reconhecida pelo vizinho que sabe a hora que irei chegar” (R.)

“Teoricamente há uma proteção por parte da criminalidade (...) morar na quebrada é seguro (...) há acordos (...) um estranho como você [se refere à pesquisadora] irá se sentir desprotegido ao chegar no Jardim Ângela” (R.)

“É como se fosse uma família, quebrou o vínculo, se quebraram as regras, se perde a sensação de proteção” (R.)

“Ser da quebrada é um linguajar que te faz pertencente ao espaço onde você vai ter, teoricamente por parte da criminalidade, uma proteção” (A.)

“Não tenho essa sensação de segurança porque um chefe falou que não pode (...) sinto medo quando saio cedo de manhã para o trabalho. Procuro alguém conhecido que esteja saindo também para irmos juntos até o ponto de ônibus” (F.)

“Se um deles me toma o celular, te reconhece, né? Outro dia uma conversa, “ah, professora, te respeito porque você mora aqui na região”. Até brincam, “vou na sua casa” e você se sente confortável nessa situação de que não vão mexer com você porque me conhecem.” (A.)

“Meus alunos são muito jovens, às vezes os acordos que existem no bairro, proibido assaltar quem é do bairro, se esse tipo de acordo não passar mais a valer isso te expõe aos medos anormais” (A.)

Os fragmentos acima mostram que, quando há proteção mútua, relações, laços, C., R., F. A. se sentem seguras/os. A. explica que a conhecem porque mora no bairro e há uma ligação entre as pessoas que vivem na “quebrada”. R. diz que “moram na quebrada” e estão seguras ali uma vez que são moradoras, diferentemente de um estranho. Ao longo da entrevista A. e R. dizem que se sentir em casa é se sentir seguro, que os medos vividos ali são medos conhecidos, portanto, “medos normais”.

Em uma breve interpretação etimológica eu poderia dizer que falar da “quebrada” se trata de algo que está rompido, fraturado, partido, em fragmentos, em pedaços. No entanto, na linguagem que congrega os moradores da periferia leio “quebrada” como o lugar onde se vive, onde se compartilha uma série de vivências e reconhecimentos. D’Andrea (2013) em seu texto sobre o “sujeito da periferia” aponta um *modus vivendi*, uma “habilidade para viver na quebrada” expressada no reconhecimento de “quem é quem”, no saber lidar com a violência no bairro e na postura que se tem no território de moradia.

Retomando o fragmento de C. sobre a cidade ser desumana (p. 43), para ele não é humano estar em um amontoado de gente, ser “feito máquina”, “não pensando no outro”, “empurrando, ganhando espaço que não tem”. A consequência, para C., é a violência e “o que salva é jogar futebol com a molecada”, ou seja, o que prevalece são os laços sociais. C., ao valorizar as relações sociais, menciona também o fato de ser um homem branco e estrangeiro como potencializador do sentimento de desproteção, insegurança. Nas entrevistas pude observar ambas percepções: da insegurança e da proteção pelo grupo, que se dá pelo reconhecimento do laço social que vai além da vizinhança dos corpos, não havendo apenas agregados, ou um mero monte de areia. Há uma ideia de conjunto, há um Um instituinte (p.31) que parece ser gerado na tentativa de garantir a segurança do grupo.

Soler (2018) menciona Lacan (1975) sobre o uso do nó borromeano – da matemática, três círculos interligados, em que a remoção de qualquer um desata simultaneamente os três círculos – para explicar o laço social. O par amoroso é um nó, mas quando se está além do “dois mais um” há um “nó social”.

As questões relativas a medo e insegurança foram também destacadas nas entrevistas, ilustradas por exemplo nas falas sobre um carro que “pegava mulheres” (F.) e nos homicídios no bairro do Jardim Ângela:

“Apesar dos pesares gosto de morar aqui, criei um vínculo. Em 1997, 1998 era pior, não saíamos de casa, minha madrinha sempre via uma pessoa morta (...) o lugar tem identidade, as velhinhas que eu conheço (...) não acho que a solução é sair, mas ficar e tentar melhorar” (F.)

“Se não houvesse um lugar próximo em que não tivesse medo de caminhar até a porta de casa iria embora, mas não sairia de M’Boi Mirim, iria no máximo até o começo da Santo Amaro” (F.).

Retomando Iannini e Tavares (2019), estar fisicamente em sua casa e ao mesmo tempo dar-se conta de que não se sente em casa, traduz a angústia do sujeito moderno diante do *Unheimlich*, do infamiliar. Há um estranhamento na angústia mencionada pelos autores que gera ambiguidade, há conforto e há desconforto. Vontade de sair em busca do diferente e vontade de ficar e transformar.

Mendes (2014), em pesquisa sobre jovens negras que vivem na região do Capão Redondo e Jardim Ângela, ilustra três tipos de sentido de futuro apontado por elas: o primeiro é a negação em se preocupar ou ter expectativas sobre o futuro; o segundo uma projeção de futuro ao lado de outra pessoa, em uma relação amorosa, a qual se organizava como um projeto de construção de moradia e reprodução da vida; o terceiro sentido é o do futuro como um projeto de vida próprio, tanto profissional, como cultural, como político. Contudo Mendes (2014) destaca que, a região não comporta a maioria dos projetos destas jovens, o que acaba por culminar com a ideia da necessidade de um distanciamento do território e a migração aparece como estratégia.

Lembramos aqui que as/os entrevistadas/os são todas/os migrantes, com exceção das/dos descendentes, e como apontado por F. e R., a possibilidade de migrar novamente remete às origens. Apesar do sentimento de pertencer ao Jardim Ângela, frente à percepção de uma frágil proteção ou de reconhecimento, a “vontade de sair” emerge. Sobre esse tema, R. traz um embate que provoca tensão no grupo durante as entrevistas:

“Sei que vim parar em um lugar precário, não vim atrás de um castelo (...) agora que consegui uma condição financeira e de moradia melhor aparece a questão de voltar para Paraíba ou ir para outro lugar para te põe um status que a sociedade quer que você pertença” (R.)

A questão do pertencimento é levantada pela entrevistada. R. diz se sentir bem onde vive hoje, que traz conforto estar ali, mas parece que “tudo conspira para que saia”.

Em contraposição, W. diz que viver no Jardim Ângela é um “lugar infinito”. F. responde que queria que fosse um lugar definitivo, mas que se torna transitório a medida que não pode ir e vir no horário que quer, e adiciona que o telhado é levado pelo vento e que é seu direito e dos

vizinhos ter uma casa simples, com sala, cozinha, quarto e passagem para rua. W. contesta com um “Cala a boca, Galega! Vinte anos não são vinte dias”. Há uma tensão mãe e filha, há planos de futuro quanto ao como morar que são distintos.

O percurso histórico de ambas é distinto. A mãe olha para sua trajetória de morada e lembra da decisão de migrar da Paraíba para São Paulo em busca de melhores condições financeiras, o que alcança. Enquanto a filha, que vem para a cidade por decisão da mãe, mira um espaço em que se sinta mais segura. Apesar das distintas experiências, elas tomam o lugar de origem como referência para pensar espaços de morada futuros, seja a decisão de seguir onde está ou mudar para outro lugar.

No subitem 4.3 desenvolverei mais a noção de reconhecimento atrelada ao lugar de origem, à trajetória dos sujeitos. Antes disso, gostaria de aprofundar o tema do sentimento de pertencimento e proteção, no âmbito das relações entendidas como familiares e na convivência cotidiana, especificamente dentro da casa, focando nas questões de gênero.

4.2.2 Relações de gênero: trabalho e cotidiano

Nesta subseção desenvolvo algumas reflexões com enfoque nas relações de gênero. Dois aspectos serão abordados: o trabalho doméstico e o cotidiano. Nos próximos extratos se pode acompanhar alguns apontamentos sobre a posição social de homens e mulheres:

“Só tenho filhos homens (...) não tenho a preocupação em ter homens dormindo com mulheres” (V.)

“A maioria [das mulheres] quer ser igual [aos homens] em tudo, quer namorar um hoje e amanhã outro, mas as outras [mulheres] estão falando” (V.)

“Minha mãe foi guerreira, criou três filhos sozinha (...) sem querer, minha avó fazia diferença entre os filhos da minha mãe e os de minha tia, acho que porque minha tia tinha um marido” (V.)

“Eu achava que se eu falasse para as pessoas que eu não tinha pai elas iriam se aproveitar (...) acho que por isso comecei a namorar bem mais tarde” (V.)

“Mulher quando casa tem que acompanhar o marido” (V.)

“Tenho gênio forte, não sou mulher de ficar calada” (V.)

Estas falas desvelam elementos sobre a posição social da mulher, particularmente do comportamento esperado da mulher e suas resistências. A mirada sexualizada sobre a mulher é prevalente nas entrevistas, assim como o controle e regulação dos corpos. Nas falas aparecem tanto ideias sobre a mulher que deve acompanhar o marido, quanto a mulher que não se cala. Da mesma forma, notamos as oposições discursivas puta/santa que “namora um hoje e amanhã outro” ou que começa a “namorar bem mais tarde”; e como forte/frágil, que é “guerreira” e

cria os filhos sozinha, mas não é reconhecida pela avó por não ter marido e está desprotegida por não ter pai.

Além disso, a relação da mulher com trabalho é um aspecto importante trazido pelas entrevistadas, particularmente em relação ao trabalho doméstico.

“Era realmente uma pessoa da família (...) eu estava muito abusada, não me enxergava como empregada e eu discutia com ela de igual para igual” (V.)

“Era um trabalho, mas ali era minha casa (...) sabia que tinha aquele lugar para dormir, comida para comer, tomar banho e isso é se sentir em casa” (V.)

“Quando perdi o emprego passei um perrengue, não tinha onde ficar, a mãe de uma amiga trabalhava em uma casa há muitos anos e eu dormia escondido lá”

“A liberdade que a mulher deve procurar é de ter um trabalho igual ao do homem e dizer o que não quer” (V.)

Os fragmentos acima apontam a importância do trabalho para as entrevistadas, visto aqui como possibilidade de independência e autonomia: “A liberdade que a mulher deve procurar é de ter um trabalho igual ao do homem e dizer o que não quer” (V.). Apontam a importância do trabalho como empregada doméstica (“Era um trabalho, mas ali era minha casa” (V.)) e também das relações de poder que vivenciaram no trabalho doméstico (“eu estava muito abusada, não me enxergava como empregada e eu discutia com ela de igual para igual” (V.)).

Tomando o trabalho de empregada doméstica, por um lado destaco a importância do trabalho e o reconhecimento das relações de poder que são muitas vezes reproduzidas, e por outro lado, o desvelamento do caráter político do trabalho doméstico. Federici (2019) menciona que o movimento feminista desvelou alguns segredos do capitalismo, mostrando como a separação do público/privado foi instrumental em esconder o trabalho não assalariado das mulheres em uma desvalorização do trabalho reprodutivo, havendo não só o controle do dinheiro como do corpo da mulher.

McClintok (2010), em análise sobre discursos coloniais e a reinvenção do patriarcado, fala sobre uma “nova mulher” no século XIX. A criada doméstica, paga pelos seus serviços, era a presença viva e encarnação perigosa da contradição entre a invenção da inferioridade feminina e a experiência do poder feminino. McClintok (2010) aponta também as contradições entre a ideologia do ócio feminino e a realidade do trabalho manual, entre o trabalho doméstico pago e não pago, entre a sexualidade da “madona” de porcelana de Dresden e a “puta” da classe trabalhadora.

As mulheres que transgrediam as fronteiras vitorianas entre o público e o privado, entre o trabalho e o lazer, entre o trabalho pago e o não pago, tornavam-se cada vez mais estigmatizadas como espécimes de regressão racial. Tais mulheres, dizia-se, não habitavam propriamente a história, mas eram protótipos de humanos anacrônicos: infantis, irracionais, regressivas e atávicas, existindo num tempo permanentemente anterior dentro da modernidade. As serventes domésticas eram frequentemente descritas na iconografia da degeneração como “pragas”, “raças negras”, “escravas” e “primitivas”. (McClintock, 2010, p. 75)

No decorrer das entrevistas, a posição de poder da mulher na configuração familiar também foi citada. No encontro marcado comigo chegam as mulheres da casa, são um grupo de sete pessoas. A família de R., originária da Paraíba, veio para São Paulo na década de 90, em tempos de êxodo rural. A, irmã mais velha de R., explica que se sentir em casa está relacionado a se reconhecer nesse lugar, estar entre pessoas parecidas, que possuem o mesmo propósito. No entanto, sua irmã mais nova, F. é quem discorda da decisão de seu pai de querer construir um “esticadão” (F.) para poder locar espaços dentro de casa. F. preferiria mais ventilação, as árvores que lá existiam. Já A., é apoiada pela mãe que raramente interrompe e contesta que essa opinião de F. é “pessoal”, dando a entender que a mesma deve ser descartada. Nesse fragmento o questionamento da figura do pai aparece como uma “questão pessoal”. A figura masculina é vista como quem decide quem mora, como mora e onde se mora, não havendo oposição.

Interessante também observar o fragmento de V. que menciona que “as outras mulheres estão falando” quando se refere a direitos iguais entre os homens, mas apenas no que se refere ao trabalho, pois “namorar um hoje e outro amanhã” (V.) é algo que aparentemente não seria permitido às mulheres, provocando julgamentos de “outras” (V.).

Nesse sentido, é interessante notar a posição social familiar da mulher, Mountian e Rosa (2015), em uma análise crítica sobre os discursos acerca de gênero, discorrem que é possível apontar que mulheres ocupam uma posição discursiva específica, normalmente vistas como representantes da ordem social, as “guardiãs” da moralidade da sociedade, tendo os papéis sociais tradicionais de mães e cuidadoras, e citam Yuval-Davis (2007) que afirma que mulheres “reproduzem as nações biologicamente, culturalmente e simbolicamente”. Entretanto, Mountian e Rosa (2015) apontam a posição paradoxal que as mulheres ocupam, onde ainda que sejam parte da essencial nação, elas não são inteiramente incluídas no campo político, assim como a esfera privada não é considerada politicamente relevante.

McClintock (2010) faz um argumento similar: “mulheres são tipicamente construídas como *symbolic bearers* (portadoras simbólicas) da nação, mas são impedidas de qualquer relação direta à agenda nacional”. Portanto, ao mesmo tempo que as mulheres estão localizadas fora do campo público-político, elas são as representantes das moralidades culturais, elas reproduzem, mantêm e simbolizam a “pátria mãe”, guardiãs da moralidade, em particular mulheres mais velhas, e reproduzem filhos racializados e nacionalizados.

Mouffe (2005) desenvolve a análise sobre “democracia radical”, e aponta a relação com o dissidente na política, partindo de Carl Schmitt, para quem o fundamento do conflito político se encontra na existência de um elemento de hostilidade entre os seres humanos. Ora, ao reconhecer a natureza necessariamente diversificada das relações sociais, e nelas as condições de possibilidade do surgimento de conflitos em determinados lugares do social, Mouffe estabelece as bases para a defesa de sua teoria política, que sustenta a importância do dissenso numa sociedade democrática. A natureza radical da democracia estaria, portanto, na manutenção da existência do antagonismo.

4.3 Trajetória

Neste agrupamento “trajetória”, separo as entrevistas que trazem os temas da imigração, da terra de origem e o reconhecer a si mesmo quando em sua morada. Taragona (2020) apresenta o termo “casa-zero”, como se buscássemos a casa originária em todos os cantos, na língua, na terra, no passado, no presente e no futuro.

“Tenho um afeto pelo Jardim Ângela que não tenho mais pela Paraíba, que é minha terra natal” (R.)

“Pais, mães e irmãos podem estar desmembrados, mas no Jardim Ângela há uma comunidade grande de nordestinos que têm uma identidade voltada para os mesmos hábitos (...) comida e música” (A.)

“Como é que você veio do Piauí e quer ouvir funk? Uma mistura...” (A.)

Novamente retomo a palavra alemã *unheimlich* para refletir sobre o lugar de origem. Conforme os fragmentos acima, ter a mesma origem promoveu o sentimento de familiaridade no grupo entre as entrevistadas. A comida e a música são as mesmas que comiam e escutavam na Paraíba, apesar de não serem as mesmas pessoas, há hábitos similares que aproximam, fazendo uma ligação, que foi visto como deslocando o afeto do território nordestino para o Jardim Ângela.

Há também a menção à vivência de transformações – “a mistura” – e o lugar de origem como referência, apesar de não viverem mais lá há muitos anos e perceberem que seus hábitos se modificaram, como a troca do forró pelo funk.

Trazendo algumas reflexões a partir destes fragmentos, retomo a afirmação de Lacan (1997, p.55): “o homem encontra sua casa num ponto situado no Outro, além da imagem de que somos feitos, este lugar representa a ausência de onde estamos”. Aqui penso sobre a proximidade entre as reflexões sobre o si mesmo e o lugar em que vivemos. Estar em casa, sentir-se em casa, voltar para casa, sair de casa, são expressões que demonstram a relação entre

o ser e o lugar da casa como constitutiva da identidade, sendo importante, portanto, também considerar a relação do sujeito com seu lugar de origem.

A casa não é exclusivamente um lugar de pertencimento e proteção, mas também lugar que pode revelar o que não conhecemos, o que não assimilamos. “A casa como maneira de construir-se fora de si. O que está íntimo está dentro e fora de nós” (Masagão, 2013, p. 14). Masagão (2013) desenvolve que aquilo que não conhecemos, paradoxalmente, revela-se como o mais íntimo do sujeito. O espaço da casa pode vacilar, assim como o registro da unidade do Eu, colocando em contato o infamiliar, revelando assim, o inabitável que vive o interior da casa.

Apesar da importância dada ao lugar de origem e às similaridades encontradas via laço social em que há uma comunidade nordestina que se agrupa, não existe uma medida comum entre o ser humano e o seu habitat, assim como não existe medida comum entre as palavras e as coisas, entre a satisfação e os objetos, entre o corpo e o sujeito (Masagão, 2013).

Aqui destaco a importância da descoberta do eu pelo olhar do outro, a percepção da diferença, a possibilidade de reconhecer o outro e a compreensão do que ali é apresentado. E questiono as formas de de conviver com a alteridade, com aquela/e com quem não nos reconhecemos e a dinâmica da intolerância, produzindo uma ideia sobre o Outro específica, como já apontamos anteriormente, como “não bem-vindo em casa”.

“Somos refugiados em nosso próprio país” (A.)

Demonstrando a importância da referência da primeira morada compartilhamos que, ocasionalmente, todas/os entrevistadas/os viveram um percurso de migração. Tomando o fragmento acima que remete a situação de moradia à condição de refugiados e um senso de comunidade que agrupa indivíduos provenientes da mesma região com hábitos similares, brevemente, refletiremos sobre moradia a partir da condição do migrante.

Rosa et al (2009) aponta que a migração territorial é um processo que mobiliza e enlaça motivações sociais, políticas, econômicas e subjetivas.

A relação com a nova terra e os novos laços terão as marcas desses processos. Essa condição tem a potência de relativizar toda relação fixa do sujeito com o poder de modo que o olhar do exilado, migrante ou refugiado pode, por sua exterioridade, ser perturbador para a cidade, gerando hostilidades e violências. Também pode assim abalar a identidade do sujeito, tomada aqui como a ficção

de si mesmo. Por isto mesmo, o exílio pode levar o indivíduo ou grupo a se enclausurar nas chamadas “comunidades étnicas”. (Rosa et al, 2009, p. 499)

Para compor um lugar discursivo, para que faça laço social, é preciso reconstruir a história perdida na memória, reconstrução que já implica uma deformação, permitindo o luto e uma resposta à ficção, uma reinterpretação do passado que modifique o seu lugar.

Logo no início da entrevista W. retoma sua trajetória e conta sobre como foi sua mudança da Paraíba para São Paulo.

“Quando ele [marido de W.] se viu lá, endividado com a cabeça quente cheio de filhos, os sete pequenos, aí ele não teve outra alternativa. As plantações não tiveram futuro, deixou o plantio de cebola e veio para cá, cebola não valia acho que nem 20 centavos o quilo naquele tempo. Aí pronto, os irmãos vieram para cá e ele também veio para cá (...) eu não queria vir de jeito nem sonho, não queria deixar a minha mãe. Daí eu pensei assim: com dez anos que ele for pra lá [São Paulo], essa menina aqui já vai estar é com 20, quando ele chegar esses meninos vão estar tudo criado por mim, tudo bem que ele me mandava o dinheiro. (...) aí ele mandou o dinheiro e eu arrumei a passagem, foram dois assentos para mim e os três meninos” (W.)

A história de W. é marcada pela migração e assentamento, narrando o desejo de ficar na Paraíba e as dificuldades da jornada, em contraste com a necessidade da mudança pela falta de condições econômicas de sobrevivência. Uma história que pode ser vista em outras entrevistas, e que é fundamental para a análise dos assentamentos e pertencimento. Ainda, a história da construção do laço social por W. no Jardim Ângela parece estar ilustrada na construção física de sua morada. Lá está, naquele “esticadão” o que conquistou junto com seu marido na vinda para São Paulo e no trabalho como faxineiros que fazem desde então. É essencial dar visibilidade a essa memória e marcar tais lembranças para o entendimento da construção dos laços sociais.

A partir destes aspectos, é relevante pensar em ações que possibilitem o registro das memórias através da arte – conforme apontado previamente na citação do Comitê de Direitos Humanos, e outros – são itens importantes para propostas de políticas públicas.

4.3.1 Onde me reconheço

“A terra da gente é a terra da gente, tem suas marcas” (C.)

“Tenho um espaço reservado que posso dizer que é meu” (C.)

“Quem casa quer casa (...) privacidade” (C.)

“Casa é aquele espaço que tem a minha cara, mas ele não é valorizado porque a rede de esgoto não chega (...) gostaria que o espaço fosse valorizado para que eu consiga me sentir valorizando o espaço (...) queremos reconhecimento de um determinado externo que não valoriza” (R.)

Partindo destes fragmentos, trago algumas reflexões sobre o sentido de moradia, ampliando para o sentido do reconhecer a si mesmo e também sobre a intimidade.

A fim de desenvolver a relação eu-outro, torna-se relevante destacar os apontamos de Bachelard (2008) sobre o sentido da cabana. Nestas, o autor aponta que a cabana participa das lembranças de todas as casas em que um dia nos abrigamos, como uma narrativa de nossa história, ao passo que também abriga nossos devaneios. Em sua obra *Poética do Espaço* (2008), Bachelard traz o questionamento: através das lembranças de todas as casas que sonhamos habitar, é possível isolar uma essência íntima e concreta que seja uma justificação do valor singular de todas as nossas imagens de intimidade protegida? O autor responde: é preciso superar os problemas da descrição para atingir virtudes primárias relacionadas à função original do habitar.

Seguindo esta perspectiva sobre a noção de moradia, aponto outros aspectos citados por Bachelard (2008) sobre a vivência da casa, tais como: a imaginação constrói paredes e sombras impalpáveis, reconforta-se com ilusões de proteção ou temores atrás de grossos muros, dúvidas das mais sólidas muralhas; todo passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova e o devaneio se aprofunda de tal modo que, para o sonhador do lar, um âmbito imemorial se abre para além da mais antiga memória. Estes aspectos apontam para a intimidade da vivência do habitar, trazendo a importância da imaginação, do sonho, segurança e memória.

A casa não vive somente no dia-a-dia, no curso de uma história, na narrativa de nossa história. Pelos sonhos, as diversas moradas de nossa vida se interpenetram e guardam os tesouros dos dias antigos. Quando, na nova casa, retornam as lembranças das antigas moradas, transportamo-nos ao país da Infância Imóvel, imóvel como o Imemorial. (...) Reconfortamo-nos ao reviver lembranças de proteção. Algo fechado deve guardar as lembranças, conservando-lhes seus valores de imagens. As lembranças do mundo exterior nunca hão de ter a mesma tonalidade das lembranças da casa. (Bachelard, 2008, p. 26)

É discutindo sobre o limite do eu e o não-eu, que Mourão (2012) traz a imagem da casa, ou morada, como metáfora da corporeidade e do espaço primordial a partir do qual certos aspectos fundamentais da existência humana podem acontecer. Habitar o próprio corpo, sentir-se alojado nele, senti-lo como parte de si, faz da pele o limite entre o Eu e o não-eu. A autora cita Anzieu (1989) que aponta a contiguidade sensorial da superfície da pele como base fundamental para o estabelecimento das relações objetais, permitindo o encontro (e o desencontro) e as trocas com o outro. Mourão (2012) reflete que referências à casa, usualmente, são as de refúgio, abrigo e proteção em contraposição às intempéries do mundo, a casa seria um lugar de aconchego e repouso, onde se desfruta da vida íntima, em que se deixa de lado exigências da vida em sociedade. É relevante apontar aqui que esta noção de lar foca na intimidade da experiência do habitar, não se referindo aqui às relações de poder que podem estar presentes também na casa e no ambiente familiar. Aqui se apresenta a singularidade do morador/a, sua maneira de organizar o cotidiano. Mourão (2012, p. 18) menciona Figueiredo (2014, p. 68-69):

O homem é arremessado num mundo (...) ele existe no sentido preciso de ser fora de si mesmo, de “ser o seu fora”, vale dizer, de ser-no-mundo. Essa expressão, “no mundo”, não indica um lugar em que se é, mas o próprio modo de ser do homem. Que se pense que o recém-nascido terá a imagem exemplar deste ser incompleto, vulnerável, dependente e padecente. Por sua vez, o mundo, na verdade, deve ser pensado antes de mais nada como o que se abre e dá a ver para este ser – o humano – que se define exatamente pela e como abertura e incompletude.

(Figueiredo 2014, p. 68-69, apud Mourão, 2012, p. 18)

Compreender a noção de moradia do ponto de vista do habitar do indivíduo é saber quem ele é em seu sentido primordial. Mourão (2012) retoma o artigo de Winnicott “O papel de espelho da mãe e da família no desenvolvimento infantil” (1975) – influenciado pelo artigo de Lacan, “*Le Stade du Miroir*”, de 1949, em que o bebê, acolhido nos braços de sua mãe, olha para o rosto dela, e ela para ele, e o que ele vê é a si mesmo: “quando olho sou visto, logo existo”. A mãe, por meio de seu olhar, dá notícias do bebê a ele mesmo, reconhece-o como testemunha que há alguém ali onde seu olhar se dirige.

A morada neste sentido pode ser pensada como o seio materno onde me aconchego, transposto aos espaços em que se nos sentimos acalentados, cuidados, bem tratados, respeitados, reconhecidos, valorizados. Marcante pode ser o momento da separação/afastamento desse espaço de aconchego que em sua frágil transição – como a recuperação após de um desastre – precisa se transformar um canto seguro o suficiente para permitir a existência, dando espaço para falar de quando não somos cuidadas/os, mal tratadas/os, desrespeitadas/os, desvalorizadas/os ou mesmo desconhecidas/os e invisíveis.

Nessa lógica, Mourão (2012) salienta ainda que a morada é essencial para a constituição do espaço íntimo e também para a concepção do espaço compartilhado, fruição entre o dentro e o fora. A autora argumenta que a casa, enquanto espaço de recolhimento e separação, não deve ser clausura ou exílio, tampouco um lugar “escancarado”. Deve oferecer uma abertura limitada, semipermeável, com saídas e entradas. É onde o mundo pessoal pode se desenhar, ganhando contornos, cores e elementos apropriados do mundo compartilhado, sendo características paradoxais que delimitam o espaço do Eu e que, ao mesmo tempo, permite trocas com o Outro. Desenvolve sua tese de que o sentido do habitar constrói-se primeiramente no próprio corpo e dali pode-se estender a níveis cada vez mais complexos como a família e a cultura.

Tomando como base a importância dos pensamentos, lembranças e sonhos para pensar a casa, retomo a ideia de refúgio para pensar a intimidade. Rosa, (2017, p.7) descreve a noção de refúgio: “O sentido de fuga da palavra dá lugar a uma nova condição ética de disposição do laço que, orientada pelo reconhecimento da falta, possibilita identificar as singularidades do sujeito, afirmando suas diferenças”.

“Por mais que uma pessoa more em uma casa e se sinta bem lá isso não significa que é um espaço saudável para ela morar” (R.)

A noção do habitar do próprio sujeito é retomada por R. quando traz o reconhecimento e o prazer da experiência do habitar, junto com a importância do espaço saudável para morar. R. relaciona o saudável às questões de direitos, e é nos laços construídos por R, que ela aponta as diversas razões para permanecer em um local. Essas dinâmicas da vivência do sujeito e o seu local de moradia compuseram as narrativas das entrevistas e os aspectos centrais desenvolvidos na análise sobre moradia proposta.

5. Considerações finais

“Ser humano é ter calor, contato” (C.)

A pesquisa demonstrou aspectos importantes no que se refere à moradia e laços sociais, se propondo a uma leitura ampliada sobre moradia e os diversos aspectos que compõe esse entendimento. Este estudo partiu de entrevistas com moradoras/es do periférico bairro Jardim Ângela, localizado na Zona Sul de São Paulo. Uma série de aspectos foram desenvolvidos sobre moradia, como a fala de C. apontada no capítulo anterior de que “a cidade desumaniza as pessoas” e, ao mesmo tempo, como no fragmento acima, “há calor, há contato” nas relações humanas presentes nos espaços de moradia investigados. A moradia foi vista como lugar dos laços sociais, além de um espaço onde se habita.

Avalio, conforme o capítulo primeiro, que atualmente o contexto de vulnerabilidade é crítico na região do Jardim Ângela, o acesso a direitos é frágil, e em alguns casos nulo, sendo um bairro onde milhares de famílias sofrem ainda com a falta de serviços como saneamento básico, colocando sua cidadania suscetível a violações.

Nos encontros com moradoras/es pude escutar que houve marcas deixadas nos sujeita/sos, trazendo memórias de épocas anteriores, em que a região foi apontada como a mais violenta do mundo. A fala, referida aos anos 90, sobre “corpos na rua” foi recorrente e apareceu em um tom de horror, pelo timbre da voz e pela descrição das imagens.

Estas memórias estão presentes, e a insegurança e o medo ainda fazem parte do cotidiano das/os moradoras/es. No entanto, é fundamental apontar que de acordo com as/os entrevistadas/os que vivem lá, houve mudança importantes em relação à segurança e o imaginário social sobre violência é outro, ainda que existente em toda as entrevistas. A fim de compreender as transformações ao redor dessa marca, apontamos a importância da escuta dos sujeitas/os, como também visto em Broide (2019):

Desvendar as lógicas dos sujeitos que se tramam com os lugares de sua pertença nos territórios, nas cidades, com seus costumes, exige rasgar as camadas do discurso do senso comum e perceber sinuosidades, contradições expressas nas memórias faladas, pelos resquícios de lembranças presentes nas esquinas, pelos fragmentos de um imaginário local, é ouvir e ler as marcas sulcadas que a cidade que habita cada sujeito lhe imprime. (Broide, 2019, p.45)

Junto às marcas sulcadas pela violência está a relação de pertença que se dá no laço social no bairro do Jardim Ângela. Dentre as reflexões levanto aspectos concernentes ao território em que se vive e a diferenciação marcada em relação ao usufruto de direitos por parte dos cidadãos, tencionando políticas sociais e ao mesmo tempo reconhecendo relações.

A importância das relações foi vista em todas as entrevistas, aqui o laço é demonstrado de diversas maneiras e no reconhecimento de “quem é quem”. A relação com os vizinhos foi vista também no lidar com a violência no bairro e no pertencimento que se tem no território de moradia. Foi na relação com o pertencimento que o tema centro-periferia foi citado nas entrevistas, desvelando uma série de divisões da cidade, e suas relações com as intersecções de classe, raça, gênero e imigração. A divisão centro-periferia é central para compreender os desafios da cidade de São Paulo, como também apontado por Caldeira (2000), é central para as políticas públicas a revisão da oposição centro-periferia e a maneira pela qual se concebe a incorporação da desigualdade social no espaço urbano.

Nas cidades fragmentadas é difícil manter os princípios de acessibilidade e livre circulação que são valores importantes das cidades modernas. Este aspecto foi apresentado no agrupamento nomeado como território que também aprofunda o debate sobre posse, propriedade, imóvel, preocupações correntes da/os moradora/es da região e que desvela aspectos centrais da relação periferia-centro.

A propriedade imobiliária em geral, e a habitação em particular, configura uma poderosa fronteira da expansão do capital financeiro. Além do debate sobre o efeito destas políticas e o direito à moradia, apontamos os embates sociais e políticos gerados no e pelo laço social que, se não forem considerados, podem, em alguns casos, incidir sobre o sujeito, individualizando seu impasse.

Além disso, ser geograficamente proveniente da periferia tem significados que envolvem diversos temas, ser da “quebrada”, foi visto tanto no sentido do reconhecimento e pertencimento quanto da divisão centro-periferia, aqui também foi destacada a importância de movimentos populares. As relações raciais e de classe foram trazidas pelas entrevistas e a análise considerou como a noção de diferença é vista e reiterada numa inferiorização histórica discursivo de grupos específicos (Fanon, 2008). Tal geografia humana corrobora para os desafios da convivência com a alteridade, em que a intolerância pode ressoar nas formas excludentes de habitação.

Outros aspectos relevantes sobre moradia e laços sociais foram analisados no entendimento de família e a noção de familiar. Para isso, destaquei alguns elementos sobre o familiar na psicanálise. Freud (2019) em *Das Unheimliche* desenvolve a análise sobre o familiar e não familiar, o estranho-familiar. Ao tratarmos de algo in-familiar marcamos a presença do ‘não’ que propõe haver ali algo que preferiríamos recalcar, indicando que o familiar pode se tornar então infamiliar. Esta dinâmica foi vista tanto em relação à familiaridade do sujeito, quanto da relação com o outro.

As/Os vizinhas/os possuem lugar de destaque nas entrevistas, trazendo uma noção de pertencimento, e diante do contexto, de proteção. Aqui a questão da violência aparecerá, à medida que é na dinâmica com quem mora ao lado que estabelecem relações de segurança. As pessoas se conhecem, portanto, se protegem, havendo inclusive pactos sociais – que fazem laço – de diversas formas com o chefe do tráfico, que determina quem pode ou não ser roubado.

A família ocupa um ponto central nas narrativas, e é também no âmbito do espaço familiar que surgem aspectos como o trabalho doméstico e o cotidiano. Encontramos situações de conflito dentro das famílias no que se refere à sexualidade e ao papel da mulher em que divisões discursivas como dominante/dominada, puta/santa, forte/frágil foram destacadas. A posição da mulher em relação à nação e o espaço político da família foram levantados, da contradição da mulher vista como representante da moral, e seu reduzido espaço na política institucional.

O último agrupamento, denominado trajetória, centrou no tema da migração e assentamento, e a noção de casa no sentido da experiência do habitar. Refleti sobre uma perspectiva mais ampliada da busca da casa, do que é familiar, na língua, a terra, e a relação com a memória, passado, presente e futuro. O sujeito encontra a sua casa num ponto situado no Outro, além da imagem que somos feitos, este lugar apresenta a ausência onde estamos. Sentir-se em casa, voltar para casa, sair de casa, são expressões constitutivas da subjetividade.

O limite do eu e do não-eu foi relacionado à casa como espaço primordial a partir do qual aspectos fundamentais da vida humana podem acontecer: é no habitar que o encontro, desencontro e as trocas com o outro se dão. Sendo assim essa visão sobre a moradia entende esta como um lugar essencial para constituição da intimidade e também do espaço compartilhado.

A proximidade entre as reflexões sobre o si mesmo e o lugar em que vivemos foi vista nas falas sobre as relações e os laços sociais entre as/os moradoras/es do Jardim Ângela. Na

escuta das entrevistas, aparece como o ser nordestino é falado como um elemento que aproxima e promove uma ligação entre as pessoas, um senso de comunidade, de que há algo comum, um traço identitário compartilhado.

A migração territorial, apontada por todass/os entrevistadas/os é um processo que mobiliza e enlaça motivações sociais, políticas, econômicas e subjetivas. Destacamos a importância em reconstruir a história das trajetórias encontradas, dar visibilidade às lembranças, podendo ser uma ação promotora de transformação e reconhecimento. Na escuta dos moradores/es do Jardim Ângela encontramos impactos dos discursos dominantes como a questão de diferença de classe social, a fala sobre a posse das terras com base no discurso jurídico, o imaginário sobre a violência representada nos moradores/es, e também, o discurso de resistência a estes discursos, que atravessa as reflexões feitas ao longo desse trabalho.

Assinalo, portanto, que o laço social deve ser considerado em discussões acerca da habitação, da casa, da moradia. A. parece trazer um sentido de transformação para primavera, inicialmente mencionada F., ao falar de um afeto que faz querer transformar, cuidar e pertencer ao Jardim Ângela: “há valor agregado, não apenas o valor financeiro do imóvel, mas o conhecimento, a memória, o estudo, são muitos valores” (A.)

Freud nos responde que a libido, ou Eros, é o que faz laço. No entanto, posteriormente, ao apontar para as forças disruptivas dos laços, Freud relança a questão. Já para Soler (2016), no entanto, falta nessa problemática a consideração de variantes históricas e aponta em Lacan a questão “o que retém os corpos invisivelmente” (Lacan, 2003, p. 448), o que permite viver em sociedade, sendo que aquilo que os contém não existe sem o aparelho da linguagem, que estrutura o inconsciente. A autora entende que a questão do laço social deve ser enfatizada por duas razões: primeiro, relativas à psicanálise e segundo, às dos discursos da nossa civilização atual.

Reflito, nesse sentido, também sobre o desamparo e os riscos de rompimento dos laços sociais e efeitos disruptivos da subjetividade quando há a perda de um discurso de pertencimento e de um lugar social (Rosa, 2002). A possibilidade de maiores aprofundamentos somada às notícias atuais nos convocam a incentivar novos estudos sobre moradia e laços sociais.

Aceno para a importância da (des) construção de políticas públicas, para que deem espaço ao “entre”, ou seja, ao que não está dentro nem fora da morada daqueles que foram escutados.

Já avançando para o final deste estudo, faz-se relevante debater o lugar do laço social na moradia frente à pandemia atual, o que nos coloca uma dupla questão, por um lado, diante de um mundo infamiliar, que para além de um vírus, nos faz deparar com a alteridade dentro de nossas casas. Por outro, coloca a casa como ponto central de segurança e política pública, tendo as relações sociais a base para o cuidado.

Além do foco na casa, parece interessante mencionar análises sobre as políticas públicas com base nos modelos de biopolítica desenvolvidos por Foucault (2009). Tomando a metáfora da lepra, - modelo da cerca -, parecia ilustrar com nitidez o funcionamento centro-periferia. Já o exemplo da peste - modelo da disciplina - parece trazer reflexões interessantes sobre as políticas públicas e falas cotidianas sobre a pandemia do novo coronavírus.

Quanto ao debate sobre centro-periferia e a segregação da cidade diante da Pandemia, vale ressaltar Rolnik (2020) que com base nas pesquisas do PNAD Covid-19, IBGE e SoroEPI MSP apresentam dados indicativos de que, cada vez mais, a desigualdade é um fator decisivo para determinar o adoecimento pelo Coronavírus no Brasil. Destaco aqui alguns resultados iniciais:

- A soroprevalência diminui com o aumento do nível educacional sendo 4,5 vezes maior nos indivíduos que não completaram o ensino fundamental quando comparada com os que terminaram o ensino superior (22,9% versus 5,1%)
- A soroprevalência é 2,5 vezes maior nos participantes que se identificam como pretos do que nos brancos (19,7% versus 7,9%)

O estudo citado conclui que a epidemia do Covid 19 no município de São Paulo pode ser entendida como sendo duas epidemias com dinâmicas de propagação distintas, uma nas regiões centrais e outra nos bairros da periferia, refletindo a desigualdade social presente no município.

Neste cenário, ao comentar sobre o racismo, Diniz (2020) aponta: “toda biopolítica se converte em uma necropolítica quando os regimes de desigualdade determinam quais corpos vivem o risco” (Diniz, 2020, p.1). Em tempos de pandemia, que circunda o momento de finalização dessa pesquisa, destaco outras vulnerabilidades, agora relacionadas ao acesso à saúde. Diniz (2020) vê uma relação entre o Covid 19 e o Zika vírus: “o vírus corona aciona o pânico coletivo dos regimes autoritários que não querem estrangeiros em terras próprias; o vírus zika abandona as mulheres mais vulneráveis ao abuso de governos patriarcais que perseguem sua sexualidade e a reprodução”.Enquanto a Covid 19 deflagra a intolerância na relação com o diferente a questão do Zika vírus nos aponta a fragilidade da saúde da mulher.

Quanto ao debate sobre território, posse, imóvel vemos que a pandemia agrava o que já era grave. Segundo o LabCidade da FAU-USP, mais de 2.500 pessoas foram removidas de suas casas por reintegrações de posse e incêndios no estado de São Paulo desde março deste ano. Rolnik (2020) em recente entrevista concedida à *Folha de São Paulo* relata sobre as remoções durante a pandemia em que as pessoas estão sendo colocadas na rua, sem nenhum tipo de atendimento habitacional. Ela afirma que em diversos países as remoções foram suspensas, diferentemente do Brasil e diz provocativamente: “a quarentena não chega na periferia”.

Dunker (2020) aponta que iremos mudar nossas relações após a situação pandêmica, à medida que a tecnologia representada pela máscara é o inverso da técnica do muro, empregada pela lógica dos condomínios. No muro, eu torno o outro invisível e perigoso, eu me protejo dele criando uma realidade artificial onde só existem pessoas como eu mesmo. A máscara é vista pela autora como uma forma de reconhecer a importância do outro, eu contenho minha boca, mas valorizo meus olhos. Podemos nos ocupar do outro, porque por mais que finjamos que muitas vidas entre nós não importam, são invisíveis ou não contam, elas nos afetam biologicamente. Corpos importam, não apenas suas vozes e seus pontos de vista, porque fazemos parte de um coletivo onde um mesmo micro-organismo se espalha. O vírus não escolhe cor e classe, porém quem são os sujeitos que poderão se proteger e os que estão mais vulneráveis ou com menos condições de seguir regras sanitárias de distanciamento social, é o que pergunto.

Por fim, em meio a reflexões sobre isolamento social, deixo aqui, na perspectiva de coparticipação, um pedido do grupo entrevistado:

“Queremos moradia em que pais e filhos tenham no mínimo dois quartos com telha e laje e que não entre chuva” (Família de R., falam em coro ao fim da entrevista).

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, R.C.F. Um Olhar sobre os jovens e sua vulnerabilidade social. São Paulo: AAPCS –Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

BACHELARD, G. A Poética do Espaço. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BIANCHI, C. A micromobilidade como componente de qualificação urbana: articulação entre diferentes escalas de mobilidade no Jardim Ângela. Dissertação de Mestrado Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017.

BROIDE, E. (2019) Existirmos a que será que se destina -A psicanálise nas situações sociais críticas: escutar, habitar, existir. Psicanálise nos espaços públicos. São Paulo: IP/USP, 2019.

BOULOS, G. Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto. 2012.

BUTLER, J. Excitable Speech: A Politics of the Performative. Londres: Routledge, 1997.

CALDEIRA, T. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34 / Edusp. 2000.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 34, n. 3, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018000303001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 30 jun. 2020.

CASSIN, B. (Coord.) Vocabulaire Européen des Philosophies: Dictionnaire Des Intraduisibles. Paris: Le Robert/Seuil, 2004.

CAVALCANTI, C A. T.; POLI, M. C.. O laço social e o mal-estar face ao desamparo. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 55-73, dez. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2015v12n2p55>>. Acesso em: 30 jun. 2020.

CERVINI, Esther. A casa-ambiente. Anotações sobre arquitetura e psicanálise de Winnicott. Rev. latinoam. psicopatol. fundam., São Paulo, v. 1, n. 3, p. 63-88, Sept. 1998. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47141998000300063&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 12 set. 2018.

COSTA, A. P. C. POLI, M. C. Dos discursos no laço social: a construção de uma moradia possível na psicose. Psicol. rev. (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 409-427, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682010000200011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 30.jun. 2020.

CROWE, J., FERREIRA, A. L. Jardim Ângela: Em defesa da vida. Divulgação em Saúde para o Debate: Rio de Janeiro. N. 35. Maio, 2006, p. 85-91.

CROWE, J., MARIA, L., SIMÕES, C., TAVANTI, R. Fórum em defesa da vida: 20 anos de resistência pela vida dos/as jovens que vivem nas periferias da zona sul de São Paulo. Estação de Pesquisa Urbana M'Boi. Série Documentos de Trabalho. Working Papers. Agosto/2016

DALÍ, S. Figura na Janela. Museu Nacional Reina Sofia, Madri: 1925.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DINIZ, D. CARINO, G. A necropolítica das epidemias. El País, 09 de março de 2020. <https://brasil.elpais.com/opiniaio/2020-03-09/a-necropolitica-das-epidemias.html>

DUNKER, C. Mal-estar sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.

DUNKER, C. Do Anonymous ao covid, uso de máscara vai mudar a lógica de nossas relações. Blog do Dunker. 05 de junho de 2020.

<https://blogdodunker.blogosfera.uol.com.br/2020/06/05/do-anonymous-ao-covid-uso-de-mascara-vai-mudar-a-logica-de-nossas-relacoes/>

FANON, F. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Ed. Fator, 1983.

FEDERICI, S. *Mulheres e a Caça às Bruxas*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

FREUD, S. *Psicologia das massas e análise do eu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

FREUD, S. *O Infamiliar / Das Unheimliche*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

FREUD, S. (1927). O futuro de uma Ilusão. In *O futuro de uma ilusão, o mal-estar na civilização e outros trabalhos (1927-1931)*. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 2006. (ESB, v. XXI).

FREUD, S. (1996). Projeto para uma psicologia científica. In *Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos (1886-1889)*. Tradução Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, v. I).

GALEÃO-SILVA, L. G. (2007). *Adesão ao Fascismo e Preconceito Contra Negros: Um Estudo Com Universitários na Cidade de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan.

GENEROSO, C. M. A orientação da psicanálise em um serviço residencial terapêutico: a casa de aposentados - uma pequena construção. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 67-73, abr. 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/epp/v8n1/v8n1a07.pdf>> Acesso: 30 jun. 2020.

HARAWAY, D. Situated Knowledges: the Science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies*, 14(3), 575-599, 1998.

IANNINI, G. Tavares, P. H.. Freud e o infamiliar (pp. 5-22). In: FREUD, S. O Infamiliar / Das Unheimliche. Belo Horizonte: Autêntica. 2019.

JR, 2008, Foto Exibição Mulheres são heroínas – Morro da Providência, Rio de Janeiro <http://www.jr-art.net/projects/rio-de-janeiro>. Acesso em 01 de jul. 2020.

KOLTAI, C. Racismo: uma questão cada vez mais delicada. *Ide*, São Paulo , v. 31, n. 47, p. 66-69, dez. 2008.

LACAN, J. O Seminário 22. RSI, 1975.

LACAN, J. O aturdido. Outros escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MASAGÃO, A. Habitats. Campinas: Mercado das Letras. Coleção Terramar, 2013.

MENDES, Carlos Eduardo. Os sentidos de futuro para jovens negras: pelos caminhos do Capão Redondo e Jardim Ângela periferia paulistana. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MCCLINTOCK, A. Couro Imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2010.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. Secretaria Nacional da Defesa Civil. Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres. Anuário Brasileiro de desastres naturais. Brasília, CENAD; 2012.

MOREIRA, L. E. V. Corpo, discurso e laço social: uma leitura dos Seminários XVI, XVII e XVIII de Jacques Lacan – Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2013.

MOUNTIAN, I. Análise de discurso e pesquisa feminista: algumas considerações sobre metodologia e ética em pesquisa, p. 165-192. Em Lima, A.F. e Lara Junior, N. (2014). Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica. Porto Alegre: Editora Sulina. 2014.

MOUNTIAN, Ilana; ROSA, Miriam Debieux. O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 152-160, Aug. 2015.

MOURÃO, M. G. M. Da possibilidade de habitar: o corpo como morada. Corporeidade e formas subjetivas contemporâneas. Dissertação de Mestrado IPUSP, 2012.

OLIVEIRA, D. Gestão Racista e Necropolítica do Espaço Urbano: apontamento teórico e político sobre o genocídio da juventude negra do Rio de Janeiro. FFP-UERJ/NEGRA. 2019.

PARKER, I. Lacan Discourse Analysis in Psychology: seven theoretical elements. *Theory & Psychology*. Sage Publications. Vol. 15 (2): 163-182. 2005.

PEREIRA., 2014 A Periferia é o centro. <https://www.youtube.com/watch?v=lezP-VjqWi0>
https://www.youtube.com/watch?v=YKuCy_OLllw&t=1476s. São Paulo. Acesso em 01 de jul. 2020.

QUINET, Antônio. Psicose e laço social: esquizofrenia, paranoia e melancolia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

RANCIÈRE, J. O ódio e a democracia. São Paulo, Boitempo. 2014.

ROLNIK, R. Guerra dos Lugares: a colonização da terra na era das finanças. São Paulo, SP: Boitempo, 2015.

ROSA, M. D. A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza , v. 4, n. 2, p. 329-348, set. 2004 . Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 30 jun. 2020.

ROSA, M. D., BERTA, S. L, CARIGNATO, T., ALENCAR, S. A condição errante do desejo: os imigrantes, migrantes, refugiados e a prática psicanalítica clínico-política. *Rev. Latinoam. Psicopat. Fund.*, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 497-511, setembro 2009.

ROSA, M. D. NOGUEIRA, T. Intimidade e alteridade: a experiência do refúgio e a clínica psicanalítica. In: *Calibán, Revista Latino Americana de Psicanálise. Tema: Intimidade. Volume 15, n.1. 2017.*

ROSA, M. D. DOMINGUES, E. O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 180-188. 2010.

ROSA, M. D. Psicanálise implicada: vicissitudes das práticas psicanalíticas clínico-políticas. *Revista da APPOA*, 2013.

ROSA, M. D. Uma escuta psicanalítica das vidas secas. *Textura: Revista de Psicanálise*, 2 (2), 42-46. 2002.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS. Por uma cultura de direitos humanos. Direito à moradia adequada. Brasília. 2013.

SERENO, D. Sobre a ética no acompanhamento terapêutico (AT). *Psicologia Revista*, [S.l.], v. 21, n. 2, p. 217-232, maio 2013

SOLER, C. A querela dos diagnósticos. São Paulo: Blucher, 2018.

SOLER, C. O que faz laço? São Paulo: Escuta, 2016.

SPINK, M. J. P. Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. *Ciênc. saúde coletiva*, vol.19, n.9, pp. 3743-3754, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014000903743&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 30 jun. 2020.

SPINK, P., TAVANTI, R., MATHEUS, T. Vulnerabilidade Institucional e a Falta de Conectividade em M'Boi Mirim. Estação de Pesquisa Urbana M'Boi. Série Documentos de Trabalho. Working Papers. No. 06, março/2015

SPOSATI, A., Coordenação. *Mapa da Inclusão/Exclusão da Cidade de São Paulo III*. São Paulo: CEDESP/PUCSP; 2013.

TARAGONA, L. (2020) Casa-zero. São Paulo: Editora Uratu.

UNISDR, United Nations Office for Disaster Risk Reduction. Sendai Framework for Disaster Risk Reduction 2015-2030. Genebra. 2015. Disponível em: http://www.preventionweb.net/files/43291_sendaiframeworkfordrren.pdf . Acesso set. 2015.

UN-HABITAT, United Nations Settlement Program. Global Report on Human Settlements. Enhancing Urban Safety and Security. Vancouver. 2007. Disponível em: <https://www.un.org/ruleoflaw/files/urbansafetyandsecurity.pdf> . Acesso: 31 ago. 2018.

YUVAL-DAVIS, N. (2007) Gender and Nation: politics and culture series. SAGE Publications Ltd

ZIZEK, S. Enjoy your symptom – Jaques Lacan in Hollywood and out. Londres: Routledge. 1992.

Anexo 1 - Roteiro Entrevista Semiestruturada

a) Introdução à entrevista

a.1) Apresentar-me ao entrevistado: psicóloga, tenho acompanhado o Fórum de Pesquisadores do M'Boi Mirim e sou estudante de mestrado da Psicologia Clínica na USP

a.2) Explicar brevemente o objetivo da pesquisa: o objetivo da pesquisa é investigar e discutir a noção de moradia a partir da voz dos moradores da região do M'Boi Mirim.

a.3) Instrução sobre gravação, confidencialidade e consentimento: perguntar se as/os entrevistadas/os estão de acordo com a gravação da entrevista e dizer que a qualquer momento a gravação poderá ser interrompida; informar que os nomes daqueles entrevistados não serão mencionados em nenhum momento, mas sim substituídos por um outro nome inexistente de forma a não permitir nenhuma identificação; solicitar a assinatura do TCLE abaixo.

b) Roteiro

O roteiro deve servir como um apoio no direcionamento da entrevista, deve-se deixar o sujeito aparecer e as questões serão colocadas apenas caso o mesmo não as traga espontaneamente.

b.1) O que faz (em) você (s) se sentir (em) em casa?

b.2) Como é morar aqui (nessa casa, nesse bairro, nessa cidade, nesse país)?

b.3) Quem mora com você (s)?

b.4) Quando você (s) veio (vieram) para cá? Como foi?

b.5) Quais outros locais você (s) já viveu (viveram)? Se sentia (m) mais ou menos em casa

nesses locais?

b.6) O que é essencial para que você (s) sinta (m)-se em casa? b.7) O que você (s) entende (m) como direito à moradia?

Anexo 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi elaborado em duas vias de igual teor, sendo que uma ficará com você, participante da pesquisa, e uma será arquivada pela pesquisadora responsável.

Eu, _____, declaro que li, entendi os objetivos da pesquisa "A Moradia em Área de Risco de Desastres" e concordo em participar dessa pesquisa voluntariamente como entrevistada. Permito também que as entrevistas sejam gravadas. Declaro ainda que possuo uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Assinatura Entrevistada/o

Assinatura da Pesquisadora Responsável

Assinatura da Entrevistadora

Anexo 3 – Sínteses Ampliadas das Entrevistas Transcritas

Nas sínteses ampliadas apresentadas nesse anexo farei uma breve narração sobre como foi o contato até chegar ao espaço em que os encontros aconteceram, como se deram os encontros e também descreverei concisamente o local em que estivemos.

Como anunciado anteriormente, após a colocação da pergunta norteadora desse trabalho – o que faz você se sentir em casa? – as conversas foram conduzidas na tentativa de aprofundar os temas trazidos por cada sujeito.

Respeitando os textos transcritos após as entrevistas, as sínteses buscam garantir ao máximo o uso das palavras utilizadas pelos sujeitos e os momentos em que fiz pontuações aos mesmos incentivando, por exemplo, associações livres.

O encontro com V. e M.

Anteriormente ao encontro V. havia me passado detalhadamente as orientações sobre como chegar ao conjunto habitacional em que vive juntamente com seu marido M. e filhos.

V. me recebe na sala de sua casa, com M., com quem está casada há 25 anos, e que participa da conversa fazendo pequenos complementos, enquanto seus filhos e cachorros ficam em um dos quartos. V. havia preparado um lanche e ambos pareciam bastante confortáveis durante o encontro que durou quase três horas.

V. tem 58 anos tem dois filhos e dois sobrinhos, filhos de sua irmã, que também vivem ali. Nasceu em Minas Gerais, onde morou com sua mãe e avó até os 10 anos, quando começou a trabalhar como babá na casa de sua madrinha. Aos 18 anos se mudou para São Paulo “fugiu de noivo” (sic) e veio trabalhar em casas de família.

M. está desempregado, tem feito bicos, com dificuldades de retomar o mercado de trabalho dentro de sua especialidade que é departamento pessoal, com o que trabalhou durante 18 anos. V. tem ensino médio completo, trabalhou muitos anos como babá e empregada doméstica em casas de família e hoje é cuidadora em uma residência terapêutica. Contam que os filhos estudam engenharia e desenvolvimento de sistema, estão com 24 e 21 anos.

Pergunto para V. o que a faz se sentir em casa e ela conta que está relacionado às pessoas de sua família, seu marido e seus filhos, e a um lugar que futuramente será seu *“não posso falar que é meu, mas é uma moradia que estou próxima de falar que é minha”* (sic).

Em seguida dispara a contar sobre o processo de financiamento de seu apartamento e os pagamentos de IPTU, da construtora, da Caixa Econômica e aponta questões sobre dívidas, isenções, cobranças, contratos e justiça.

Conta que 98% do que foi financiado por em 15 anos já foi pago. Hoje têm um contrato com a caixa e não vivem de “*contratos de gaveta*” (sic) como alguns outros moradores que sublocaram ou venderam seu imóvel nos últimos anos. Menciona que houve uma incerteza sobre uma possível dispensa do IPTU após uma apresentação de cobrança feita a outro morador do conjunto. Tal exigência havia desaparecido e em uma mudança de governo reapareceu e estão “*na luta*” (sic) em um processo contra a Caixa Econômica Federal no Ministério Público após saberem do risco do apartamento ser hipotecado caso não paguem essa dívida, mas que “*infelizmente a justiça é muito lenta*” (sic).

M. adiciona que, apesar do imóvel ainda não ser 100% deles, hoje não possuem uma “*preocupação com o inquilinato*” (sic). Fala de encontros rotineiros com proprietário que morava na frente e ficava lembrando que tinham o aluguel para pagar. Diz que quando se vive de aluguel, “*proprietário não quer nem saber de você*” (sic) e pede para você sair se precisar do imóvel. M. diz que hoje já não é mais assim, que a “*oferta está maior que a procura*” (sic). No entanto, ambos falam sobre aumento de preços dos aluguéis e de pessoas que pagam entre 350 e 500 reais para viver em dois cômodos em um local que tem esgoto a céu aberto. M. chama de “*área de risco (...) lugar sem segurança, com marginais, um faz o gato do outro para energia (...) nós morávamos em casa mesmo*” (sic).

No entanto, V. relata o período de 12 anos em que foram inquilinos e diz que o proprietário os considerava como família, os ajudou a construir a casa que viveram e explica que nas casas de aluguel na periferia “*as pessoas fazem suas casas e quando há espaço vão fazendo outras*” (sic). Primeiro M. quem viveu nessa casa quando saiu de casa da sua família de origem “*para morar sozinho e cuidar da sua vida*” (sic M.) e mais para frente V. passou a viver com ele nesse lugar que um dia teve sua rua considerada a “*mais violenta de São Paulo*” (sic). Contam que moravam “*na frente da comunidade e para chegar na nossa casa eram quase 100 degraus*” (sic V.).

Repito “violenta” e V. fala sobre crime, menciona que o dono da boca mandava em tudo e “*não mexiam com ninguém dali*” (sic V.) e segue contando que como moravam em um lugar alto viam o que acontecia em um bar que apelidaram que “bar da luz vermelha”: “*as pessoas bebiam, entravam em confusão, matavam, deixavam o corpo em frente à igreja, voltavam para o bar, limpavam tudo, policiais tinham medo de ir e sair morto*” (sic V.). No entanto, diz que

nunca tiveram problemas relata que *“já sai duas horas da manhã em um dia que estava preocupada com M. que não chegava, só eu e Deus, sem medo algum”* (sic V.).

Pergunto se se sentiam em casa nesse lugar que viviam e ambos respondem rapidamente que não, no entanto, V. complementa: *“dentro de casa sim”* (sic V.).

Fala que dentro da sua casa estão *“seus pertences, as fotos dos seus quatro filhos, o sofá, aquilo que escolheu e comprou, que identifica como seu, que não ganhou de ninguém”*. Quando sua irmã faleceu os sobrinhos vieram de Minas Gerais para São Paulo. Tinham 09 e 03 anos e hoje têm 30 e 26 anos. Diz que são seus filhos, mas *“de verdade são meus sobrinhos”* (sic V.).

Sobra a casa que vivem hoje V. diz que *“tem a casa”* (sic), que tem o sonho de ter algo próprio em que não precisa se preocupar que alguém irá tirar dela. Fala que vê um risco que lhe provoca medo de perder seu apartamento *“ainda não terminei de pagar”* (sic V.)

A casa em que vivem hoje é menor quando comparada a que viviam antes e descreve o apartamento atual que V. diz ser pequeno: tem a sala, dois quartos um seu e outro dos meninos, banheiro, cozinha e uma pequena área. Fala que teve *“sorte que são todos filhos homens, porque se tivesse uma mulher daria problema”* (sic V.). Repito “problema” e V. diz que teria preocupações em ter homens dormindo com mulheres. Repito “preocupação” e M. diz que a menina iria querer ter o espaço dela. V. diz que pensa sobre *“o lado da sexualidade”* (sic V.).

Ao falar sobre sexualidade, fala que é uma *“questão de educação”* (sic V.) e que quando era pequena, *“os filhos respeitavam pai e mãe (...) bastava um olhar e a gente já sabia”* (sic V.). Faz referência à casa em que morou em Belo Horizonte, onde nasceu. Diz ter vindo de uma família muito pobre, que seus avós foram posseiros e viveram a vida toda em um terreno que não tem escritura e *“ninguém tira a gente de lá”* (sic V.). Foi criada com a sua avó, a sua mãe, os seus dois irmãos, a sua tia, o marido da tia, os dois primos filhos da tia e tinham também primos que moravam por perto e frequentavam a casa.

Discorre sobre sua vida nessa casa, lembra-se da avó que contava histórias, que as crianças sentavam em volta dela e improvisavam seus brinquedos. Diz que teve *“uma infância muito feliz”* (sic V.) e ao retomar essa infância fala de uma situação que a *“marcou muito”* (sic V.). Conta de uma casa em que sua mãe trabalhava como empregada doméstica e V. que havia ganhado uma boneca da dona da casa, mas a filha não quis dar. V. diz que sempre quis ganhar uma boneca, *“uma boneca de cabelo”* (sic), e que ninguém nunca teve a sensibilidade de dar. Mais adiante faz uma fala sobre cabelos e sobre os momentos em que sua mãe a penteava, diz que detesta trança, mas que a mãe fazia porque assim, durante a semana, penteava só o pé da trança, já que não dava tempo de pentear tudo.

Pergunto sobre como seria ter uma filha mulher e V. diz que não queria, que ela mesma “não evoluiu” (sic V.). Fala achar que *“a liberdade que [a mulher] deve procurar é a de ter um trabalho igual ao do homem e dizer o que não quer (...) a maioria quer se igual em tudo, quer namorar um hoje e amanhã outro (...) o homem rola aqui e é o mesmo homem, mas para mulher as outras estão falando”* (sic).

Pergunto sobre as mulheres em sua família e V. conta que sua mãe foi “guerreira” (sic), pois criou três filhos sozinha. Diz que sua avó fazia *“diferença, acho que sem querer, entre os filhos da minha mãe e os filhos da minha tia porque a tia tinha um marido”* (sic) e quando a avó brigava com a mãe falava coisas na frente das crianças as quais V. se lembra, como *“dar os filhos porque não tinha condições de criar, minha mãe respondia que não se dá nem cachorro e que se tivesse que dormir no relento dormiria”* (sic V.). Pontuo que esse parece ser um tema sensível para V. e ela chora e diz que a mãe era muito humilhada e que trabalhou desde de pequena para ajudar a mãe a *“dar aos irmãos o que nunca teve”* (sic). Pouco antes de dizer isso, seus filhos saem da casa com os dois cachorros e M. quando V. começa a falar de sua mãe sai da sala.

Pensar nas mulheres faz V. recordar de sua madrinha, *“minha segunda mãe”* (sic) com quem morou em Belo Horizonte por um tempo e que às vezes a mãe achava que a madrinha estava *“roubando”* (sic), mas que ia para lá com o consentimento da mãe. Conta que por conta do apoio da madrinha puderam construir uma casa de tijolos e que foi a primeira da família a aprender a ler. Quando morava com a madrinha se sentia em casa porque ela tinha 04 filhos e 02 filhas e *“as filhas tinham a obrigação de chegar da escola e ensinar para mim e quando entrou na escola sabia escrever o próprio nome por causa delas”* (sic).

Ao recordar a época em que aprendeu a escrever seu próprio nome, V. relata não ter o nome do pai na certidão de nascimento e *“não ter um pai”* (sic). Conta que achava que se falasse que não tinha pai as pessoas iriam *“se aproveitar”* (sic) dela e diz ter sido esse o motivo para *“namorar bem mais tarde”* (sic). Complementa que sua mãe ofereceu para que conhecesse o pai biológico, mas V. não quis, disse que *“mãe é quem cria e está ali quando você está precisando”* (sic).

Foi entre 09 e 10 anos de idade que V. começou a trabalhar na casa de uma outra madrinha (J.) e foi aí que *“as coisas melhoraram (...) já passei fome e não tenho vergonha disso”* (sic), pois podia ajudar sua família financeiramente. Quando morava com J. trabalhou como babá, onde diz ter aprendido muitas. Nesse período morou na casa de J. e ia para sua casa aos fins de semana e diz que tinha mais conforto que seus irmãos, pois na sua casa de J. as camas não eram

feitas de giral de pau com palha, *“eram camas mesmo”* (sic). Menciona que os filhos da madrinha às vezes *“faziam maldades com ela”* (sic) e que J. em alguns momentos colocava V. de castigo. V. diz que não reclamava das coisas, que a tratavam muito bem *“como se fosse da família”* (sic), que sua madrinha foi muito boa e que *“herdou dela”* (sic) a maneira de ajudar as pessoas e ficou muito abalada quando ela faleceu anos depois.

Conta ter vindo para São Paulo fugindo de um rapaz muito ciumento com quem namorou e também porque teve uma oportunidade de trabalho. Fala que inicialmente tinha intenção de voltar, mas conheceu o M. aqui e como *“mulher quando casa tem que acompanhar o marido”* (sic) decidiu não voltar, pois M. é daqui.

Foi aos 18 anos, que se mudou para São Paulo, para Vila Nova Conceição, junto com uma família com quem trabalhava já trabalhava em Belo Horizonte, *“era uma bailarina e um alemão”* (sic). Quando eles se mudaram para Alemanha voltou a trabalhar para a *“patroa”* (sic) anterior que também era de Belo Horizonte e estava em São Paulo morando no mesmo bairro.

Menciona discordar da decisão da *“patroa”* (sic) de ter deixado a filha com o marido em Belo Horizonte e ter vindo para São Paulo sem ela, *“abriu mão da menina, não consigo entender nem aceitar”* (sic). Quando a filha cresceu escolheu vir morar com a mãe e segundo V. veio porque o padrasto dava presentes que o pai não podia dar *“veio por interesse”* (sic).

Pergunto sobre como é viver em uma casa que é seu local de trabalho e V. diz que teve *“muita sorte, as pessoas para quem trabalhou não faziam uma separação como fazem hoje ‘você é empregada’, eu era uma pessoa da família”* (sic V.) e em seguida menciona que *“estava abusada”* (sic), pois como não se enxergava como empregada, *“discutia de igual para igual”* (sic) e se sentia em casa embora fosse o local de trabalho, *“eu ia para escola e sabia que tinha aquele lugar para dormir, comida para comer, tomar banho e isso é se sentir em casa”* (sic).

Dentre as histórias que vivei quando morava com essa família, lembra-se da primeira vez que viajaram à praia e o marido da patroa foi com ela comprar um biquíni e as vendedoras ficavam olhando *“eu negra com corpo bem feito e ele estrangeiro no Rio de Janeiro. Era comum estrangeiros arrumarem namoradinhas lá, só que no meu caso era patrão e empregada. (...) Eu queria algo bem ‘tampado’, era bem inocente, mais tarde que fui entender”* (sic).

Pergunto sobre essa “inocência” e V. retoma sua chegada em São Paulo quando aqui era *“terra da garoa, agora de temporal”* (sic) e diz que aqui as pessoas têm medo e sempre desconfiam umas das outras. Lembra de uma amiga com quem saía para balada e diz *“(...) sou contra arrumar namorado em casa de show porque eles só querem se aproveitar (...)”* (sic).

Conta que depois que parou de trabalhar em casa de família achava empregos, mas não tinha onde ficar. Amigos a ajudavam, a deixavam dormir escondida na casa de seus “patrões”, correndo o risco de perderem seus empregos.

Diz que ultimamente fica pouco em casa, pois seu trabalho exige muito *“mentalmente é muito desgastante”* (sic) e quando chega só quer dormir, faz cerca de 15 plantões por mês. V. é cuidadora de uma residência terapêutica, *“uma casa comum”* (sic) em que moram 08 pessoas que estavam internadas há mais de 30 anos, maioria não tem família. V. diz que *“trabalha como empregada doméstica, só muda a nomenclatura”* (sic). Conta de preocupações que tem com um paciente delirante que para ela *“fala com amigos invisíveis (...), mas é o único que não tem maldade (...) rezo uma ave maria para cada um dos moradores de lá”* (sic).

Pergunto se V. se considera religiosa e diz que não, pois não frequenta a igreja, mas não sabe ir trabalhar sem oferecer uma ave maria e rezar para o anjo da guarda de cada um dos pacientes. *“Quando não rezo o plantão não é bom, eu trabalho sozinha, eu e deus”* (sic).

Ao fim do encontro pergunto para V. o que ela entende como moradia adequada e ela fala de *“uma casa mesmo, que não seja um barraco”* (sic). Fala que sempre morou em lugares apropriados, mas nesse momento se lembra que quando morava com sua mãe em Minas, em dias de chuva tinham que pedir abrigo na casa de uma amiga, no entanto *“a casa nunca caiu (...) deus presta atenção nas tragédias e todos nós temos nossa hora de morrer, acho que sou religiosa e não percebo (risos)”* (sic).

Retomo que a conheci devido ao movimento de direito a moradia e pergunto como foi que ela chegou nesse grupo e V. diz que *“pobre que quer ter uma moradia tem que procurar um movimento”* (sic). Quando entrou para o movimento se inscreveu para um conjunto achando que não seria chamada, mas só sua família passou na entrevista e ficou *“revoltada porque não queria morar no Campo Limpo, queria morar no Capão e não ter que mudar os filhos de escola (...) sempre procurei uma escola com bom ensino, participei da Associação de Pais e Mestres, tudo da escola eu estava no meio, ia ter que construir essa relação de novo?”* (sic). Fala que queria estar perto dos filhos, levar na escola, *“estão bem cuidados se sou eu que cuido”* (sic). No entanto, como houve uma ocupação nas casas do conjunto do Campo Limpo e isso provocou um processo de reintegração de posse, a Caixa acabou chamando V. e família para uma nova entrevista para morar no conjunto que moram hoje que é próximo à escola. Gosta de morar onde está, mas acha que poderia estar melhor se as pessoas estivessem mais unidas.

M. conta que quando mudaram para onde estão tinham pessoas de vários locais, algumas que vieram da favela, mas hoje não é um condomínio popular de baixa renda, *“você vê carrões*

no estacionamento” (sic). Diz que acha uma “maravilha” (sic) morar onde estão, pois tem segurança, portaria, pode voltar tarde da noite enquanto morar em rua tem mais risco e no conjunto não tem preocupação de alguém entrar em sua casa. “*É uma falsa segurança? É, até no Jardins entram em condomínios e fazem arrastão*” (sic).

V. adiciona os desentendimentos no condomínio, sobre reuniões, o regimento interno, regras, reclamações. Diz que as pessoas não entendem o valor do condomínio, as despesas compartilhadas e o que pode ser melhorado se cada um fizer sua parte, como cuidar para não ter vazamentos, gerando menos despesas. “*Brigam porque não chegam em um consenso*” (sic V.). Conta que antes tinham subsíndicos via administradora e V. era subsíndica, no entanto, havia moradores achavam que a administradora estava “roubando” (sic) e diziam que não havia diálogo com os moradores e optaram por termos uma gestão compartilhada, mas V. acha que esse não é um bom caminho, pois “*o poder do dinheiro agora está com uma pessoa e antes era da Assembleia*” (sic).

Dado o avançar da hora, agradeço pelo tempo que disponibilizaram para falar comigo e M. conclui dizendo que, gostaria que eu soubesse, que a questão da moradia possui “*muita politicagem por trás (...), vereador, deputado, presidente em época de eleições, dizendo que vão dar não sei quantos milhões de casas e vendem para as pessoas um sonho que não existe*” (sic). Pergunto se fala do seu sonho e diz que não. V. fala que as pessoas têm que querer mudar, porque quem precisa de dinheiro, vende e voltam para comunidade.

Sobre se sentir em casa V. finaliza dizendo que “*ter harmonia*” (sic) e que é essencial para você se sentir em casa ter filhos obedientes, a vida a dois com o marido pode ser difícil, saber conversar, um bom relacionamento precisa de diálogo, discussão sobre a relação. “*Tenho gênio forte e ele também tem (...) não sou mulher de ficar calada, falo para pensar e não penso para falar*” (sic).

O encontro com C.

C. me recebe em uma pequena sala no seu local de trabalho, que é a instituição onde mora, lugar que eu já havia visitado algumas vezes na preparação para pesquisa.

Ao responder à pergunta norteadora C. conta que está há 30 anos no Jardim Ângela onde se sente em casa devido a sua “*relação com as pessoas, o acolhimento e a segurança*” (sic). Quando se mudou da Irlanda para o Brasil, morou 17 anos no Embu das Artes, estando há quase 48 anos no país.

Imediatamente conta ter construído a instituição em que vive juntamente com a população do entorno, com os vizinhos. Fala que o lugar em que estamos virou referência para articulação popular, como lutas por moradia, educação e assistência. Menciona que a entidade, cuja causa é a justiça, foi fundada em 1987 em homenagem a alguns mártires, dentre eles um operário que no tempo da ditadura foi assassinado durante uma greve.

C. descreve que a casa em que vive é “*de todo mundo*” (sic) e quando eu repito “todo mundo” conta que há um quarto que “*posso dizer que é meu*” (sic), onde lê e estuda e encontra um espaço reservado. Fala que comida não falta, têm cama, celular e carro para andar, “*coisas que não são essenciais, mas é bom quando têm*” (sic).

C. relata que teve “muitas andanças na vida” antes de chegar ao Jardim Ângela e pergunto sobre outros lugares em que ele possa ter se sentido em casa. Conta que quando está na Irlanda, com sua família de 10 irmãos, também se sente em casa, pois “*a terra da gente, é a terra da gente*” (sic), é onde foi criado e estão seus parentes, em que há uma infância e um passado. Menciona que por mais tempo que esteja aqui não deixa de ser irlandês. Em uma região rural, que fica a 5 km da cidade, vivia em uma casa antiga, que hoje é de seu irmão e antes de seus bisavôs. Essa casa tem toda a história da família, “*tem suas marcas*” (sic). Repito “marcas” e C. conta que a casa em que viveu com sua família era “*aberta*” (sic), de referência na região, em que as pessoas passavam para tomar um café, “*fui criado em um entra e sai, não era um espaço fechadinho*” (sic) e relaciona isso ao lugar que vive hoje. Ainda na Irlanda, chegou a viver um período em uma instituição de ensino, mas não se sentia em casa, porque era uma instituição que tinha regras rígidas, diferente da que está hoje. Fala ser irlandês de nascença e que tinha 24 anos quando veio para o Brasil.

No local que mora agora, que é “*de todos*” (sic), conta que há mais duas pessoas que vivem na instituição e há muitas outras da região envolvidas, que participam de projetos, que vem tomar café, almoçar. Fala que a casa não é sua e que há um desprendimento de sua parte, pois não quer coisas para si, mas para todos. Complementa que faz uso do espaço, se sente em casa, uma vez que há na entidade uma “*comunhão de ideias, com um objetivo, com uma causa (...) discutimos, brigamos, perdoamos, isso é comunhão e não submissão*” (sic).

C. diz que essa relação que ele tem com a casa atual é diferente de quem opta por uma família, sendo família para C. uma união de pessoas. Menciona que na região existem, em sua maioria, famílias mono parentais, mas poderiam também ser homo afetivas, desde que tenham “*uma comunhão, vivam juntos*” (sic).

Entende que moradia é um lugar que é seu, que apesar dele mesmo viver sozinho e ser solteiro, quem *“casa quer casa”* (sic), quer privacidade, quer relaxar e isso falta para maioria da população da cidade de São Paulo, sendo essa necessidade *“algo especial para quem vive e mora em família”* (sic).

Fala que a cidade *“desumaniza”* (sic) as pessoas, que não é humano estar amontoados e cidades não deveriam ter mais do que um milhão de habitantes. Explica que ser humano é ter calor, contato, sentir e pensar. Faz referência à sua própria infância, quando subia em árvores, se pendurava nos galhos e que a molecada de hoje precisa disso, espaço para crescer, de campo para andar. Conta se identificar com quem vem de Minas Gerais e do Paraná, que *“falam da mãe terra com um gosto, um sentimento, um carinho”* (sic).

Diz que nas cidades parece que as pessoas são objetos, *“a vida se torna barata e as pessoas são objetos feitos baratos”* (sic), não pensam no outro, tentando ganhar espaços que não existem, amontoadas no ônibus, por exemplo. C. faz uma relação disso com a violência, matanças, em que *“pessoas ficam nervosas e puxam uma faca, um revólver”* (sic).

Apesar de falar que todo dia tem assaltos e mortes, diz que se sente seguro e a vontade por se relacionar bem com os outros, *“(...) é o que me salva aqui. Joguei futebol com toda essa molecada que está por aqui e isso cria uma relação”* (sic). Fala que no Jardim Ângela caminha à vontade, *“não têm vinte chaves na porta”* (sic) e todos o conhecem.

É devido a sociedade internacional a qual escolheu participar quando estava na Irlanda, pois queria inicialmente seguir uma vida missionária na África, que se abriu a possibilidade de vir ao Brasil em 1969. Fala de uma *“vocaçào em que foi chamado por Deus (...) tinha 17 anos, idade para errar e queria experimentar (...) e hoje está aqui para ficar”* (sic). Conta que gosta de morar aqui, por estar junto com o povo, nas lutas contra violência, moradia, educação, saúde, dando valor para cada pessoa.

Atualmente C. incentiva debates locais e oferece o espaço da entidade em que mora/trabalha para que os mesmos ocorram. Fala que ao longo da sua vida por aqui possui uma bagagem, que propõe temas como ocupar, resistir e articular, que está aberto ao questionamento de todos e que há uma construção conjunta, como os fóruns e ações resultantes dos mesmos.

Ao final do encontro faço uma pergunta específica sobre riscos na região e C. menciona a violência e que por volta de 1996, *“quando o Jardim Ângela foi declarado o lugar mais violento do mundo”* (sic), encontrava corpos na rua diariamente. Diz que não sentiu risco contra si próprio na época, mas as pessoas se preocupavam com ele, diziam que deveria andar armado. Quanto a preocupação consigo fala que *“ser estrangeiro poderia ser algo arriscado”* (sic), pois

“na cabeça do povo, um branco estrangeiro deve ter dinheiro” (sic), poderiam querer assaltá-lo. Exemplifica, que há dez anos decidiram que não se paga ninguém em dinheiro, apenas por transferência bancária, pois houve um assalto no dia de pagamentos de jovens que trabalhavam para um projeto. O resultado disso foi lutar pela criação de policiamento comunitário e o pacote de dinheiro retornou. Conta também que há 20 anos atrás tentaram levar computadores, mas ele chegou na hora e fugiram. Fica de olho e está prevenido quanto ao que se passa ao redor.

Agradeço a disponibilidade e interesse em participar e, por fim, quanto a possibilidade de eu conhecer a sua casa ele diz que posso visitar *“só a parte que está aí, a parte que é de todos”* (sic).

O encontro com R. e as mulheres de sua família

No primeiro contato, via telefone, R. sugere que nos encontremos na Av. Paulista, próximo a um dos hospitais da região, onde trabalha com enfermagem. Após um breve encontro em que apresento o objetivo da pesquisa, R. aceita a solicitação de que eu vá até a sua casa para entrevistá-la junto com outros membros da sua família que se interessassem em participar. Posteriormente sugere o trajeto para minha ida e no dia do encontro tenho bastante dificuldade em encontrar a casa, só consigo fazê-lo quando R. se dispõe a ir até onde eu estava para então me acompanhar ao destino final.

Quando chego na sua casa a mãe de R. me convida para comer uma tapioca, aceito e sentamos ao redor da mesa da cozinha. Todas me parecem bastante animadas em me receber.

Em seguida ao café R. e suas irmãs querem me mostrar a casa e começam pelo balcão do quarto de uma de suas irmãs, que fica no topo da casa, e de lá podemos ver o horizonte. R. tem 29 anos e mora em uma edícula que construiu para si ao fundo do terreno em que vive sua família. Há muitos corredores e cômodos na casa, perco a conta de quantos e também de quantas pessoas vivem ali. Além da sala, cozinha e escritório, estimo que havia um quarto por pessoa e eram cerca de doze adultos e três adolescentes.

Os homens que não estão trabalhando estão em casa descansando e são as mulheres que me acompanham, além de R. são elas: sua mãe W. que tem 67 anos, trabalha como faxineira e veio da Paraíba com os filhos ainda pequenos para poder acompanhar o marido que tinha vindo para São Paulo em busca de melhor situação financeira, A. 33 anos que é a irmã mais velha de R. e que trabalha como professora de uma escola pública da região, F. 30 anos irmã de R. que

trabalha como lojista, M. de 51 anos é madrinha de R. trabalha como passadeira, H. de 14 anos que é estudante filha de M. e L. de 49 anos prima do pai de R.

Elas sugerem sentarmos no escritório, espaço que costumam usar para estudo. Descemos as escadas e logo que nos acomodamos digo a elas que minha primeira questão seria sobre o que as faz se sentir em casa.

W. conta que fazem mais de 20 anos que moram naquela casa, no bairro do Jardim Ângela, e que *“é um canto que a gente se habituou (...) se sair daqui vou sentir uma grande diferença (...) gosto daqui”* (sic). Fala que o centro é bom para trabalhar e não para morar e que *“sou da periferia mesmo”* (sic).

Já A., que é quem se posiciona mais vezes ao longo do encontro, reage a pergunta norteadora dizendo que, para ela, se sentir em casa é ter vontade de tomar banho, comer, dormir e ter uma *“sensação de segurança e tranquilidade”* (sic). Diz que pode se sentir em casa em *“um espaço qualquer”* (sic) em que seja bem tratada, bem cuidada e que encontre pessoas com o *“mesmo propósito que o seu (...) que a respeitem e valorizem”* (sic).

Já para H. se sentir em casa é estar junto com as pessoas com quem convive, as que moram com ela ou as que sempre vê.

R. complementa dizendo que se sentir em casa é estar em um espaço em que *“se reconhece com os seus, com sua família (...) é um lugar familiar em que se sente confortável”* (sic). Explica que família para ela são as pessoas que tem um grau de parentesco, além das que estão no bairro e se parecem com ela.

Pergunto como é isso do “se reconhecer” e A. reage contando sobre um período de férias em que passou *“em outro extremo, em um bairro nobre”* (sic) e que apesar de ter sido bem tratada não se sentiu bem. Começa então a falar sobre sua história e de sua família, que vieram do *“interior do Brasil”* (sic) da Paraíba, de um município chamado Barra do Salgado. Fala que lá os vizinhos são sua família, que *“o parente é seu vizinho e o vizinho se torna seu parente”* (sic).

Em São Paulo, A. relata que as relações familiares são diferentes, pais, mães e irmãos podem estar *“desmembrados”* (sic), mas que na periferia, sobretudo no Jardim Ângela, há uma comunidade grande de nordestinos que têm uma *“identidade voltada para os mesmos hábitos”* (sic).

Pergunto sobre essa “identidade” e A. fala de *“comida e música”* (sic) e exemplifica que há um tempo atrás era o forró e agora que absorveram a cultura do centro-sul, tem a *“turma do funk (...) uma mixtureba (...) como é que você veio do Piauí e quer ouvir funk? (risos)”* (sic).

Isso a faz lembrar da relação com seus alunos e expressões regionais, que um dia em aula disse “*eita, bexiga*” (sic) e a interrogaram sobre o que isso queria dizer, já que bexiga em São Paulo é um balão de aniversário e no Nordeste é catapora e usam como uma reação quando se está espantada com algo.

A. diz querer falar mais sobre o que entende como reconhecimento e menciona que na periferia há “*uma arquitetura própria (risos), as pessoas constroem no ‘olhometro’*” (sic) e que diferente das regiões mais centrais, onde os espaços são reduzidos, lá possuem espaços maiores. F. adiciona que há um padrão que é o do “*esticadão*” (sic), com um monte de casas para alugar e pouco espaço para passar, que por necessidade as pessoas vão “*se apropriando, se apossando, porque não têm onde morar*” (sic).

F. complementa que as pessoas fazem casas para morar, mas também querem espaços para alugar. Diz que preferiria um espaço com árvores e se lembra da primavera que tinham, mas que foi “*decapitada*” (sic). Peço para falar mais sobre isso e F. demonstra indignação: “*A gente já tem uma casa com quartos e tudo, para que levantar mais cimento? O aluguel ajuda? Ajuda, mas poderíamos ter um espaço com ventilação melhor. E o futuro, o que será?*” (sic F.)

W. parece desconfortável com a fala de F. e pergunto o que pensam a respeito das árvores e M. quem responde dizendo que não gosta de plantas, que acha não haver espaço para elas e passa a contar sobre flores que recebe em datas comemorativas do trabalho e que não gosta delas e “*por falar em trabalho, tem outra família lá que eu considero*” (sic). Fala da “*convivência*” (sic) que está há mais de 10 anos nesse trabalho de passadeira o qual gosta muito e que fica muitas horas diárias lá. H., filha de M. que faz poucas falas ao longo do encontro, complementa que “*o tempo dela lá é maior do que com a gente*” (sic). Pergunto sobre a semelhança entre as famílias e M. diz que a que está aqui “*vem da raiz, vem de berço (...) dos pais, vem minhas filhas (...) o melhor era ficar mais tempo com meu marido, minhas filhas, minha própria família*” (sic). H. diz que se passasse mais tempo com eles a mãe saberia mais sobre o dia-a-dia. M. reage dizendo que acompanha H., mas que quando alcança uma certa idade tem que deixar pai e mãe na busca do melhor para você, para “*sobreviver*” (sic M.), H. silencia.

Digo que F. fez referência ao futuro e pergunto para W. quantos anos tinha quando veio para São Paulo e diz “*acho que uns 33 anos*” e que teve seus filhos na Paraíba antes de vir para cá “*veio tudo de pequenininho*” (sic). M. complementa dizendo que H. nasceu aqui. e A. explica que M. veio com o irmão de W. com quem é casada e que é prima do marido de W. “*um enlace, assim*” diz A.

Pergunto se na Paraíba se sentiam em casa e A. responde que muito mais do que se sentem aqui e conta que pela manhã, ao tomarem café com primos que estavam de passagem, mencionavam a saudade que sentem. Fala de *“figuras da família como um lugar de bem-estar”* e se lembra de sua avó, da tranquilidade do sítio e que trazem um pouco da vivência com os vizinhos para cá. *“Não ficamos na casa do vizinho como lá, mas saio daqui dando ‘oi’ e as senhorinhas falam ‘vá com deus’, ‘bom trabalho’ e perguntam ‘como está a sua mãe?’ (...) eu crio um vínculo afetivo com elas e quando chego na rua me sinto em casa (...) se alguém quiser te fazer alguma coisa as pessoas te conhecem”* (sic A.).

Repito “fazer alguma coisa” e A. diz que vivem em uma cidade violenta, em um bairro violento e fala que sentem medo, *“depois de certo horário”*, complementa F.

A. fala que são *“medos normais”* (sic). Repito “medos normais” e pergunto o que seriam medos anormais. A. explica que acha normal saber que pode ser assaltado porque está na rua, que de repente pode ter um tiroteio. *“É normal aquele monte de polícia descendo a rua do lado da escola, é uma coisa muito louca com sirenes e tudo (...) convivo com esse medo”* (sic A.). Fala de alunos adolescentes presos na Fundação Casa e outros que morrem ao longo do ano e diz que *“eu moro na quebrada (...) meus alunos me respeitam porque eu moro aqui na região, brincam que vão na minha casa, mas sei que não vão mexer comigo porque me conhecem (...) moro no mesmo bairro”* (sic A.). Repito “quebrada” e ela explica que quebrada é um linguajar que te faz pertencer ao espaço onde você terá, *“teoricamente, uma proteção por parte da criminalidade (...) morar na quebrada é seguro”* (sic). R. fala de *“acordos”* (sic) que existem no bairro, em que é proibido assaltar quem é dali e que se esses deixarem de valer estarão expostas aos *“medos anormais”* (sic).

Repito “acordos” e “medos normais” e R. diz é o *“medo de não serem reconhecidas”* (sic) pelos vizinhos que sabem que horas irão chegar. Quanto aos acordos fala que é algo que dizem pela região que é feito pelos criminosos mais poderosos para que fiquem tranquilos que *“está proibido assalto na região”* (sic) e os criminosos menores têm que *“baixar a voz e não praticar coisas contra os moradores, quando pegos serão punidos (...) é o fim roubar na quebrada”* (sic R.).

Repito que *“morar na quebrada é seguro”* e R. fala que um estranho, *“como você”* (sic), irá se sentir desprotegido ao chegar no Jardim Ângela. Em seguida complementa descrevendo uma situação em que o professor da escola foi ameaçado por um aluno e *“é como se fosse uma família, quebrou o vínculo, se quebraram as regras, se perde a sensação de proteção”* (sic R.). A. continua contando que o aluno saiu da sala sem permissão do professor que reagiu dizendo

que “*ali não era a casa dele, que precisa pedir licença para sair da sala*” e a assistente decidiu chamar a mãe do aluno, uma vez que ele já tinha outras ocorrências. Fala que o aluno “*enlouqueceu (...) quase bateu no professor e disse que ia pegar ele*” (sic). F. ao ouvir o relato demonstra indignação e pergunta para irmã: “*está protegido porque têm fulano lá? Cadê o fulano nessas horas?*” (sic F.).

Repito “fulano” e F. fala de um “*chefe*” (sic) e que não tem essa sensação de segurança porque “*um chefe falou que não pode*” (sic). Fala do medo que sente quando sai cedo de manhã para o trabalho e que procura alguém conhecido que esteja saindo também para irem juntos conversando até o ponto de ônibus. Conta ter ouvido uma história de um homem passando em um carro preto, “*pegando mulheres*” (sic F.). Repito “pegando mulheres” e F. diz: “*estuprando*” (sic). W. intervém: “*é fofoca, não é verdade!*” (sic).

R. fala de canais na internet como o Piraporinha News que atualizam as pessoas sobre o que acontece, como relatos de assaltos e avisos sobre ônibus quebrados. A. menciona um medo gerado pela mídia.

Pergunto para F. sobre como é morar ali e ela diz que “*apesar do pesar, gosto de morar aqui, criei um vínculo*” (sic) e se lembra que em 1997, 1998 era pior, não saiam de casa, sua madrinha morava em uma rua em que sempre via uma pessoa morta, a violência era muito maior. W. intervém novamente e diz: “*essa mulher [a madrinha] fica botando medo*” e que nunca viu uma pessoa morta. R. complementa que havia um “*jeito de ser cuidado que era muito nordestino*” (sic) e que talvez não a violência não fosse o motivo para não saírem de casa.

Repito “jeito nordestino” e R. fala de uma proteção da casa para escola. A. fala que há percepções sobre a cultura brasileira que vêm através das novelas, que mostram um interior tranquilo, em que há fome e miséria. Fala que apesar das questões financeiras não precisavam ter acompanhado o êxodo para São Paulo. Conta de tios que se aposentaram e já voltaram e que não gostam de morar aqui, mas “*se acostumam*” (sic).

F. diz que às vezes fica com raiva, chateada, mas que gosta de morar aqui, que o “*lugar tem identidade, as velhinhas que eu conheço*” (sic), que não acha que a solução é sair, mas ficar e tentar melhorar. No entanto, se houvesse um lugar próximo em que não tivesse medo de caminhar até a porta de casa F. iria embora de onde vive hoje, mas não sairia do M’Boi Mirim.

Repito “ir embora” e ela diz que iria no máximo até o começo de Santo Amaro. W. pergunta para F. sobre a possibilidade de voltar para sua “*terra natal*” (sic W.). F. fala que a cidade é “*atrasada*” (sic), apesar de não precisarem de muito dinheiro para ter uma boa alimentação e casa com cozinha, sala, quarto dos pais e quarto dos filhos. Questiona o espaço da casa em que

vivem hoje, por ser compacto “para [alugar e] ganhar mais dinheiro” (sic). W. interrompe e diz: “*Menina, cala a boca que a nossa casa já está boa demais*”. F. reforça que faz sim essa “*crítica a nós mesmos*” (sic) por ficarem compactando os espaços para ter mais dinheiro. Conta que quando vieram para São Paulo moravam em um espaço que a separação era o guarda-roupas e as telhas, “*extremamente apertado*” (sic). Diz que reconhece o trabalho de sua mãe e de seu pai, mas que “*vão melhorando as condições e não vão percebendo o outro [vizinho] que está do lado*” (sic).

W. conta que a decisão de vir para São Paulo se deu há mais de 20 anos atrás. Lembra que, com a mudança para o plano real, as plantações de cebola de P. (seu marido) “*estavam dando prejuízo (...) não tinham mais futuro*” (sic). H. parece bastante interessada em ouvir a história da tia. W. segue dizendo que P. veio primeiro após o incentivo dos irmãos de W. que já estavam em São Paulo e na época morou em um quartinho no centro. A sua cunhada dizia para W. que P. “*iria arrumar outra mulher*” (sic) e ela retrucava que com tantos filhos não teria como ele dar conta de outra família. Fala que não queria ter vindo “*nem em sonho*” (sic), porque sua mãe já era de idade e não deixaria seus filhos para trás, mas como o marido dizia que levaria uns 10 anos para voltar, decidiu vir. Primeiro veio com os três filhos mais novos que tinham 01, 03 e 04 anos de idade “*passagem era cara (...) viemos em dois assentos*” (sic W.) e depois voltou para buscar as outras 04 filhas.

W. relata que, naquele tempo, não havia escolas boas como têm hoje na Paraíba, que aqui os filhos puderam estudar, ela e P. juntaram dinheiro, construíram sua casa e hoje se sente feliz, com saúde, tendo o que comer e que “*o que deus der daqui para frente está bom*” (sic). Menciona que quando chegaram ela e o marido moravam em um cômodo com os 07 filhos e o cunhado e que hoje o espaço é muito maior. Trabalhou como faxineira em casa de família por muitos anos e recentemente foi para Paraíba tentar uma aposentaria lá, mas não pode fazê-lo porque nunca havia sido registrada e complementa dizendo que “*a vontade era vir embora para cá*” (sic). Fala que para ela se sentir em casa é ter uma família unida, diferente de quando era solteira e morava com suas cinco irmãs e sentia vontade de sair por causa das brigas. Adiciona que, parecendo responder à F., “*pai e mãe não têm a vida toda, irmão não vai segurar, quem segura reclamação é pai e mãe*” (sic). Sobre o medo da violência na cidade, diz que muito mudou de 1997 para cá, que “*não pegavam pessoas do Jardim Ângela para trabalhar*” (sic), mas hoje lá no centro é onde há violência pois sabem que “*as madames andam com dinheiro*” (sic).

W. fala que em sua casa atual brigam falando de política, “*um tom de voz (risos)*” (sic). Sobre política A. diz que nunca foram filiados a um partido, mas que na Paraíba era comum parentes se candidatarem a vereador e que o prefeito costumava almoçar na casa de sua avó. No Jardim Ângela, como moravam em um espaço pequeno, passaram a frequentar a igreja católica e lá conheceram um líder político que atua na questão da saúde, da violência e da moradia.

Sobre dizer que é do Jardim Ângela quando se apresenta para um trabalho, A. fala que hoje há quem responda que é de Santo Amaro, ou do Guarapiranga, “*há resistência*” (sic). Conta que quando seu pai foi procurar o primeiro emprego o conseguiu por indicação e viu que a experiência prática que tinha, a “*ciência da experiência*” (sic) não era relevante como “*questões técnicas*” (sic) como ser alfabetizado e se sentia humilhado por isso. Segundo A. ele preza pela educação dos filhos e “*quer ver neles o que não teve*” (sic). Complementa que quando diz Jardim Ângela “*hoje há outras coisas por trás desse nome, há questões políticas e sociais envolvidas, desejo de ver a sociedade melhor*” (sic A.)

Para A. devido ao êxodo eles são “*refugiados em seu próprio país*” (sic). Menciona planos de sair do Jardim Ângela e não iria para uma região central, talvez fosse morar em Areia que é uma cidade próxima a onde nasceu, mas que “*o trabalho faz você se fixar em um espaço [como aqui]*” (sic).

Fala que tem “*um amor imenso pelo país*” (sic), mas que “*São Paulo é um mundo*” (sic). Menciona a possibilidade de ir a um centro cultural, mas que para “*ir ao teatro é um sofrimento*” (sic), pois para chegar até a Av. Paulista pode ser que o ônibus demore mais de meia hora para passar e se chover pode ser pior, levando de duas a até três horas para chegar, “*tem essa questão dos acessos*” (sic).

Sobre esse ir e vir, A. complementa dizendo que, se ficar tarde para voltar e não tiver mais ônibus um taxista achará “*estranho vir para cá*” (sic). Adiciona que dentro do Jardim Ângela as pessoas não irão “*sentir racismo*” (sic), mas o sentirão em outros espaços e ilustra contando a história de uma professora negra que foi em uma festa de uma amiga na Av. Paulista e uma pessoa a perguntou se poderia servi-la e ela voltou para casa chorando muito e a sua mãe disse que não deveria ficar triste por causa disso.

F. fala que no Jardim Ângela não tem o sentimento de que “*não pode estar nesse lugar*” (sic) e que não se sente bem quando vai para um shopping, por exemplo, “*pelos preços que são um absurdo e pelo aspecto físico das pessoas, é outra pele, outro cabelo (...) tudo segregado*

(...) aqui [no Ângela] não vão me taxar por ser melhor ou pior, eu me sinto parte disso e me traz conforto” (sic F.).

Diz que gosta de ir na Av. Paulista quando está aberta aos pedestres no domingo, mas ao mesmo tempo tem a sensação de *“ensaio sobre a cegueira (...) tudo lindo e maravilhoso e não existe problema no planeta”*.

Repito “cegueira, problema”. R. diz *“desigualdade social”* (sic) e fala sobre habitação precária como goteiras em suas camas e córrego a céu aberto e saúde que apesar de ser melhor que no Nordeste não é todo mundo que tem acesso.

Digo que já estamos nos estendo bastante no tempo e acolho pontuando que a história da F. não será a de H. como a de F. não é a de W. e R. me interrompe para falar do afeto que sentem pelo lugar que vivem, que remete a sensação de proteção, pois se reconhecem nos vizinhos, fala de uma conscientização política que foi a igreja que trouxe, uma consciência social, uma dimensão do coletivo e frisa que: por mais que *“uma pessoa more em uma casa e se sinta bem lá, isso não significa que é um lugar saudável para ela morar”* (sic).

A. adiciona que se no futuro houver pessoas que dependam dela, escolherá viver em uma área com melhores condições de transporte, em que tenha liberdade para andar, mas que hoje, tanto a periferia quanto a região central, não geram nas pessoas *“um sentimento de identidade”* (sic) em que entendam que precisam *“cuidar do espaço”* (sic). Fala que precisam saber o porquê tantas pessoas querem sair do Jardim Ângela e que acha que responderiam que é a questão da violência, no entanto, que ela mesma não sente a violência, mas *“existe algo que me faz querer sair”* (sic) e relaciona isso a ausência de um *“cuidado com o público”* (sic) sendo o público aquilo não que *“não tem valor”* (sic). Explica que para ela *“casa é aquele espaço que tem a minha cara, mas ele não é valorizado porque a rede de esgoto não chega (...) gostaria que o espaço fosse valorizado para que eu consiga me sentir valorizando o espaço”*.

A. se recorda da referência que foi a casa de seu avô para ela e que espera que a sua seja para seus netos, mas que para isso precisa de *“regularidade do poder público (...) cultura de cuidar do nosso espaço”* (sic). Lembra que onde vivem foram as pessoas que construíram as ruas, que construir dois ou três andares é um sinônimo de evolução e que seu pai diz que está *“deixando um legado para as pessoas, isso aqui é meu para vocês”* (sic A.). W. complementa que *“elas têm o maior orgulho do pai”* (sic).

Já se passam quase duas horas do encontro e pergunto sobre o que entendem por direito a moradia e R. diz que para ela é não ter sua *“dignidade ferida”* (sic) como ter seu endereço considerado como *“área de periculosidade”* (sic) quando faz uma compra pela internet, ter

taxistas com medo de leva-las até em casa e que omitir em seu currículo que mora no Jardim Ângela, o que “*mantém esse imaginário [de violência] que se tem daqui*” (sic).

Em tom de indignação R. diz que “*veio parar em um lugar precário, não veio atrás de um castelo*” (sic). Fala que agora que conseguiram uma melhor condição financeira e de moradia aparece a questão de voltar ao lugar de origem, remetendo a vínculos que tinha, ou ir para outro lugar “*que te põe um status que a sociedade que que você pertença*” (sic). Diz que se sente bem onde vive hoje, que a traz conforto estar aqui, mas se pergunta o que irá fazer com que ela permaneça ali se “*tudo conspira para que saia (...) parece que aqui é meio temporário*” (sic).

Repito “temporário” e W. diz que para ela é “*um lugar infinito*” (sic). F. complementa falando que “*seria definitivo*” (sic) se o telhado não fosse levado pelo vento e que é seu direito e dos vizinhos ter uma casa simples, com sala, cozinha, quarto e passagem de rua. W., desconfortável com a fala de F. diz que “*vinte anos não são vinte dias*”. W. fala que se pudesse eles e os vizinhos seriam todos iguais, que a Galega [F.] pensa muito nos vizinhos, mas que se W. e o pai, que chegaram com os 07 filhos, não tivessem pensado em gastar o dinheiro para construir ao invés de com outras coisas como os vizinhos, estariam na mesma situação de quando vieram.

Digo que F. hoje tem mais ou menos a idade que W. tinha quando chegou da Paraíba e que fala de um outro lugar. F. segue dizendo que “*queria que fosse seu “lugar definitivo, mas que se torna transitório*” (sic) por não poder ir e vir no horário que quiser.

A. acha que a história de sua família é a de 90% da população que vive aqui., que no passado moravam em pensões no centro, foram expulsos por conta da especulação imobiliária que levou à derrubada das pensões e ao mesmo tempo as pessoas que vieram começaram a construir família, querendo espaço para os filhos e por isso vieram para o Jardim Ângela.

F. fala que a valorização imobiliária dificulta o acesso a moradia, que no passado queriam ter o imóvel próprio que têm hoje, mas com a irregularidade da região não sabiam por quanto tempo a prefeitura permitiria que o que estavam construindo fosse deles. Conta que por não terem um aluguel para pagar puderam investir o dinheiro na “*construção de uma vida*” (sic) que seu pai conseguiu como resultado do trabalho como faxineiro, “*é a grande obra dele*” (sic).

R. diz que parece que “*queremos reconhecimento de um determinado externo (...) um externo que não valoriza*” (sic). Fala que nesse lugar que vivem tem um afeto que não tem mais pela Paraíba que é sua terra natal. “*É esse afeto me faz querer transformar esse lugar, cuidar daqui, realmente querer pertencer, não só pela memória, por mais que seja um lugar menos valorizado, menos visto, mas que é o lugar que deu oportunidade para todas nós*” (sic). A.

complementa que há um “*valor agregado*” (sic) que não apenas o valor financeiro do imóvel, mas o conhecimento, o estudo, “*são muitos valores*” (sic).

Sobre a melhoria financeira e estrutural que a família viveu, R. diz ser grata, e se sentir valorizada “*tenho um imenso orgulho de onde eu pertenço*” (sic). W. adiciona que uma pessoa analfabeta teve o cuidado de criar, ensinar e que é grata por isso.

M. por sua vez diz que seu esposo quer voltar para o Nordeste e H., sua filha, diz que não quer ficar aqui e também não quer ir para lá, pois “*quando crescer vou morar bem longe daqui, vou querer algo bem a mais do que aqui (...) ir para Flórida, mas acho que não porque tem furacão (...) medo não normal (risos)*” (sic H.). M. fala que as filhas estão crescendo e vão querer o melhor para si mesmas e irá respeitar a vontade delas, enquanto ela, “*por ser casada, irá acompanhar o marido que quer voltar para terra natal*” (sic).

Por fim, agradeço a participação de todas e terminamos o encontro com elas me dando diversas sugestões de quais organizações eu poderia entrar em contato para saber de outras ações que estão sendo feitas na região e que gostariam que existisse uma escola de cidadania que contasse a história do bairro. Terminam fazendo uma chamada: “queremos moradia em que pais e filhos tenham no mínimo dois quartos com telha e laje que não entre chuva!”

O irmão de R. gentilmente me oferece uma carona até o Terminal Jardim Ângela, a qual eu aceito de bom grado.

Anexo 4 - Diário de campo, um trecho

Não há dúvida que os sujeitos acima têm voz e essa pesquisa vem apenas dar a possibilidade de ampliar a leitura das mesmas no ambiente acadêmico, assim como permitir um maior diálogo com essas falas. Como a apresentação dos resultados acima precede a análise desse trabalho, entendo que compartilhar aqui um pequeno trecho do meu diário de campo vem a demonstrar a impossibilidade da neutralidade da pesquisa.

Ao sair do centro burguês da cidade de São Paulo com a intenção de tirar da invisibilidade situações de vulnerabilidade vou ao encontro de um ir e vir que desconheço em meu dia-a-dia e ilustro com o fragmento abaixo.

São Paulo, 14 de agosto de 2017

(...) voltando para casa depois da entrevista com a família de R., hora do rush, vou levar um bom tempo até chegar no centro, será uma longa viagem. Ao menos ganhei uma carona até o Terminal Jardim Ângela. Acho que pensaram que eu não seria capaz de ir embora dali sozinha, concordo, não sou “da quebrada” (sic) e não foi nada fácil chegar até lá. Não sei se esse ônibus vai lotar, imagino que sim. Asseguro meu lugar na janela e aproveito para observar e refletir. A Avenida M Boi é longa. R. trabalha próximo à Avenida Paulista, deve levar horas para chegar. Arrependo-me de não ter providenciado um relógio de pulso, preciso abrir a mochila e olhar no celular para ver as horas. Decido colocar a mochila para frente do corpo. Tenho medo de roubo, já fui roubada em um ônibus, mas faz tempo que eu não sinto esse medo. Não é um medo, vou colocar assim, relevante. Afinal, não é um medo de morrer. Talvez seja o “medo normal” ao qual A. (irmã e R.) se refere, ou será que eu deveria ter um medo diferente já que não sou daqui? (...)

Anexo 5 – Cenas complementares

Foram cenas como as dos trechos que descrevo abaixo que provocaram a construção dessa pesquisa. Casas levadas por desastres, por guerras e pessoas que voltam para esses espaços ou que os tem como marca independente de para onde seguem na vida. Ao longo das entrevistas no Jardim Ângela e no estudo preparatório para análise dos resultados acima apresentados tais cenas reaparecem para mim quase como um conteúdo intrusivo e é por isso que decido compartilhar-las aqui.

Alagoas, 2010

O primeiro encontro com o tema desenvolvido nessa pesquisa se deu há oito anos atrás, na participação em um projeto de saúde mental após um desastre entendido como natural. Digo “entendido” como natural, pois existem diversos aspectos a serem considerados em um desastre que vão para além de uma ameaça proveniente da natureza. Discorro abaixo brevemente uma vivência que se deu em 2010 e que vulnerabilidades e capacidades locais são levadas em conta e não somente a ameaça de uma intensa precipitação.

Havia cerca de vinte e cinco mil pessoas desabrigadas após as fortes chuvas que atingiram o estado de Alagoas, provocando a abrupta inundação do Rio Mundaú, que destruiu cidades inteiras na região. O convívio com enchentes é comum na vida dessa população. Anualmente, na época de chuvas, preparam-se para retirar seus pertences de casa conforme a “cheia” vai chegando.

“Sempre enche nossa lanchonete, no primeiro andar todo ano a água chega até a metade da parede. Dessa vez a cheia veio e subimos para o segundo andar, depois fizemos um buraco no telhado e ficamos lá em cima, vimos todas as casas na beira do rio caindo, ficamos esperando a nossa vez” – relato de uma família que é dona da única casa na beira rio que não caiu na cidade de Santana do Mundaú.

“Branquinha era uma cidade tão bonita” – conta um profissional de saúde ao apresentar o local em que tinha uma praça, na beira no rio. A força das águas foi capaz de arrastar torneis com capacidade para milhões de litros de álcool, eles atravessaram cerca de cinco municípios.

A paisagem da região, que tem como principal fonte de subsistência a colheita da cana, não era mais a mesma. Trilhos de trens revirados ou mesmo desaparecidos, pedaços de móveis pelo

caminho, casas em que só restou o piso ou mesmo deixaram de existir por completo, pontes reviradas e outras desaparecidas, bandeiras verde-amarelas que logo após a copa do mundo enfeitavam ruas invisíveis de baixo de lama, sistemas de comunicação e luz inativos.

Bancos e cartórios em alguns municípios foram completamente destruídos fazendo com que documentos fossem perdidos. O comércio também foi impactado, o medo de saques ao longo dos primeiros dias foi intenso. Igrejas, escolas, ginásios, armazéns, rodoviárias, postos de saúde e outros órgãos públicos foram transformados em abrigos, com situações precárias de higiene e segurança. Representantes municipais em prantos, sem direção.

Sem casa, vivendo provisoriamente com centenas de outras pessoas. Sem trabalho e estudo, afinal praticamente todas as instituições sociais foram atingidas e/ou estavam desorganizadas. A rotina das pessoas foi completamente afetada.

O luto pelas perdas somado a ausência de infraestrutura para um velório. A angústia mediante o desaparecimento de entes queridos, que o tempo indicava que não voltariam mais.

Crianças andando em grupos pelas ruas, brincando com tampas de garrafa como se fossem bolinhas de gude, carregando donativos pelas ruas enlameadas usando carrinhos de mão. Homens alcoolizados. Brigas de casais em que os demais abrigados assistiam como plateia, com possibilidade de participação ativa também. Bebês dormindo em arquibancadas, junto aos poucos pertences que sua família conseguiu recuperar. Famílias com média de sete filhos.

A disputa pela pouca água disponível, assim como por roupas doadas desordenadamente. A troca de pertences, como escambo, uma bola por uma bermuda. A locação/venda de itens que passaram a ser de utilidade diferenciada, carrinho de mão, uma hora por dois reais.

O medo de que a chuva, que voltava a cair, desencadeasse mais um desastre. A desorientação sobre o que fazer para seguir suas vidas nesse cenário.

Dias depois, em meio a uma garoa, vou andando pela beira do Mundaú e vejo uma senhora com seu guarda-chuva. Ao me aproximar percebo que a cadeira na qual está senta está no contra piso do que penso que deveria ser a sua casa, vejo a divisão dos cômodos, não há paredes, mas talvez aquele fosse um espaço onde costumava se sentar rotineiramente. Parte física da estrutura daquela casa se foi, outra ficou. Foi dessa imagem que veio uma pergunta que inicialmente direcionou essa pesquisa – que posteriormente tomou outros rumos –: por que seguir morando em determinados locais mesmo sabendo do risco? O que leva à permanência?

Rio de Janeiro, 2011

“É o pau, é a pedra, é o fim do caminho. É um resto de toco, é um pouco sozinho. É um caco de vidro, é a vida, é o sol. É a noite, é a morte, é um laço, é o anzol. É madeira de vento, tombo da ribanceira. É o mistério profundo, é o queira ou não queira. É o vento vetando, é o fim da ladeira”

Música: Águas de Março (Tom Jobim).

Aponto aqui mais uma ilustração que mostra a relação com a moradia e que adicionou mais inspirações para esse estudo.

Em São José do Vale do Rio Preto estava o sítio de Tom Jobim que inspirou o trecho acima. As águas de março adiantam sua chegada para janeiro de 2011 e dessa vez choveu mais do que o habitual encerramento de verão na Região Serrana do Rio de Janeiro.

Embora situações similares já tivessem acontecido, como um grave desastre nos anos 1980, causando a morte de 20 pessoas nos arredores de Teresópolis, dessa vez foi um deslizamento de centenas de milhares de toneladas de terra após fortes chuvas na região que causou quase mil mortes, deixando mais de 45 mil pessoas desabrigadas e desalojadas. Chuvas intensas e intermitentes, somadas às características geológicas de um solo instável, as condições precárias de moradia, a falta de planejamento urbano e de prevenção a desastres resultou em um dos maiores desastres já registrados em território nacional até 2011.

Uma senhora de cerca de 70 anos que vive no bairro de Córrego Dantas, em Nova Friburgo, contesta a decisão da defesa civil local que sugere que passe a viver em outro lugar: *“O bairro acabou, só a minha casa ficou, deus quis assim. Estou protegida” (sic).*

Onde está o risco? O que pode ser analisado sobre esse discurso?

Gorlovka, 2015

Foto: Gorlovka, Ucrânia. fevereiro de 2015.

É como uma cidade fantasma. A cidade industrial de Gorlovka, na Ucrânia oriental, esteve de baixo de constante bombardeio durante o mês de dezembro de 2015 e está em ruínas. As poucas edificações que continuam de pé possuem suas janelas quebradas, o que é uma questão relevante em um inverno em que as temperaturas chegam a menos dez graus durante a noite. Noites que, ao menos a cada duas horas, se pode ouvir metralhadoras em ação.

Há crateras resultantes de bombas por todos os lados, em frente a casa de cultura, em meio o parquinho infantil. Não há meninos nem meninas nas ruas, a maioria das famílias com crianças foram embora. As lojas estão fechadas, não há cafés ou restaurantes. As poucas pessoas que estão por ali são idosos que não viam sentido em nessa altura da vida procurar outro lugar para viver e ficam ali na esperança que não tenham sido esquecidos pelo resto do mundo.

Ninguém fica do lado de fora, a não ser que esteja na fila do pão ou buscando atendimento médico e é em um desses momentos de espera que converso com uma senhora que me diz: *“sobrevivi a uma grande guerra, não será essa que irá me tirar daqui, vou cuidar do meu jardim, vou plantar batatas, vou cuidar da minha casa”* (sic).

O diálogo que passa por uma fala em russo, traduzida para o inglês e com a escuta analítica e empática de quem tem como língua materna o português da uma potência à troca de olhares e percebo, na feição daquela e outras senhoras com quem encontrei, que o semblante muda ao falarem de seus netos, da falta que as “mamuscas” – avós em russo – sentem deles e da alegria que tem quando o sistema de comunicação volta a funcionar e podem ligar para eles.